

ANA LOLE | RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES  
VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES (ORGS.)

# DEMOCRACIA NACIONAL- POPULAR



# IMPERIALISMO

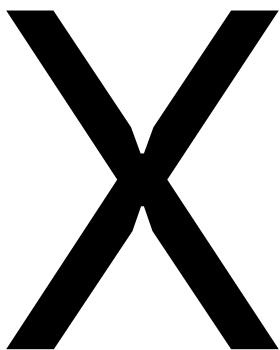
*A urgência de uma educação  
emancipadora*



mórmula  
EDITORIAL

ANA LOLE | RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES  
VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES (ORGS.)

# DEMOCRACIA NACIONAL- POPULAR



# IMPERIALISMO

*A urgência de uma educação  
emancipadora*



mórula  
EDITORIAL

Todos os direitos desta edição reservados  
à MV Serviços e Editora Ltda.

CONSELHO EDITORIAL Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho,  
José Paulo Netto, Lia Rocha, Manoel Ricardo de Lima,  
Márcia Leite, Mauro Iasi e Virgínia Fontes

COORDENAÇÃO EDITORIAL Vitor Castro

EDIÇÃO Marília Pereira

REVISÃO Ana Lole, Rodrigo Lima Ribeiro Gomes  
e Victor Leandro Chaves Gomes

---

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
DE ACORDO COM ISBD  
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva — CRB 8/9410

---

D383

Democracia Nacional-Popular X Imperialismo [recurso eletrônico] : a  
urgência de uma Educação Emancipadora / organizado por Ana Lole,  
Rodrigo Lima Ribeiro Gomes, Victor Leandro Chaves Gomes. — Rio  
de Janeiro : Mórula, 2026.  
244 p. ; PDF ; 8 MB.

ISBN 978-65-6128-200-0 (PDF)

1. Educação. 2. Pedagogia crítica. 3. Sociologia política latino-americana.  
I. Lole, Ana. II. Gomes, Rodrigo Lima Ribeiro. III. Gomes, Victor Leandro  
Chaves. IV. Título.

2026-4071

CDD: 370

CDU: 37

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação 370
  2. Educação 37
- 



Rua Teotônio Regadas 26 sala 103  
20021\_360 \_ Lapa \_ Rio de Janeiro \_ RJ  
[www.morula.com.br](http://www.morula.com.br) \_ [contato@morula.com.br](mailto:contato@morula.com.br)  
f morulaeditorial @ morula\_editorial

## SUMÁRIO

- 7      APRESENTAÇÃO  
**Em defesa de uma Democracia Nacional-Popular em tempos de barbárie**  
Ana Lole · Rodrigo Lima Ribeiro Gomes  
Victor Leandro Chaves Gomes
- 12     PARTE I  
**DEMOCRACIA, IMPERIALISMO E SOBERANIA NACIONAL-POPULAR**
- 13     **Construir a democracia que não se realizou**  
Giovanni Semeraro
- 26     **Imperialismo, Soberania Nacional-Popular e Crise da Democracia: reflexões acerca das transformações contemporâneas a partir de Domenico Losurdo**  
Rodrigo Lima Ribeiro Gomes · Ana Lole
- 44     **A Luta Democrática na Era do Capitalismo de Plataforma: novas trincheiras por uma hegemonia nacional-popular**  
Victor Leandro Chaves Gomes  
Leonardo César de Albuquerque
- 61     **Capitalismo de vigilância e a formação de um novo senso comum em tempos de crise da Democracia no Brasil**  
Percival Tavares da Silva · Teresa Rocha de Marins

- 79     **Minerais críticos e estratégicos e soberania nacional-popular: esperando o papel da construção de um plano de metas articulador do desenvolvimento produtivo com o avanço da ciência, da tecnologia e da comunicação do conhecimento**  
Diego Chabalgoity
- 91     **A centralidade negra e indígena na formação do nacional-popular no Brasil: um diálogo entre Lélia Gonzalez e Antonio Gramsci**  
Linna Ramos
- 116    **O “nacional-popular” como oposição democrática ao verde-amarelismo**  
Eduardo Granja Coutinho

131    **PARTE II**

**IDEOLOGIA, BARBÁRIE E  
EDUCAÇÃO ANTIFASCISTA**

- 132    **Ideologia, Cultura, Educação e Resistência em Tempos de Barbárie**  
Diego Dantas
- 152    **Precisamos falar sobre pedagogia antifascista: memória histórica, autonomia docente e democracia nacional-popular em tempos de crise e fascistização**  
Helton Messini da Costa
- 173    **Capitalismo e Barbárie: a violência na educação pública**  
Gisele Duarte Teixeira · Sirley Teresa dos Reis  
Virginia Carvalhal da Silva

- 190 **Os princípios do capitalismo e a deterioração da fé evangélica**  
Hebert Costa de Abreu
- 207 **Aldear e descolonizar desde a Educação Infantil**  
Lucimeire Bezerra Costa · Maria Onete Lopes Ferreira
- 227 **A emergência das Escolas Cívico-Militares no Brasil: antecedentes históricos e reconfigurações da política educacional**  
Janiara de Lima Medeiros
- 238 **SOBRE AUTORAS E AUTORES**

APRESENTAÇÃO

# Em defesa de uma Democracia Nacional-Popular em tempos de barbárie

ANA LOLE

RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES

VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES

Esta coletânea, *Democracia Nacional-Popular X Imperialismo: a urgência de uma Educação Emancipadora*, propõe refletir sobre as categorias de democracia e imperialismo, compreendendo o caráter colonial da formação latino-americana e os impactos dos processos imperialistas sobre a soberania nacional-popular nesse território. Busca-se, ainda, apresentar alternativas emancipadoras frente aos desafios estabelecidos pelo cenário contemporâneo.

A construção de uma democracia nacional-popular, em contraposição às estruturas de dominação impostas pelo imperialismo, exige compreender *a educação para além do capital* (Mészáros, 2005). Uma educação emancipadora deve estimular a participação popular, valorizar os conhecimentos produzidos pela classe trabalhadora, além de fortalecer a capacidade dos sujeitos de questionar e transformar as condições sociais em que vivem. Assim, a disputa em torno da educação também é uma disputa por soberania, democracia e projeto de sociedade, tornando urgente a construção de práticas educativas comprometidas com a cultura nacional-popular.

A ofensiva imperialista sobre a América Latina é um processo histórico vinculado ao projeto de dominação sustentado pelo sistema capitalista. Neste panorama, as crises do capitalismo contribuem para a reorganização das relações de poder por meio de conflitos e guerras, assumindo, nos últimos anos, uma dimensão ainda mais evidente nas ações políticas estadunidenses, que expressam uma face cada vez mais explícita, opressora e violenta do imperialismo, em especial, no que se refere à América Latina<sup>1</sup>.

O imperialismo, tradicionalmente associado à expansão econômica e política das grandes potências sobre outros territórios, assume novas características no contexto do *Capitalismo de Plataforma*. No entendimento de Filgueiras e Antunes (2020), a ampliação de formas de trabalho mediadas por plataformas digitais, nas quais as relações trabalhistas são progressivamente individualizadas e ocultadas, assumem a aparência de relações de prestação de serviços. Desse modo, a extração de dados passa a ter valor econômico na medida em que tais informações são fundamentais para o aprimoramento dos serviços (algoritmos e inteligência de máquina). A concentração de poder tecnológico e a disseminação global dessas plataformas revelam novas formas de desigualdade, concentração de renda e dominação econômica na era da indústria 4.0.

Como se sabe, as plataformas não operam por meio de princípios éticos, inclusivos ou sustentáveis. Gramsci (2007) ensina que a democracia constitui um elemento essencial para a construção de uma sociedade regulada, à medida que fortalece o poder popular e possibilita a desconstrução contínua das estruturas de hegemonia burguesa. Nessa conjuntura, emergem imensos obstáculos aos que

1 A ofensiva imperialista sobre a América Latina para além do petróleo. Ofensiva estadunidense é um projeto político de dominação e a resistência revolucionária é a resposta. *Brasil de Fato*, São Paulo, 15 de janeiro de 2026, escrito por Estefane Maria. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/01/15/a-ofensiva-imperialista-sobre-a-america-latina-para-alem-do-petroleo/>. Acesso em: 07 mai. 2026.

assumem o compromisso irrestrito com os valores democráticos, com a construção da vontade coletiva nacional-popular e com a defesa da autodeterminação dos povos.

Esta obra é produto do grupo de estudos realizado no primeiro semestre de 2026 no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Essa coletânea é resultado de mais um trabalho coletivo, uma característica desde a sua fundação em 2002<sup>2</sup>.

Os artigos foram elaborados por professores, professoras, estudantes dos cursos de mestrado e de doutorado, enfim, todos integrantes do Núcleo. É, portanto, uma construção coletiva, fruto de reflexões igualmente coletivas sempre pautadas nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do NuFiPE.

A presente coletânea é composta por treze capítulos organizados em duas partes. A primeira, *Democracia, Imperialismo e Soberania Nacional-Popular*, é composta por sete artigos, que abordam diferentes dimensões da democracia, do imperialismo, do capitalismo de plataforma e da construção de um projeto nacional-popular; e a segunda, *Ideologia, Barbárie e Educação Antifascista*, é composta por seis artigos, que se dedicam a refletir acerca das relações entre

2 O NuFiPE se constituiu em 2002 e foi oficializado em 28 de janeiro de 2003 na Reunião Ordinária do Colegiado de Unidade da Faculdade de Educação da UFF. São seus/suas fundadores/as os/as docentes Giovanni Semeraro (Coordenador); João Baptista Bastos (Vice-Coordenador) (*in memoriam*); Carlos João Parada; Elza Dely Macedo (*in memoriam*); Gelta Xavier; Jorge Najjar (*in memoriam*); Martha D'Angelo; Percival Tavares da Silva; Sueli Camargo (*in memoriam*); e a graduanda Jacqueline C. Marins. Deste grupo de intelectuais permanecem vinculados até hoje os professores Giovanni Semeraro (Coordenador) e Percival Tavares da Silva. Atualmente, os coordenadores do grupo são os professores Giovanni Semeraro e Rodrigo Lima Ribeiro Gomes. Cf. Lole, Silva e Gomes (2022, p. 13).

educação, cultura, ideologia, resistência e as disputas em torno da democracia atual.

As reflexões elaboradas ao longo desta obra sobre o nacional-popular, nos dão pistas de como enfrentar os tempos de barbárie que experienciamos hoje. A crítica consciente continua a ser o caminho para enfrentar esse “*mondo grande e terribile*” (Gramsci, 1996, p. 158) e para promover as condições efetivas para a construção de uma democracia nacional-popular.

Desejamos uma leitura agradável e instigante!

## REFERÊNCIAS

- FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 59-78.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Lettere dal carcere (1926-1937)*. A cura di Antonio A. Santucci. Palermo: Sellerio, 1996.
- LOLE, Ana; SILVA, Percival Tavares da; GOMES, Victor Leandro C. (org.). *Ensaio sobre política e educação em Gramsci*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- MÉSZÁROS, István. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PARTE I

# DEMOCRACIA, IMPERIALISMO E SOBERANIA NACIONAL- POPULAR

# Construir a democracia que não se realizou

GIOVANNI SEMERARO

## A falência da “democracia capitalista”

No artigo “A democracia que não veio. Virá?”, em fase de publicação na Revista *Educação e Filosofia*, procurei delinear a gênese e a configuração da democracia no mundo moderno. Além de ampliar e aprofundar questões afloradas no texto anterior, aqui pretendo apresentar reflexões e propostas para a construção da democracia de caráter nacional-internacional popular no contexto atual.

Gerada em uma sociedade estruturada pelo modo de produção capitalista e hegemônica pela burguesia, a implementação da democracia na modernidade ocidental foi plasmada pela propriedade dos meios de produção, o acúmulo sem limites de riquezas privadas, a divisão de classes e a racionalidade instrumental. Neste sistema atomizado pela centralidade do indivíduo e “a guerra de todos contra todos”, as desigualdades e a violência se aprofundaram, a política tornou-se negócio, o governo gestão de técnicos (*governance*) e a democracia discurso vazio.

Ter posto fim ao despotismo do *ancien regime* não deu origem a uma nova sociedade, uma vez que a dominação continuou com formas mais sofisticadas. Tida como “revolução”, a mutação operada pelo sistema da burguesia beneficiou só uma minoria, deixando a maior parte da população fora dos circuitos efetivos do poder econômico e político. A democracia assim instaurada revelou-se aparente: proclamada como

poder do povo, na prática, foi esvaziada e tornou-se um arremedo. As mudanças ocorridas nos países centrais e as diversas modalidades de “revolução sem revolução” ou “revolução passiva” (Gramsci, 1975, Q19, §24, p. 2011) se limitaram a aplicar um verniz formal às instituições democráticas. Também no Brasil a “modernização conservadora” implementada pela burguesia foi uma manobra que não mudou a estrutura profundamente desigual e racista da sociedade. Em suas diferentes variações, seja no hemisfério Norte como no Sul, a democracia introduzida na modernidade manteve o povo à margem, no papel de figurante e de coreografia convocada para legitimar eleições periódicas, objeto de consultas formais e sondagens manipuladas. O que se afirmou concretamente por trás das modernas democracias foi a casta dos barões da revolução industrial e tecnológica, o império de instituições financeiras e a “comunidade dos senhores” (Losurdo, 2005, p. 216) das guerras que concentraram um inimaginável poder econômico e lastrearam o supremacismo de superpotências baseadas no colonialismo e na repressão.

Numerosos autores, inclusive liberais, reconhecem que a democracia liberal burguesa “não realizou suas promessas” (Bobbio, 1989, p. 10) e sequer se universalizou. Pelo contrário, por trás do burocrático funcionamento de instituições “públicas” e aparelhos administrativos a serviço da classe dominante, a democracia que vigorou até agora não passou de fachada. Conforme a história mostra à fatura, toda vez que ela é confrontada por insurgências populares que reivindicam seus direitos, apavorada, recorre ao fascismo e ao nazismo. É o que, hoje, vem ocorrendo com a expansão da extrema direita, versão sofisticada de nazifascismo, que revela abertamente a falência da “democracia capitalista”, visível não só na “selva” dos países “atrasados” do Sul, mas também no “jardim” do Norte “civilizado”, onde prosperam individualismo e solidão, crescem pobreza, desigualdades e xenofobia, desinteresse político e vazio existencial. O “capitalismo democrático”, de fato, que concentra fortunas no topo e deixa às mínguas a extensa

base da pirâmide, não determina só o modo de produção material, mas plasma também a cultura, a educação, o comportamento, as relações sociais, igrejas dadas a “pastorear ovelhas” e prometer “prosperidade”. Considerados efeitos colaterais de crises periódicas e falhas que podem ser corrigidas, na realidade, estes conjuntos de fenômenos não conseguem esconder as aberrações congênitas inscritas na incompatível composição de capitalismo e democracia (Wood, 2003, p. 189-190). Diametralmente opostos, o capitalismo baseado na lei do mais forte e nos interesses privados promove concentração de poder, seletividade e exclusão, enquanto a democracia efetiva visa socialização, soberania popular e universalização de direitos. O conúbio forçado desta contradição é tão insanável que a engrenagem da gigantesca transferência de riquezas nas mãos de uma reduzida minoria, provenientes da exploração e precarização da maioria da população, anula não só o sentido de democracia, mas mina o desenvolvimento das nações periféricas e compromete de forma irreversível a vida do planeta. Já foi observado que o “grande modelo democrático do mundo livre” dos Estados Unidos, dominado pela plutocracia e governado por um partido único com duas caras da mesma moeda, “com meios legalmente democráticos implementou uma ditadura do capitalismo monopolista tão sólida quanto a de Hitler com os meios tirânicos” (Lukács, 1980, p. 770).

Aberração ainda mais gritante, o bloco dos “países democráticos” liderados pelo imperialismo americano formou uma poderosa aliança, capitaneada pela OTAN, para garantir a manutenção de seu domínio no mundo, combater os que não se adequam à sua vontade, silenciar dissidentes, reprimir mobilizações sociais e narcotizar a opinião pública. Diante de poder tão esmagador difunde-se a sensação de impotência e a crença de que não há alternativa. Como havia observado Marx, “ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como

leis naturais evidentes” (2013, p. 854). É o que ocorre atualmente no capitalismo hiperdesenvolvido pela “revolução tecnológica” que inclui subjugando e molda o senso comum a aceitar com naturalidade o totalitarismo neoliberal sustentado pelas fortalezas inexpugnáveis de conglomerados econômicos, pelo impenetrável *bunker* de organismos financeiros, pelo monopólio dos gigantes da tecnologia e de plataformas digitais, poderes efetivos que não prestam contas e determinam mentalidades, eleições, manobram instituições públicas e esvaziam a política.

A voracidade deste apavorante “Leviatã” explica o descrédito na democracia e a apatia que predominam na sociedade em relação à política. Descrença e abdicação que juntamente com os complicados mecanismos eleitorais, o abismo entre representantes e representados, as tramas ocultas do poder e a corrupção nas instituições geram a convicção de que a democracia, além de não funcionar, é um estorvo, alimentando oportunistas anti-sistema e fornecendo combustível para o neofascismo.

Sobre a crise da “democracia capitalista” há uma extensa literatura com abordagens teóricas e análises orientadas a melhorar as práticas existentes. No entanto, tratando-se de falência estrutural, de sistema que destrói a vida do planeta e ameaça a sobrevivência da humanidade, mais do que diagnosticar suas falhas e denunciar distorções, é necessário reagir e procurar soluções que não podem se reduzir a maquiagem a “democracia capitalista”. Corrosiva e insustentável já faz tempo, a instauração desta (des)ordem, “só pode ser superada construindo uma nova estrutura” (Gramsci, 1975, Q14, §57, p. 1716), um novo modo de produção e novas relações sociais. Projeto, este, a ser realizado com uma democracia baseada no poder da “vontade coletiva nacional-popular” (Gramsci, 1975, Q13, §1, p. 1560) permanentemente organizada e combativa, pois, nenhuma tirania se dissolve naturalmente sem ser confrontada.

## A democracia pela “vontade coletiva nacional-popular”

Portanto, sem cair no fatalismo e abandonar-se a lamentações, é urgente se dedicar a aglutinar as lutas populares e a se mobilizar massivamente para criar uma sociedade baseada na democracia substantiva que garanta direitos civis, políticos e sociais universais. Obra do poder popular politicamente organizado, a democracia entendida neste sentido é empreendimento complexo e desafiador, a mais elevada conquista humana que só se concretiza com a socialização do poder econômico-político-científico-cultural e a instauração de um modo de produção e de sociabilidade em sintonia com este objetivo.

Neste processo, é fundamental não perder de vista que a democracia (“poder do povo”), não é um dado da natureza, posse automática, garantida para sempre. Menos ainda achar que é uma realidade assegurada por leis, constituições e instituições, ainda que sejam necessárias. Como toda atividade humana, é construção histórica, projeto em disputa, fruto de criação e consolidação permanente. Mesmo emanando do povo, o poder precisa adquirir forma, se materializar com ações eficazes conduzidas com consciência política e exercício continuado de soberania. Longe de toda retórica vazia e abstrata ou da mera reprodução de modelos importados, a democracia popular se constrói com “o espírito de ruptura e a progressiva conquista da própria personalidade histórica” (Gramsci, 1975, Q3, § 49, p. 333). Torna-se, portanto, necessária a formação de um sujeito histórico concreto dotado de recursos materiais, identificado com seu território, ativamente envolvido no destino de seu país, com acesso às fronteiras mais avançadas da ciência, da tecnologia, dispondo de instrumentos e instituições que garantam o desenvolvimento das suas potencialidades e a defesa de seu projeto de sociedade.

Contra a dispersão, a indústria da desinformação e a distração de massa é preciso superar o ativismo “esporádico e desorgânico”, divisões e sectarismos, e se constituir como “povo-nação” construindo “uma vontade coletiva *ex novo*, original [...] como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um real e efetivo drama histórico” (Gramsci, 1975, Q13, §1, p. 1559). Vontade, que para ser efetiva e democrática, não pode ser determinada por plutocratas e vocalizadores do sistema dominante, mas gestada na “práxis” política das massas populares junto com seus intelectuais orgânicos e aglutinados em torno de um polo organizador em osmose permanente com a realidade nacional-popular, “sintetizando os germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e unificadores” (Gramsci, 1975, Q13, §1, p. 1558).

Esta “vontade coletiva nacional-popular” não se forma só no âmbito das fábricas e da produção. Além de operários, camponeses e operadores de serviços, fermenta também nas múltiplas reivindicações de grupos subalternizados, nas diversas lutas contra o colonialismo, a exploração, o racismo, o machismo, o autoritarismo, o colapso da natureza. Para constituir uma sociedade democrática conduzida pela vontade coletiva, além de investimentos em infraestruturas, crescimento econômico, modernização, centros de pesquisa, precisa dispor de meios e financiamentos para garantir o exercício efetivo do poder popular. Tão importante quanto a produção econômica e o desenvolvimento científico e tecnológico, é imprescindível a formação política e cultural de massa que sustente as práticas democráticas em todos os segmentos da sociedade.

Um empreendimento desta magnitude não pode se limitar às formas políticas cristalizadas nas instituições vigentes, mas deve ser implementado e capilarizado nos mais diversos setores da sociedade e recantos do país, integrando periferias e favelas, incentivando e sustentando comitês de bairro, criando ambientes acolhedores, sem doutrinação e oportunistas, onde a população

possa se educar a socializar, debater problemas, apontar soluções, fiscalizar representantes e orçamento público e deliberar sobre questões centrais da vida comum. Foi esta fermentação capilar e massiva que preparou o terreno para a derrubada da ditadura e impulsionou a redemocratização no Brasil. Além de fortalecer partidos e sindicatos, é preciso sustentar e articular movimentos e organizações populares, grêmios estudantis, comunidades locais, cooperativas e bancos comunitários, ecovilas, economias solidárias, agroecologias, serviços públicos, trabalho compartilhado e experiências de autogestão. Em uma sociedade hiperconectada, impactada pela Inteligência Artificial (IA), pelos algoritmos e a robótica que reestruturam o trabalho, moldam o processo cognitivo, induzem comportamentos e pulverizam relações sociais, além de regulamentar seu funcionamento, é fundamental criar infraestruturas tecnológicas e plataformas administradas pelo poder popular para garantir a soberania digital. Se o domínio da tecnocracia utilizada por uma oligarquia determina cada vez mais as tendências coletivas e o monopólio do poder, passou da hora para sair da posição de usuários passivos e providenciar os próprios instrumentos tecnológicos. Neste processo, é fundamental a reapropriação do patrimônio acumulado pela Inteligência Coletiva (IC) usurpada por poderosas corporações. Pois, embora necessários, os aparatos tecnológicos não podem anular a criação e a responsabilidade humana, da mesma forma que o mundo virtual não pode tornar-se fuga da ação política no mundo real para enfrentar coletivamente os problemas concretos.

Gramsci adverte que “a história dos grupos sociais subalternos é desagregada e episódica e as suas tentativas de unificação são continuamente quebradas pelos grupos dominantes” (1975, Q25, §2, p. 2283). Para não permanecer nesta condição vulnerável e subalterna precisa se dar conta de que “a unidade histórica das classes dirigentes ocorre no Estado” (1975, Q25, §5, p. 2288), entendido “em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e

sociedade civil)” (1975, Q6, §87, p. 763). Portanto, a organização das forças populares não pode se restringir a construir a hegemonia política e cultural na sociedade civil. Sem confundir o poder político com resultados eleitorais nem Estado com governo, o objetivo da democracia nacional-popular é renovar profundamente e dirigir a sociedade. Neste sentido, ocorre se organizar para conquistar a “supremacia”, ou seja, “a direção intelectual e moral na sociedade civil e o domínio na condução do Estado” (1975, Q19, §24, p. 2010), duas atividades distintas, mas inseparáveis, que garantem a realização de uma democracia não reduzida às instituições burocráticas, apropriadas pela elite e repletas de larâpios e oportunistas.

As revoluções que introduziram mudanças profundas na história e abriram caminhos para a democracia efetiva ocorreram pela participação massiva popular com os meios disponíveis no próprio tempo. Nenhuma iniciativa vinda do alto, da “mão livre do mercado”, conduzida por uma vanguarda e domesticada pela burguesia trouxe avanços significativos. Sem excluir a possibilidade da “guerra de movimento”, se houver condições para isso, a solidez da organização e a duração política dependem da estratégica “guerra de posição” profundamente enraizada no território, conduzida com ação capilar e permanente, voltada a conectar reivindicações de grupos sociais discriminados, direitos das mulheres, dos trabalhadores precarizados e mobilizações identitárias com a luta de classe. Torna-se, portanto, necessário reivindicar mais atuação da democracia direta, não reduzir a militância política a função de cabo eleitoral, repelir feudos políticos, currais eleitorais, clientelismo e alianças espúrias. Partidos que pretendem construir a democracia popular não podem se reduzir a vencer eleições, mas precisam assumir a sua função orgânica dedicada a articular e consolidar as lutas populares contra o capitalismo.

Trata-se, sem dúvidas, de um trabalho de grande envergadura, complexo, repleto de armadilhas, que demanda tempo, preparo,

investimentos, persistência, coordenação das lutas em muitas frentes e determinação política de um grande contingente de forças populares. Mas, embora difícil, de longo prazo e grande dispêndio de energias, nenhum país torna-se independente, constrói a democracia efetiva e se consolida, se os trabalhadores e as classes populares não se apropriarem do seu direito intransferível, o mais constitutivo e fundamental de todos: o protagonismo político, a soberania nas decisões e a socialização do poder econômico, científico, político e cultural. Subordinado na divisão internacional do trabalho, “associado e dependente” do neoliberalismo, território atrativo para rentistas, relegado a fornecer recursos naturais e mão de obra barata, a exportar *commodities* agrícolas e minerais, entregue a interesses privados e exposto às investidas fascistas da “maior democracia do mundo”, além do crescimento econômico e do consumo, o Brasil precisa investir muito na organização e consolidação do poder popular, no domínio das ciências e das tecnologias mais avançadas e na defesa do país se quiser se tornar uma nação democrática consistente e soberana. Um desafio ineludível a ser enfrentado não só no âmbito nacional, mas a ser articulado também com as lutas populares internacionais contra o totalitarismo neoliberal.

## Construir a democracia nacional-internacional popular

Em 1848, Marx e Engels finalizavam o *Manifesto do partido comunista* com o célebre apelo: “Proletários do mundo todo uni-vos” (2009, p. 57). Uma vez que “o proletariado é a classe internacional” (Gramsci, 1975, Q14, §68, p. 1729) e que “o progresso real da civilização ocorre pela colaboração de todos os povos” (Gramsci, 1975, Q11, §48, p. 1470), a construção da “democracia popular” não estará assegurada no recinto de um país se não se estabelecer uma coalizão com organizações e movimentos internacionais que lutam pelos

mesmos objetivos. O capitalismo, de fato, não será superado apenas com mobilizações setoriais, reivindicações identitárias e no âmbito de fronteiras nacionais. Contrariamente à impressão de caos e anarquia, suas ações são cuidadosamente planejadas e internacionalmente organizadas, intensamente dedicadas a exercer seu poder de vigilância, controle e imposições com todos os meios tecnológicos, midiáticos e bélicos, valendo-se de instituições e grupos especializados dotados de vultosos financiamentos. Submetidos à regressão deste neofeudalismo e tratados como rebanho por um punhado de predadores, os trabalhadores e os subalternizados precisam se articular, acumular forças, se mobilizar mundialmente e ter a audácia de deflagrar manifestações, protestos, boicotes, greves e embates unificados para se reapropriar de seu poder político, das imensas riquezas e dos conhecimentos coletivamente produzidos que lhes são extorquidos.

Fazer frente ao poder global do imperialismo que se proclama “democrático” só é possível com um contrapoder de força global capaz de conectar organizações, partidos, sindicatos, associações e movimentos populares nacionais e internacionais, de modo a constituir um sujeito político coletivo que atue de forma unitária, maciça e impactante. Trabalhadores explorados e precarizados, sem-terra e sem-teto, refugiados, migrantes, população pobre e excedente das cidades, multidão de marginalizados em todos os continentes que sofrem a brutalidade de um sistema que exclui e aniquila, precisam ser subtraídos da sedução de soluções fascistas e atraídos para integrar como sujeitos ativos a criação de um projeto democrático de sociedade.

Sem uniformizar a rica constelação de culturas e dos grupos sociais existentes no mundo, trata-se de construir uma voz e uma ação comum capaz de articular horizontes e dar forma global às agendas políticas regionais e nacionais. Com os meios hoje à disposição, tal como se organizam tantos eventos internacionais para

manobrar massas e incrementar o capitalismo, não faltariam meios para mobilizar em uníssono forças populares de todos os continentes para expressar seu poder e delinear um novo projeto de sociedade. A vontade de potência, a pulsão de morte e a devastação do planeta desencadeadas pelo capitalismo entregue cada vez mais à barbárie só podem ser enfrentadas por uma democracia construída e dirigida pela determinação de uma força nacional-internacional popular unificada, politicamente organizada e atuante. Este é o maior desafio que se coloca hoje se quisermos ser dignos herdeiros da poderosa corrente regeneradora desencadeada ao longo da história pelo suor e sangue das inúmeras insurgências populares, das lutas de independência dos povos colonizados e das revoluções dos explorados e “esfarrapados” deflagradas em diversos países do mundo, consideradas por narrativas dominantes como “sanguinárias” e totalitárias em relação à revolução americana: democrática, racional e constitucional (Arendt, 1990, p. 172).

Se na modernidade se colocou fim ao *ancien regime*, creio que hoje estão mais do que maduras as condições para se insurgir contra um absolutismo mais letal instaurado pela prepotência e podridão dos atuais “donos do mundo” que se dizem democráticos. Países que foram colonizados e hostilizados já se levantam e organizam para fazer frente ao “democrático” Norte Global liderado pelos Estados Unidos, lançando o desafio da disputa hegemônica não só no campo da produção e do repertório bélico, mas também da ciência e da tecnologia. No entanto, além de iniciativas vindas de cima, é ainda mais decisivo articular e potencializar a multiplicidade de movimentos sociais e das lutas populares esparsas no mundo que “pressionam por reivindicações que no seu conjunto desorgânico constituem uma revolução” (Gramsci, 1975, Q13, §23, p. 1603). As iniciativas deflagradas pelo BRICS, a União Africana, as Associações do Sudeste Asiático, da América Latina e diversos eventos do Sul Global para construir uma agenda comum em torno

do multilateralismo e da reconfiguração geopolítica precisam vir acompanhadas por intensas atividades voltadas a concretizar a “utopia viável” de uma democracia de caráter nacional-internacional popular que não se limita a políticas de redução de danos e a paliativos assistencialistas para mitigar a pobreza.

Além de defender a soberania nacional e estreitar laços de cooperação comercial e investimentos em infraestruturas, é fundamental fortalecer o protagonismo de organizações populares constituindo-as cada vez mais como sujeito unificado mundialmente. Da mesma forma que se criou o Banco do BRICS, Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), é urgente instituir uma coordenação internacional dos movimentos e organizações populares para dar organicidade, consistência e eficácia às lutas mundiais pela democracia. Neste sentido, é também importante resgatar o legado de diversas iniciativas promovidas contra o colonialismo e o imperialismo: a Conferência de Bandung (1955), a Cúpula do Movimento dos Países Não Alinhados (1961), as resoluções da Conferência Tricontinental (1966); Fórum Global Nyéléni; a Assembleia Internacional dos Povos; a Campanha Global para Recuperar a Soberania dos Povos, a Coalizão Internacional Não-G7, Fóruns regionais de integração de forças populares, movimentos de ambientalistas e eventos sobre mudanças climáticas.

Para serem efetivos, o planejamento e a execução destas atividades devem envolver diretamente a participação popular e a sua ação política direcionada à construção de um projeto de sociedade efetivamente democrática. Como Marx e Gramsci apontaram não haverá mudanças efetivas no mundo por meio de boas intenções, pilhas de documentos e enxurrada de discursos, mas unicamente com a organização popular e a sua intervenção política unificada, tendo consciência de que “a revolução, e não a crítica, é a verdadeira motriz da história” (Marx; Engels, 1998, p. 36).

## REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere* (Q). A cura di V. Gerratana. Torino: Einaudi, 1975. Cf. a tradução integral desta obra pela IGS-Brasil: <https://igsbrasil.org/>
- LOSURDO, Domenico. *Controstoria del liberalismo*. Roma-Bari: Laterza, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto del partito comunista*. Traduzione e Introduzione di D. Losurdo. Roma-Bari: Laterza, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LUKÁCS, György. *The Destruction of Reason*. London: Merlin Press, 1980.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

# **Imperialismo, Soberania Nacional-Popular e Crise da Democracia: reflexões acerca das transformações contemporâneas a partir de Domenico Losurdo**

RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES

ANA LOLE

## **Introdução: o contexto da obra recente de Domenico Losurdo**

Domenico Losurdo, nos campos marxista e progressista, remou contra a maré em vários aspectos. Desde, pelo menos, o final de década de 1990 até vir a falecer, em 2018, o filósofo italiano abordou temas que haviam se tornado marginais (ou mesmo tabu) nas esquerdas, como a defesa das revoluções russa e chinesa, a crítica ao revisionismo histórico e a centralidade do imperialismo, da questão nacional e das lutas anticoloniais (Losurdo, 2004a, 2010, 2020).

Enquanto, no campo progressista, depois do colapso da União Soviética, se defendia a perda da importância do Estado e do imperialismo (Hardt; Negri, 2001), se buscava articular o marxismo com temas como a questão ambiental (Foster, 2005), e se procurava um retorno a um Marx não “contaminado” pelo que seus herdeiros fizeram sob sua influência (Bensaïd, 1999; Buey, 2006), Losurdo manteve as

questões políticas históricas do marxismo e do movimento comunista na dianteira de suas reflexões. E nos parece que essas preocupações se manifestam como as mais atuais no presente contexto.

Por certo, o conjunto das novas investigações realizadas no âmbito do marxismo e do pensamento progressista tiveram e continuam tendo certo impacto em termos de atualização das questões, visando problemas teóricos e práticos presentes e futuros. No entanto, nos parece que a proposta metodológica de revisita da história do movimento comunista e progressista realizada por Losurdo se mostra a mais atenta com os problemas emergentes e consequentes da contemporaneidade, em especial quando pensamos em termos de “Sul Global” (Prashad, 2012).

Com o colapso da União Soviética, ganhou força o discurso “globalista” (Ianni, 1994), preconizando o enfraquecimento das fronteiras, do Estado-Nação e a conversão tendencial das sociedades nacionais numa “sociedade global”. Certo otimismo profético previa um futuro luminoso para a humanidade, com a conversão das disputas nacionais numa espécie de cooperação competitiva, na qual o mercado mundial se converteria no agente racional de alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, beneficiando a todos. Em suma, com a globalização, criou-se o cenário para o discurso do “fim da história” (Fukuyama, 1992).

Contudo, essa perspectiva partia de um pressuposto nem sempre declarado: tal cenário seria garantido pelo poder dos Estados Unidos (Fiori, 2004) como uma espécie de “polícia global”, agindo, se necessário, com a violência de seu poderio militar para garantir a nova ordem mundial. Com isso, a imagem positiva de uma situação idílica em nível global rapidamente foi desfeita pelas guerras promovidas pelos Estados Unidos já na década de 1990, com o objetivo de enfraquecer, dividir e destruir países, como no caso da Iugoslávia (Parenti, 2002; Losurdo, 2020). No primeiro quartel do século XXI, os Estados Unidos expandiram enormemente suas intervenções

pelo globo, dando ênfase ao Oriente Médio, mas agindo também no Leste Europeu e na América Latina (Moniz Bandeira, 2013; 2016).

Tais processos não se limitaram apenas ao aspecto militar. Nas décadas de 1980 e 1990 os países centrais forjaram e impuseram o neoliberalismo como pensamento único, constituindo aquilo que se convencionou chamar de “consenso de Washington”: o recuo da participação do Estado na economia mediante privatizações de empresas públicas, desregulamentação do mercado e desinvestimento no bem-estar social das sociedades (Anderson, 1995).

Para boa parte dos países da periferia, incluindo agora os antigos países socialistas do Leste Europeu, sobrou a implementação de distintas modalidades de “doutrina de choque” (Klein, 2007; Milanovic, 2015), muito embora alguns países asiáticos tenham escapado do “consenso” e experimentado saltos progressivos de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico (Weber, 2021; Chang, 2009), mediante o não cumprimento da ortodoxia neoliberal, fazendo uso de financiamento, investimento e planejamento estatal para realizar seu desenvolvimento.

Nesse contexto, as análises de Losurdo sustentam uma linha vermelha que nos permite costurar os problemas da esquerda do século XX, desde um ponto de vista ancorado no marxismo, com as questões presentes (e de um futuro próximo), se mostrando de grande valia para a teoria e a prática da emancipação e da soberania nacional-popular. Aqui, nos propomos a desenvolver uma investigação focada nos conceitos de imperialismo, colonialismo e democracia à luz de uma perspectiva histórica.

## O acerto de contas com o “marxismo ocidental”

A noção de “marxismo ocidental”, difundida desde a década de 1970 por Perry Anderson (2004), buscava compreender as especificidades da forma como o pensamento inaugurado por Marx e Engels teria se desenvolvido nos países centrais do capitalismo. Neste texto, Anderson argumenta que a principal distinção entre os marxismos “ocidental” e “clássico” seria a ênfase, no primeiro, em reflexões filosóficas e culturais, enquanto o segundo seria marcado por análises que privilegiariam os aspectos econômicos e políticos das sociedades, com o intuito de orientar a ação do movimento operário e dos partidos de orientação socialista, social-democrata ou comunista.

Tais mudanças diferenciariam autores como Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky de pensadores como Karl Korsh, György Lukács e a Escola de Frankfurt. Como uma espécie de figura de “transição” entre os dois tipos de marxismo, Anderson destaca o pensamento carcerário de Antonio Gramsci, com suas reflexões que abarcam diversos temas de ordem “superestrutural”, sem dar grande ênfase aos problemas econômicos<sup>1</sup>.

Para Losurdo, ao conceber um pensamento marxista livre das amarras da ação política, Anderson “proclamava a excelência de um marxismo ocidental finalmente liberto do abraço sufocante do marxismo oriental” (Losurdo, 2018, p. 13). Por certo, é importante ressaltar que Anderson não criou o chamado “marxismo ocidental”: ele identificou determinadas características do marxismo *acadêmico* dos países ocidentais e não o poupou de críticas — embora, como ressaltado por Losurdo, não o poupou de elogios, que destacam a sofisticação e a diversificação das análises.

1 Impressão, a nosso ver, equivocada. Sobre a contribuição de Gramsci ao pensamento econômico, ver Krätke (2011).

Contudo, para o nosso argumento, partir das críticas de Losurdo ao “marxismo ocidental” é relevante para compreender o conjunto do acerto de contas que o filósofo italiano estava promovendo nas últimas décadas. E um dos aspectos fulcrais dos limites daquele marxismo foi justamente o menosprezo pelas conquistas práticas que o movimento comunista promoveu nos “países orientais”: a derrota do Eixo Nazifascista na Segunda Guerra Mundial (ao redor de 80% das forças armadas alemãs e de seus aliados foram destruídas pelo Exército Vermelho, que também já havia derrotado o Japão imperial na Mongólia, antes de Hitler invadir a Polônia); a promoção do desenvolvimento industrial, educacional e técnico-científico implementado pelos países socialistas; e o impulso aos movimentos de libertação nacional (anticoloniais) no “Terceiro Mundo”.

Apenas para se ter uma ideia do nível de alienação do “marxismo ocidental”, para nós basta um exemplo anedótico no espaço que aqui nos cabe. Em 1942, ou seja, com a *Wehrmacht* ocupando boa parte do território europeu da URSS, em pleno cerco a Leningrado, e no ano em que se iniciou a batalha de Stalingrado, Max Horkheimer lamentava o fato de que a União Soviética não estava preocupada em realizar o “ideal da extinção do Estado”. Por certo, segue o filósofo italiano, Hitler teria “compartilhado a mesma queixa e a mesma indignação” (Losurdo, 2018, p. 12). Exatamente o comportamento que Horkheimer denunciava era o que “permitia à União Soviética escapar da submissão colonialista e escravista à qual o Terceiro Reich queria submetê-la” (Losurdo, 2018, p. 12).

Ou seja, a característica fundamental do modo como o marxismo se desenvolveu no Ocidente, em especial nos meios acadêmicos, foi marcada por um descompasso entre a crítica e o movimento histórico, redundando em reflexões políticas pouco realistas, incapazes de influenciar o rumo das coisas. Com isso, desvinculavam a teoria da prática política e acabavam se refugiando e se enamorando

de seus feitos de pensamento, menosprezando, assim, a suposta “pobreza” do marxismo “oriental” e de suas realizações.

## O combate aos revisionismos históricos

Os processos de revisionismo histórico são parte fundamental do ofício historiográfico, uma vez que todo olhar voltado para o passado será orientado pelo contexto, refletirá a partir de questões do presente e, ainda que em nível inconsciente, apontará para uma ideia de futuro, para alguma imagem de “dever ser”. Contudo, com o tempo, certas ideias acerca de fatos nevralgicos do passado se consolidam como *topoi* interpretativos, a partir dos quais divergências historiográficas ocorrem dentro de certas margens aceitáveis pelos profissionais.

Porém, mais recentemente, Losurdo (2015) observou que, em diversos países ocidentais, certa historiografia vem realizando uma operação de ruptura epistemológica completa com a tradição anterior com o intuito de “liquidação da tradição revolucionária”, tanto no sentido de deslegitimar qualquer ideia de revolução como evento que transforma de modo radical os fundamentos societários, quanto de destruir a esquerda marxista, mesmo as mais moderadas (como a socialdemocracia), como força política legítima. Com isso, todos os processos revolucionários ocorridos na Europa e na América do Norte, e mesmos as lutas anticoloniais no Sul Global, passam a ser vistos como um “mal desnecessário”, uma vez que o fio da história supostamente apontaria, naturalmente, para a liberdade, para a democracia e para a “economia de mercado” (Melo, 2013).

De acordo com Demian Melo (2013, p. 9-27), os revisionismos possuem orientações diversas, desde o *negacionismo* aberto — como a recusa em reconhecer o holocausto promovido pelos nazistas nas décadas de 1930 e 1940 —, até as vertentes que buscam explicar os

fascismos contemporâneos (fascismo, nazismo, franquismo, salazarismo etc.) como meras reações ao “comunismo sanguinário”. Nesse contexto, temos desde revisionismos liberais que ecoam a noção de “totalitarismo” de Hannah Arendt, igualando marxismo e fascismo, até direitistas que legitimam os fascismos, em diversos níveis, por sua atuação anticomunista — e mesmo antissocialista ou antissocial-democracia.

Losurdo (2015) identifica, portanto, que as tentativas contemporâneas de revisão histórica não derivam de iniciativas puramente acadêmicas de reinterpretação do passado das sociedades: trata-se de uma ação político-ideológica que tem o fito de deslegitimar a própria ideia de revolução como categoria heurística e como possibilidade de futuro, intentado a eternização das sociedades liberais. Mas, além disso, busca-se a reabilitação histórica de movimentos reacionários diversos — desde a reação contra os jacobinos na Revolução Francesa, passando pelos Confederados da Guerra Civil estadunidense até os fascismos — como forças que atuaram contra aqueles que atacavam a “civilização europeia” e o estado “natural” das coisas, desde os jacobinos, que determinaram o fim da escravidão nas colônias francesas e inspiraram movimentos anticoloniais nas Américas, até os bolcheviques e seus descendentes, que comandaram revoluções sociais e anticoloniais na periferia do capitalismo e no “Terceiro Mundo”.

O componente racista faz parte do processo revisionista — ou, ao menos, de alguns deles — na medida em que se legitima a superioridade branca europeia sobre os povos coloniais, com a defesa dos impérios, mas também contra o bolchevismo russo, uma vez que o povo russo seria visto como “bárbaro”, descendente das hordas de cavaleiros nômades dos Urais (na caracterização de Mises), que odiariam tudo o que fosse relacionado à cultura e à civilização, característica intrínseca da Europa (Losurdo, 2015).

A crítica aos revisionismos torna-se, portanto, crucial para Losurdo, no travar de seus embates contemporâneos. Pode-se

dizer que as próprias esquerdas nos países capitalistas centrais e o marxismo ocidental aderiram, em alguma medida, a posições revisionistas — ainda mais depois do colapso dos socialismos no Leste Europeu. A contestação, pelas próprias esquerdas, das conquistas das revoluções russa e chinesa, por exemplo — aquelas sobre as quais Losurdo mais reflete acerca do legado —, aquecem o caldo de cultura da deslegitimação das revoluções e da luta anticolonial do revisionismo contemporâneo, desmobilizam as energias utópicas e conformam os setores progressistas e seus movimentos ao “fim da história” da globalização neoliberal.

### Revolução Chinesa e a China contemporânea: socialismo, soberania nacional e desenvolvimento econômico e social

A presente ascensão chinesa — marcada por crescimento econômico acelerado, expresso na prática por um colossal desenvolvimento urbano-industrial, amparado no investimento público e privado elevado em infraestrutura, energia, educação e ciência e tecnologia, orientado pelo planejamento econômico quinquenal — é uma realidade consolidada da contemporaneidade (Jabbour; Gabriele, 2021). Contudo, quando Domenico Losurdo iniciou sua defesa da República Popular da China contra os marxistas ocidentais, os progressistas e os liberais, há mais de vinte anos atrás, as conquistas chinesas eram incipientes e poucos acreditavam que o colosso asiático atingiria o nível de superpotência.

Publicado originalmente em 2004, *Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje* (Losurdo, 2004a), trata de fazer um balanço dos dois processos revolucionários, de suas conquistas e de seus limites, refletindo criticamente acerca de ambos, mas também acerca da forma como as esquerdas ocidentais

os interpretavam. Aqui nos concentraremos, por uma questão de espaço, mas também por conta de seu impacto na contemporaneidade, em suas considerações acerca da revolução chinesa e sobre a China atual no contexto da globalização.

Losurdo (2004a) argumenta que parcela significativa da esquerda europeia e norte-americana capitulou diante do discurso liberal-hegemônico, desconsiderando a relevância da libertação nacional e do combate ao colonialismo no interior das lutas socialistas. O ponto de partida é o período que os chineses chamam de “século das humilhações”, que tem início na humilhação histórica imposta sobre a China a partir das Guerras do Ópio e da partilha colonial imposta pelas potências ocidentais e pelo Japão. Diante desse quadro de desagregação e pilhagem, Losurdo afirma que o movimento comunista chinês compreendeu, desde as suas origens, que a emancipação social era indissociável do resgate da soberania nacional e da superação da opressão colonial.

Segundo Losurdo (2004a), a tradição liberal do Ocidente exaltou, historicamente, as liberdades internas das metrópoles, ao mesmo tempo em que celebrava a dominação colonial sobre o resto do mundo. A ideologia da superioridade da “raça europeia” legitimou invasões, desestruturação de sociedades e opressão sistêmica sob o pretexto de uma pretensa “missão civilizadora”. A partir deste entendimento, o autor critica as leituras que desqualificam a Revolução Chinesa por esta conferir centralidade à questão da soberania nacional. Para Losurdo, ignorar o peso da dominação colonial equivale a apagar as contradições fundamentais do sistema imperialista. A esquerda que adota acriticamente os critérios liberais de julgamento acaba por atuar como uma caixa de ressonância das narrativas geopolíticas de Washington e das potências ocidentais.

Com isso, a atuação dos comunistas chineses é vista por Losurdo (2004a) como componente indispensável para as realizações da China contemporânea. Em seu entendimento, sem uma orientação

socialista clara, seria impossível a ruptura com o modelo colonial. Por sua vez, sem a construção de um Estado forte e soberano, a China permaneceria submetida à condição periférica. Com isso, a luta pelo desenvolvimento econômico e tecnológico, frequentemente subestimada ou ridicularizada pelas esquerdas e pelo marxismo ocidental, constitui dimensão essencial da resistência anti-imperialista. A superação do atraso produtivo é apresentada como imperativo de sobrevivência e como pré-requisito indispensável para a real autodeterminação do povo chinês.

Em impressões de uma viagem à China, em 2010, registradas em prefácio a um livro de Elias Jabbour, Losurdo sintetizou os pontos desenvolvidos acima, ressaltando o caráter profundamente auto-crítico dos comunistas chineses (em especial quando comparada à posição dos dirigentes dos antigos países socialistas da Europa):

Os comunistas chineses não deixam de sublinhar que o caminho a percorrer é longo, e numerosos e gigantescos são os problemas a resolver e os desafios a enfrentar e que, apesar de tudo, o seu país continua a fazer parte do Terceiro Mundo.

Na verdade, no decurso da nossa viagem, não encontramos esse Terceiro Mundo. Pelo menos em Pequim, que fascina com o seu aeroporto ultramoderno e reluzente, e ainda menos em Qingdao, onde se desenrolaram os Jogos Olímpicos de 2008 e que lembra uma cidade ocidental, com beleza e elegância especiais e um nível de vida elevado. Também não encontramos o Terceiro Mundo quando nos afastamos 1.500 km das regiões orientais e costeiras, que são mais desenvolvidas, e em Chongqing, a enorme megalópole que contém um total de 32 milhões de habitantes e que, há alguns anos, parecia ter dificuldade em acompanhar o milagre econômico. Não temos dúvidas de que o Terceiro Mundo existe ainda no enorme país asiático, mas o encontro falhado com ele foi consequência não da vontade de esconder os pontos fracos da China moderna, mas

do fato de o impetuoso crescimento em curso já há mais de 30 anos estar a reduzir, a diminuir e a pressionar a um ritmo acelerado a área do subdesenvolvimento, que se atenua numa lonjura cada vez mais distante.

No Ocidente não faltarão, a este propósito, os que vão fazer uma careta: desenvolvimento, crescimento, industrialização, urbanização, milagre econômico duma amplitude e duração sem precedentes na história. Que vulgaridade! Este esnobismo do belo mundo parece considerar insignificante o fato de que milhões de pessoas tenham escapado a um destino que os condenava à subnutrição, à fome e mesmo à morte por inanição (Losurdo, 2012, p. 42).

## Imperialismo e crise da democracia

A autoimagem que intelectuais, mídias e políticos criaram nos Estados Unidos e na Europa, sem excluir de modo algum as esquerdas — como já aludimos acima —, constrói uma categoria de “Ocidente” como sinônimo exclusivo de liberdade, razão e direitos humanos. Contudo, para fazê-lo, esses grupos recalcam de modo sistemático seus próprios crimes coloniais, racistas e imperialistas. E, quando grupos subalternos e povos colonizados reagem à exploração e à opressão, são desqualificados pela narrativa hegemônica, que os acusa de “ódio irracional” contra o Ocidente (Losurdo, 2010).

Apesar de todas as evidências, os impactos da expansão ocidental — que incluem diversos genocídios, nas Américas, na África, na Austrália, por exemplo — são recalcados ou minimizados na construção discursiva hegemônica do Ocidente, enquanto todo tipo de barbarismo e fanatismo (“fundamentalismo”) são projetados no “Outro” — no Oriente, no mundo árabe e islâmico ou nos povos do Terceiro Mundo. Losurdo (2010), sem deixar de reconhecer ações “bárbaras” de quem quer que seja, ressalta que tais características

estão fortemente presentes no universo europeu e estadunidense, de formas até mesmo mais acentuadas — como se pode ver na “solução final” dos nazistas.

Com isso, há oscilações históricas na própria noção de Ocidente, a qual por vezes inclui ou exclui determinados povos e/ou nações, ou considera que alguns são excepcionais (como é o caso do excepcionalismo estadunidense), a depender da conveniência da ocasião. Na contemporaneidade, tal noção está intrinsecamente, na avaliação de Losurdo (2010), relacionada aos ditames da política imperial de Washington: mesmo os europeus que, conjunturalmente, venham a se opor a algum interesse geopolítico e/ou geoeconômico dos Estados Unidos passam a ser excluídos da noção de pertencimento ao Ocidente. O autor identifica e descreve diversas narrativas acerca da “decadência” europeia e de sua capitulação a valores “Orientais”, como ideias pacifistas e de construção de Estado de Bem-Estar Social.

Mas, os recalques discursivos ocidentais não escapam aos fatos: seja qual for a noção, mais ou menos ampliada, de “Ocidente” com que se queira trabalhar, o elemento do colonialismo e de suas consequências unifica historicamente os países da Europa com os Estados Unidos. Losurdo (2010) destaca como que, por exemplo, as noções de “espaço vital” e a política de extermínio que os nazistas conduziram na Europa do Leste tiveram como fonte de inspiração a legislação de segregação racial dos Estados Unidos, a conquista do Oeste americano e o “Destino Manifesto”. Além disso, a noção de Ocidente sempre esteve atrelada a uma noção de raça, que relacionava civilização a branquitude, e, portanto, conceitos como “liberdade”, “direitos humanos” e “democracia” eram privilégio da “raça superior”, legitimando a sujeição e o extermínio dos não-brancos.

Posteriormente ao colapso do socialismo no Leste Europeu, a noção triunfalista da globalização — na verdade, domínio “unipolar” (Krauthammer, 1990) dos Estados Unidos — marcou um ofuscamento da consciência crítica no Ocidente, no qual a autoimagem de

bastião dos melhores “valores” da humanidade se intensificou, apesar de, na prática, as intervenções imperialistas econômicas, políticas e militares terem permanecido de modo intenso. As ações militares deixam de ser justificadas pela luta contra o “comunismo” e passam a reivindicar termos como “missões humanitárias”, de “promoção da democracia” e dos direitos humanos. Além disso, nos anos 2000, se acrescentou um novo inimigo, o “terrorismo islâmico”, que passou a justificar quaisquer iniciativas bélicas do império no Oriente Médio, minimizando os “danos colaterais” (Losurdo, 2010) — que hoje já se encontram na casa dos milhões de mortos e das dezenas de milhões de deslocados, provocando fluxos migratórios desestabilizantes em outras regiões, como a própria Europa.

Mas, o “momento unipolar” da globalização imperialista e neoliberal não promoveu apenas destruição de vidas e de riquezas no Oriente Médio, na África e na América Latina: as próprias democracias ocidentais e latino-americanas passaram a sofrer com o novo cenário. Para sustentar as instabilidades promovidas pelas reformas neoliberais — e, no caso dos Estados Unidos, também os custos das “guerras eternas” —, as democracias ocidentais, de modo crescente, passaram a adotar um modelo que Domenico Losurdo (2004b), chamou de “bonapartismo *soft*”.

Tal modelo, ainda com Losurdo (2004b), se fundamenta num esvaziamento substancial do processo democrático, em decorrência do enfraquecimento do papel dos partidos políticos tradicionais e do próprio parlamento, que passam a ser submetidos por *lobbies* e financiadores de campanha. O processo político deixa de ser definido pelo debate racional e crítico ao redor de programas partidários para se converter em *marketing*, que espetaculariza a política através dos meios de comunicação de massa, que vão se tornando cada vez mais concentrados como propriedade de grandes corporações.

Com isso, experimenta-se um processo de hipertrofia do poder executivo, no qual a disputa política se converte em competição entre

líderes carismáticos dentro de um “mercado político”. Formalmente, as instituições não sofrem transformações substanciais, mas as decisões de real importância estatal e econômica são transferidas para instâncias burocráticas, financeiras ou para o executivo central, privadas da influência direta do eleitorado. Neste cenário, se cria um quadro de “monopartidarismo competitivo” (Losurdo, 2004b), no qual os partidos políticos esvaziados de conteúdo tornam-se similares do ponto de vista de suas propostas socioeconômicas, passando a disputar os votos dos “eleitores-consumidores”, espetacularizando questões de outras ordens.

## Considerações finais

O breve apanhado de algumas das questões discutidas em livros publicados por Domenico Losurdo nas duas primeiras décadas do século XXI teve a intenção de refletir, a partir de sua longa, erudita e diversa obra, acerca dos problemas que nos parecem centrais na realidade contemporânea, em especial para países do Sul Global como o nosso, com foco nas temáticas do imperialismo, da questão nacional e da democracia.

A ênfase das ações imperialistas do Ocidente e, em particular, de seu líder, os Estados Unidos, deve-se a razões que Losurdo discutiu longamente e que seguem se tornando mais gravosas após a sua morte, em 2018. A noção de excepcionalidade, a arrogância e ausência quase absoluta de retidão por parte das potências imperialistas vêm adquirindo caráter verdadeiramente *negacionista*. Losurdo (2010) aborda esse aspecto em relação aos bombardeios atômicos no Japão, ao uso de armas químicas no Vietnã e às prisões arbitrárias, torturas e assassinatos no contexto da “guerra ao terror”, entre outros. Porém, mais recentemente, podemos destacar o genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, a limpeza

étnica nas vilas do Sul do Líbano e a instauração de um ex-líder da Al-Qaeda e do Estado Islâmico na presidência da Síria, precedida e seguida por campanhas limpeza étnica contra curdos, drusos e alauítas — tudo devidamente normalizado pelos intelectuais, pelos meios de comunicação e pelos políticos ocidentais.

Esse “negacionismo estrutural” das classes dominantes ocidentais — agora não mais constrangidas pelo voto democrático, por terem sido bem-sucedidas no estabelecimento de seu “bonapartismo *soft*” — se expressa na hipocrisia acusatória em relação ao “barbarismo” do “Outro”, seja ele latino, africano ou asiático. Quando uma nação ou um grupo atua contra os interesses geoestratégicos ocidentais, faz-se uso da máquina militar para aniquilar a resistência, com bloqueios que visam o estrangulamento material do país, como ocorrido contra Cuba, Irã, Venezuela e outros, ou pelo ataque militar direto — ou pela combinação de ambos, como vimos no caso dos dois últimos, por enquanto.

Losurdo (2010) ainda possuía certo otimismo em relação à capacidade de o Ocidente recuperar a razoabilidade e superar sua atual visão negacionista, arrogante e belicista. O autor clamou pela restauração de uma consciência histórica, crítica e universalista, capaz de superar o maniqueísmo imperial, reconhecer a dignidade incondicional de todos os povos e rejeitar a linguagem da dominação disfarçada de civilização. Porém, nós do Sul Global nos colocamos diante de um grave dilema: é possível esperar pela recuperação do bom senso (se é que ele já existiu) por parte das elites imperiais ou é necessário nos prepararmos para a resistência? Infelizmente, o estado atual das coisas aponta para a segunda hipótese.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BUEY, Francisco Fernández. *Marx (sem ismos)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- CHANG, Ha-Joon. *Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FIORI, José Luiz. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FOSTER, John B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994.
- JABBOUR, Elias. *China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Mauricio Grabois; Paraíba: EDUEPB, 2012.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo Boitempo, 2021.
- KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine: the rise of disaster capitalism*. New York: Picador, 2007.
- KRÄTKE, Michael R. Antonio Gramsci's Contribution to a Critical Economics. *Historical Materialism*, v. 19, n. 3, p. 63-105, 2011.

- KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. *Foreign Affairs*, v. 70, n. 1, America and the World, p. 23-33, 1990.
- LOSURDO, Domenico. *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LOSURDO, Domenico. *Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004b.
- LOSURDO, Domenico. *Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004a.
- LOSURDO, Domenico. *Il revisionismo storico*. Problemi e miti. Bari: Laterza, 2015.
- LOSURDO, Domenico. *O marxismo ocidental*. Como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LOSURDO, Domenico. Prefácio. In: JABBOUR, Elias. *China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Mauricio Grabois; Paraíba: EDUEPB, 2012.
- MELO, Demian B. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- MILANOVIC, Branko. After the wall fell: the poor balance sheet of the transition to capitalism. *Challenge*, v. 58, n. 2, p. 135-138, April 2015.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A segunda Guerra Fria*. Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

- PARENTI, Michael. *To Kill a Nation: the attack on Yugoslavia*. Nova York: Verso, 2002.
- PRASHAD, Vijay. *The poorer nations: a possible history of the Global South*. Nova York: Verso, 2012.
- WEBER, Isabella M. *How China escaped shock therapy: the market reform debate*. New York: Routledge, 2021.

# A Luta Democrática na Era do Capitalismo de Plataforma: novas trincheiras por uma hegemonia nacional-popular

VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES

LEONARDO CÉSAR DE ALBUQUERQUE

No mês de abril de 2026, uma das principais *Big Techs* do Vale do Silício, a Palantir<sup>1</sup>, lançou um manifesto<sup>2</sup> na plataforma *X*, o antigo *Twitter*, contendo 22 pontos em que apresenta uma base ideológica e política para a ação dessas empresas no cenário estadunidense e mundial. O documento tem por eixo central uma convocação às empresas do Vale do Silício a adotarem uma nova postura política diante do Estado e da sociedade.

1 Empresa norte-americana de *software* de análise de dados e inteligência artificial. Fundada entre os anos de 2003-2004 com investimentos do programa *In-Q-Tel* da CIA, para auxiliar na política de “combate ao terrorismo”. Atualmente, a corporação firma parcerias com diversos setores dos Estados Unidos, do Centro de Controle de Doenças (CDC), o Serviço de Imigração e Alfândega (ICE), às empresas de segurança nacional e espionagem como a Agência Central de Inteligência (CIA), a Agência Nacional de Segurança (NSA) e a Agência de Investigação Federal (FBI). Seus CEOs, Alex Karp, e o cofundador, Peter Thiel, são conhecidos por suas posições públicas alinhadas com a retórica da chamada extrema direita contemporânea.

2 Matéria do jornal *Outras Palavras*: “Varoufakis analisa o manifesto distópico da Palantir”, escrito por Yanis Varoufakis e traduzido por Rôney Rodrigues. Disponível em: <https://outrapalavras.net/tecnologiaemdisputa/varoufakis-analisa-o-manifesto-distopico-da-palantir/> Acesso em: 25 abr. 2026, às 10:23.

Alegando haver um compromisso dessas corporações com os interesses dos Estados Unidos, o documento as convoca a uma virada, na qual o desenvolvimento tecnológico deve superar a “tirania dos aplicativos”, que restringe o “senso do possível” dessas empresas, e assumir abertamente um “poder duro” baseado nos “*softwares*”, para além dos “limites do *soft power*”<sup>3</sup>. Segundo os redatores do documento da Palantir, “a era atômica, está chegando ao fim, e está prestes a começar uma nova era de dissuasão baseada em IA [Inteligência Artificial]”.

Com uma retórica de corrida contra um inimigo que se arma, o documento da Palantir primeiro analisa uma mudança de postura na política nacional, em que alerta acerca da necessidade de superar um excesso de “psicologização da política”, no qual os sujeitos “olham para a arena política para alimentar sua alma e seu senso de si, que dependem excessivamente de que sua vida interior encontre expressão em pessoas que talvez nunca conheçam”, para assim assumir as necessidades ditas prementes de defender os interesses norte-americanos.

Expressa a necessidade das empresas de tecnologia de se associarem ativamente no cenário da gestão do Estado, convocando a responsabilidade das *Big Techs* em desenvolver novas tecnologias para o “combate de crimes violentos”. O documento também ataca a existência de um excessivo funcionalismo público, sob o argumento de que a burocracia estatal representa um alto investimento ineficaz, comparando-a com o funcionamento de uma empresa, que com menos investimentos consegue desenvolver soluções. Há, ainda, a denúncia de uma “intolerância generalizada em relação às crenças

3 O termo *soft power* (ou poder brando) foi criado pelo cientista político estadunidense Joseph Nye e se refere à capacidade, no cenário internacional, de países influenciarem outros não pela força militar, pressão econômica ou pela coerção, mas sim pela persuasão, utilizando recursos culturais, prestígio, valores ideológicos, bem como a projeção de uma imagem positiva.

religiosas em certos círculos” e atribuindo às *Big Techs* o papel de resistir a essa suposta intolerância religiosa. O texto defende a participação dos empresários do Vale do Silício nos debates políticos, a partir de críticas às vozes que fazem “ataques superficiais e mesquinhos contra aqueles que ousam fazer algo além de enriquecer”.

Em seguida, encaminha suas premissas para uma leitura do sistema internacional. Sob o pressuposto de que os Estados Unidos representaram o principal eixo garantidor de uma “paz extraordinariamente prolongada” e os maiores promotores de “valores progressistas” em toda a história do mundo, o texto estrutura sua compreensão na necessidade prioritária de defesa dos interesses estratégicos desse país.

Houve ataques à neutralização militar da Alemanha e do Japão, no Pós-Segunda Guerra, entendida como uma “correção excessiva” e que precisa ser revertida no sentido de garantir um “equilíbrio de poder” na Ásia e na Europa — seguindo a lógica da corrida contra inimigos estrangeiros não nomeados. O texto encerra criticando a existência de “culturas e subculturas” de característica “mediocre” ou mesmo “regressivas e prejudiciais”, sendo fundamental “resistir à tentação superficial de um pluralismo vazio e sem sentido”.

O documento chocou a opinião pública mundial por sua desfaçatez em consagrar a superioridade de algumas culturas sobre outras, a necessidade de estabelecer uma política oposta ao “*soft power*”, além de propor o rearmamento de países que historicamente destacaram-se por políticas expansionistas e baseadas em crimes de guerra. Aqui, contudo, o documento será invocado para pensarmos o quanto esse manifesto, de fato, representa uma novidade e o quanto ele é apenas um desdobramento de um fenômeno histórico que já vem sendo analisado pelo pensamento crítico.

O presente artigo tem por objetivo discutir a relação das *Big Techs* com a democracia. Para tanto, se divide em três partes que se conjugam: uma primeira, na qual analisaremos com base na

literatura as origens e as conformações econômico-sociais do que foi conceitualizado como *Capitalismo de Plataforma*; para, num segundo momento, interpretarmos como esse desenvolvimento de tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas reproduz intensamente a visão predominante das estruturas de poder, concebendo o *intelectual coletivo e orgânico* dos blocos dominantes vigentes e fragilizando os sistemas democráticos internacionais. Por fim, encerramos com algumas considerações provisórias, em que buscamos sintetizar as reflexões construídas, além de tentar estabelecer certas avaliações promissoras para uma ação intelectual e política coletiva necessárias para a construção de uma efetiva frente democrática, capaz de confrontar à ordem estabelecida nesse atual momento histórico e propor uma hegemonia nacional-popular.

## O Capitalismo de Plataforma e o Colonialismo de Dados

O Capitalismo de Plataforma tem suas raízes fincadas em três crises econômicas ocorridas desde fins do século XX até a primeira década do século XXI. A Reestruturação Produtiva da década de 1970, a Bolha das Ponto-Com dos anos 2000 e a Crise Financeira de 2008 conjugaram transformações que deram a base material para a ascensão das *Big Techs* e de seu modelo econômico.

O autor Nick Srnicek (2018) analisa que cada uma dessas crises tem por legado para o desenvolvimento do Capitalismo de Plataforma os seguintes argumentos: a) a flexibilização e intensificação das formas de exploração da economia e do trabalho, circunscritas a reestruturação produtiva dos anos 1970; b) o forte investimento em infraestrutura computacional, com a instalação de milhões de quilômetros de fibra ótica, cabos submarinos e a modernização dos equipamentos eletrônicos, desenvolvimento de *softwares* e sistemas

de rede, garantindo a expansão da internet; c) diante do contexto de insegurança fiscal presente durante a crise de 2008, a ocorrência de enormes vultos de inversões fiscais e de busca por investimentos de risco com expectativas de alta rentabilidade, propiciando conjuntamente um crescimento financeiro substancial das empresas de tecnologia sediadas nos Estados Unidos, bem como uma queda nas arrecadações governamentais, ampliando uma política de austeridade no âmbito internacional.

Outro elemento histórico que se encontra no cerne dessa transformação estrutural da economia capitalista está no que Shoshana Zuboff (2020) entende como a conversão que a Google faz do “*data exhaust*” — entendido até fins dos anos 1990 como dados residuais e descartáveis da interação dos usuários com os sistemas de busca da empresa — a autora conceitua como um “ciclo de reinvestimento do valor comportamental”. Essas interações tornaram-se *dados*<sup>4</sup>, e estes têm valor econômico na medida que são fundamentais para o aperfeiçoamento dos serviços (algoritmos e da inteligência de máquina) a princípio.

A partir da conversão dos dados em capital circulante nos processos econômicos das empresas de tecnologia, se consolidou a atividade da extração/mineração de dados como cerne da economia digital e as plataformas como os meios ideais para a realização dessa atividade. As Plataformas Digitais se estabelecem como as infraestruturas responsáveis pela intermediação entre grupos, empresas e sujeitos sociais em suas relações econômicas, culturais, políticas etc.

4 *Dados* são todas as informações extraídas ativamente ou passivamente de sujeitos ou instituições sociais a partir da vigilância das plataformas digitais. Existe um complexo debate a respeito do caráter que estes dados assumem na economia do Capitalismo de Plataforma, se são matéria-prima ou produto de trabalho não-remunerado. Aqui, não temos a intenção de enfrentar esse debate. Sobre a perspectiva dos dados entendidos como matéria-prima, ver: Srnicek (2018). Já a compreensão dos dados como produto de trabalho não remunerado, ver: Dantas (2022).

Isso tudo se constituindo numa teia de interconexões que a plataforma opera como mediadora dessas relações (Srniczek, 2018). Essa intermediação não ocorre sem a devida extração de dados dos usuários envolvidos nas transações sociodigitais e no processamento desses dados para aperfeiçoamento algorítmico e outros fins<sup>5</sup>.

Porém, a partir do aumento exponencial de dados que foram sendo minerados, a partir do crescimento de usuários nas plataformas — individuais e institucionais —, e do aumento tecnológico para exercer o imperativo extrativista das plataformas, as *Big Techs* foram conformando uma outra dimensão dessa relação econômica de exploração das interações sociodigitais, a busca por instigar comportamentos sociais. Tal fenômeno foi observado por diversos autores, sendo chamado por Zuboff (2020) de “instrumentarismo”, por Morozov (2018) de “regulação algorítmica” e, por Silveira (2021a) de “modulação de comportamentos”.

Todos esses conceitos abordam a capacidade que as plataformas, a começar de um mapeamento minucioso e devastador do comportamento dos seus usuários, têm de construir algoritmos de entrega de conteúdos que reduzam a realidade a discursos e estéticas selecionadas pelas métricas algorítmicas para ser acessado por determinados perfis de usuários, com o objetivo de persuadi-los a assumir comportamentos, desejos de consumo, identidades, opiniões políticas etc.

Essa conformação das consciências a partir da ação persuasiva das plataformas, consubstancia-se mediante uma relação entre disposições ideológicas — como o caso do “solucionismo tecnológico” (Morozov, 2018), a “alienação tecnológica” e do “dataísmo” (Silveira, 2021b) que estão na raiz das empresas do Vale do Silício — e

5 Srniczek (2018) nos apresenta cinco tipos de Plataformas: a) publicidade; b) nuvem; c) industriais; d) de produtos; e) enxutas. No entanto, na época da publicação do seu célebre texto, o autor já apontava a tendência monopolista dessas plataformas em se tornarem cada vez mais semelhantes, tendo a mineração de dados seu fim último.

disposições neuropsicológicas — as quais partem de estratégias de engajamento dos usuários nas plataformas que se constroem em consonância com as teorias behavioristas, como o “esquema de razão variável”, para promoção de vício entre os usuários (Haidt, 2024). Explora-se as demandas subjetivas dos sujeitos pelo sentimento de pertencimento, dos valores gregários, a busca por afetos, entretenimento, *networking*, validação social etc. (Silveira, 2021a), que, em contrapartida, pela utilização em massa, acaba produzindo também um caráter “culturalmente compulsório” das plataformas (Dantas, 2022).

Nas sociedades conectadas por tecnologias cibernéticas (e controladas principalmente pelas redes digitais), as plataformas de relacionamento se estabelecem como intermediárias de uma série de interesses, afetos e desejos das pessoas. Essas plataformas ajustam condutas, comportamentos e opiniões conforme os caminhos oferecidos pelos dispositivos algorítmicos, responsáveis por gerenciar os interesses de influenciadores e influenciados (Souza; Avelino; Silveira, 2021).

Neste espaço em que a informação gera potencialmente novos produtos e serviços, os dados passam a ser imprescindíveis para empresas que estruturam o seu modelo de negócios para processar esses dados e convertê-los em ativos informacionais, gerando, assim, uma economia movida a dados. Tal cenário adquire contornos ainda mais complexos quando pensados na perspectiva da relação entre Norte e Sul Globais. A construção das gigantescas infraestruturas de toda a economia digital e a dinâmica de mineração de dados possuem vinculação com a histórica relação colonialista desenvolvida entre os países do centro e da periferia capitalistas. Autores como Silveira (2021b), Faustino e Lippold (2023) lançaram mão de compreender o fenômeno, dentro da fase atual do capitalismo de plataforma, denominando-o por *Colonialismo Digital e de Dados*.

Ao estimular a apropriação de recursos naturais e estratégicos do Sul Global em favor dos interesses das *Big Techs*, a dinâmica do

Colonialismo Digital se caracteriza pelo reforço das assimetrias estruturais entre centro e periferia, comprometendo o aprofundamento de qualquer sistema efetivamente democrático. Essa política recriada pela modulação de condutas, pela correlação de dados e por métricas algorítmicas alimenta a crença na neutralidade da técnica e na objetividade dos seus resultados (Silveira, 2019), assim como propaga e legitima ideologias pró-colonialistas e racistas em meio às sociedades da periferia capitalista (Faustino e Lippold, 2023).

## Entendendo o Príncipe Eletrônico

Como modo de produção e processo civilizatório, a globalização do capitalismo propiciou o desenvolvimento de processos e estruturas de dominação política, bem como de apropriação econômica em escala planetária. Vimos que, no âmago deste processo, desenvolveram-se tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas, que “agilizam, intensificam e generalizam as articulações, as integrações, as tensões, os antagonismos, as fragmentações e as mudanças socioculturais e político-econômicas pelos quatro cantos do mundo” (Ianni, 1999, p. 12).

Diante desse cenário inédito e complexo, as instituições tradicionais da política estão sendo desafiadas pela necessidade urgente de compreensão dos anseios dessa Ágora contemporânea. E, como não poderia ser diferente, Ianni nos ensina que reflexões e respostas políticas podem ser encontradas nos clássicos. Melhor dizendo, em lugar de *O Príncipe*, de Maquiavel, e de *O Moderno Príncipe*, de Gramsci; na atualidade, “cria-se *O príncipe eletrônico*, que simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros” (Ianni, 1999, p. 12).

O ponto central da análise política de Maquiavel é descobrir como pode ser resolvido o inevitável ciclo de estabilidade e caos. Ao

buscar solucionar esta questão, provoca uma ruptura com o conhecimento anterior entendendo-o como superado e esgotado. Trata-se de uma nova articulação sobre como pensar e fazer política que põe fim à ideia de uma ordem natural e eterna. Ao contrário, a ordem tem um imperativo: deve ser construída pelos homens para se evitar o caos e a barbárie, e, uma vez alcançada, ela não será definitiva, pois há sempre a ameaça de que seja desfeita. Ao compreender a ação política como uma prática do homem sujeito da história, o secretário florentino combate a crença na predestinação que dominava há longo tempo (Gomes, 2017).

Na perspectiva de Maquiavel, os pensadores políticos, por deixarem de lado a *verità effettuale*, estão fadados a desconhecer a verdadeira natureza da vida política de uma cidade. No que diz respeito aos atores políticos essa mesma incompreensão pode significar a perda do Estado. Assim, o príncipe maquiaveliano é uma pessoa, um líder, um *condottiero*, capaz de articular as suas qualidades de atuação e de liderança (*virtù*), bem como as condições sociopolíticas favoráveis ou não (*fortuna*) nas quais deve atuar. O que interessa a Maquiavel é mostrar o que a sociedade requer do príncipe. Não se trata mais de explicitar qual lugar o príncipe ocupa, mas quais as condições necessárias para que ele exerça suas atribuições. Sem o devido cuidado com a imagem, a função de governar não será exercida e o Estado pode ruir (Gomes, 2017).

Gramsci se aprofunda de forma mais sistemática no pensamento maquiaveliano somente no período do cárcere. Não só por conta das circunstâncias dramáticas de vida que o forçaram a continuar sua luta política por meio da reflexão teórica. Houve, ainda, um genuíno interesse intelectual por entender o porquê da derrota histórica sofrida pelo movimento comunista; perceber as razões para o fracasso de qualquer tentativa de revolução operária na Europa Ocidental; e, em especial na Itália, tentar compreender a vitória do fascismo com amplo apoio popular. Todos estes fatores acabam

compelindo o filósofo sardo a aprofundar e a repensar algumas categorias políticas fundamentais (Gomes, 2017).

Com evidente inspiração maquiaveliana, Gramsci apresenta uma novidade conceitual ao indicar que o agente da vontade coletiva transformadora — o *Moderno Príncipe* — não pode mais ser o indivíduo, pois nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, cabe a um organismo social o desempenho das funções que Maquiavel ainda atribuía a uma pessoa singular:

O Moderno Príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (Gramsci, 2000, p. 16).

A formação de uma vontade nacional-popular — da qual o Moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador, bem como a expressão viva e atuante —; além da reforma intelectual e moral, constituíam a estrutura do trabalho necessário do partido político revolucionário gramsciano. Desenvolvendo-se o Moderno Príncipe, subverte-se todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu aprimoramento significa que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como principal ponto de referência o próprio Moderno Príncipe (Gomes, 2017). Por conseguinte: “O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume” (Gramsci, 2000, p. 19).

O *príncipe eletrônico*, no entanto, não é nem o partido político gramsciano nem o *condottiero* maquiaveliano. Ultrapassa as atividades dessas duas entidades clássicas da política. Segundo Ianni:

O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial. É o *intelectual coletivo e orgânico* das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo.

Em geral [...] o príncipe eletrônico expressa sobretudo a visão do mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes, em escala nacional, regional e mundial, habitualmente articulados (Ianni, 1999, p. 14-15).

É evidente que o príncipe eletrônico não atua de maneira homogênea, monolítica, em âmbito nacional ou mundial. “O *príncipe eletrônico* é o arquiteto da Ágora eletrônica, na qual todos estão representados, refletidos, defletidos ou figurados, sem o risco da convivência nem da experiência” (Ianni, 1999, p. 19). Nesse universo virtual, concebido por meio da manipulação de tecnologias eletrônicas e informáticas, forma-se aquilo que Ianni denomina de “*multidão solitária*”, disseminada pelas diferentes localidades, nações, continentes e regiões.

Está em curso, ao acaso ou deliberadamente, um surpreendente, fundamental e inquietante processo de dissociação entre existência e consciência; ou condições e possibilidades da existência e condições e possibilidades da consciência. Quando se desenvolvem e aplicam as tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas, agilizando

e generalizando os meios de comunicação, informação e propaganda, as condições e as possibilidades da consciência passam a descolar-se contínua ou reiteradamente da experiência, realidade ou existência (Ianni, 1999, p. 26).

Neste sentido, o arcabouço do príncipe eletrônico permite defini-lo como o *intelectual orgânico*<sup>6</sup> das estruturas de poder dominantes, em dimensão nacional e internacional. “Em alguma medida, esses grupos, classes ou blocos de poder”, aponta Ianni, “dispõem de influência mais ou menos decisiva nos meios de comunicação, informação e propaganda, isto é, na mídia eletrônica e impressa, sempre funcionando também como indústria cultural” (Ianni, 1999, p. 27).

## A Construção (Urgente) de uma Hegemonia Nacional-Popular

Diante do exposto, é imprescindível que entendamos o quanto as reflexões maquiaveliana e gramsciana apontam para uma ação intelectual e política coletiva necessárias para a estruturação da soberania e da hegemonia.

Em suas notas sobre o propósito de *O Príncipe* e de Maquiavel, Gramsci detecta o problema da consciência do Estado, identificando o mais profundo significado do nacional-popular. A vontade coletiva

<sup>6</sup> O ponto de partida das anotações teóricas que Gramsci desenvolveu no cárcere foi, segundo suas próprias palavras, o estudo da função política dos intelectuais. Ele classifica os intelectuais em “orgânicos”, os quais qualquer classe (progressista ou não) necessita para organizar uma ordem social; e intelectuais “tradicionais”, comprometidos com uma tradição que remonta a um período histórico mais antigo. Define, portanto, o intelectual mediante uma perspectiva bastante ampla, de modo a incluir todos aqueles que têm uma função organizacional, não restringindo tal ofício a uma elite pensante (Gomes, 2017).

é, pois, um elemento essencial para um processo tão complexo como o de formação estatal. Em outras palavras, a noção gramsciana de vontade coletiva nacional-popular, é entendida como a necessidade de erupção simultânea dos diversos componentes da sociedade, urbana e camponesa, na vida política. Contexto no qual povo e nação se reconhecem. Destaca-se que, o Moderno Príncipe “não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (Gramsci, 2000, p. 18).

O cenário atual, de ascensão das *Big Techs*, com sua profunda ação hegemônica nas estruturas econômica e políticas globais, estabelecem um gigantesco desafio aos que assumem o compromisso com os valores democráticos, com a construção da vontade coletiva nacional-popular, com a defesa irrestrita da soberania e da autodeterminação dos povos. Enfrentar a hegemonia das *Big Techs* passa pela regulamentação legal de seus instrumentos de ação/exploração econômica e ideológica junto às sociedades. No entanto, como adverte Morozov (2018), tais iniciativas não podem se limitar à ação legislativa e precisam lançar-se na disputa hegemônica em favor de soluções políticas democráticas e, portanto, contrárias às ideologias solucionistas tecnológicas supostamente neutras.

As *Big Techs* não operam a partir de preocupações éticas, inclusivas ou sustentáveis e, mesmo assim, são apresentadas como exemplos de inovação, além de reconhecidas por sua indispensabilidade e pela geração de empregos. A partir da globalização e da própria natureza “sem fronteiras” da internet, demarcações geográficas se tornaram mais opacas e o mundo passou a ser percebido como “unificado”. As plataformas digitais transformaram a internet num *locus* social e político completo, propiciando um espaço de dominação para atores econômicos relevantes (Battisti, 2023, p. 43-44).

Assim, a ordem econômica globalizante é responsável pela transformação da concepção de soberania dos Estados, que continuam soberanos políticos, mas não econômicos. Tornou-se um poder teoricamente superior, embora pouco eficaz. Para modificar tal panorama, “o Estado deve agir por meio de sua soberania política para atuar no controle do poder econômico, não o deixando se autorregular e preponderar-se” (Battisti, 2023, p. 42).

O mantra neoliberal preconiza que o desenvolvimento de tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas seja concebido e produzido pelo mercado. Não caberia ao Estado, pois, desenvolver soberanamente sistemas, *softwares* nem tecnologias; deve somente encomendá-los e adquiri-los do mercado, sem exigir qualquer regulamentação. Assim, “o Estado ao utilizar sistemas algorítmicos e soluções automatizadas, vai ficando [...] menos transparente, mais subordinado às decisões tecnocráticas e mais distante de uma democratização efetiva” (Silveira, 2019, p. 108).

É imperioso que a sociedade civil internacional entenda a dinâmica das *Big Techs*, suas premissas ideológicas, sua produção de subjetividades voltadas ao consumo, bem como as implicações sociais de suas operações ao assumirem o protagonismo do controle da informação. Ou melhor, para exigir uma prestação de contas e responsabilidade, é indispensável a compreensão de como funciona o ecossistema das plataformas. O algoritmo em si é apenas um método elaborado para solucionar um problema. Contudo, algoritmos podem apresentar um viés, um direcionamento e, algumas vezes, procedimentos equivocados, capazes de promover distorções, além de alterar os ambientes sociais onde são utilizados. Enquanto os algoritmos forem invisíveis, herméticos ou obscuros não poderão ser socialmente auditados e jamais serão democraticamente monitorados (Silveira, 2019, p. 103).

O manifesto da Palantir parece representar o elemento mais declaradamente antidemocrático e opressor desse *príncipe eletrônico*

que dissemina sua concepção de poder em escala nacional e internacional. O documento é resultante de todo o processo de consolidação do Capitalismo de Plataforma e do Colonialismo Digital. No entanto, o horizonte recente vem demonstrando que é possível encontrarmos fissuras nessa hegemonia das *Big Techs*. Tanto em novos confrontos por dentro das redes, assim como na histórica resistência popular contra a tendência regressista que esses setores empresariais querem impor. A história está aberta, e nessas lutas esporádicas devemos tecer as tramas de um novo consenso, de uma nova consciência e de uma hegemonia nacional-popular.

## REFERÊNCIAS

- BATTISTI, Roberta. *Regulação das Big Techs*. São Paulo: Almedina, 2023.
- DANTAS, Marcos. Informação, trabalho e capital. In: DANTAS, Marcos; MOURA, Denise; RAULINO, Gabriela; ORMAY, Larissa. *O Valor da Informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet*. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 17-96.
- FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- GOMES, Victor Leandro Chaves. A Grande Política em Maquiavel: uma interpretação gramsciana. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XX, n. 39, p. 167-184, set./dez. 2017.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HAIDT, Jonathan. *A Geração Ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.
- IANNI, Octávio. O Príncipe Eletrônico. *Perspectivas*, São Paulo, v. 22, p. 11-29, 1999.
- MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Democracia e os Códigos Invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). *A Sociedade de Controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, 2021a, p. 13-32.

- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). *Colonialismo de Dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021b, p. 32-50.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *As Big Techs e a Guerra Total: o complexo militar-industrial-datafocado*. São Paulo: Hedra, 2025.
- SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). *A Sociedade de Controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, 2021.
- SRNICEK, Nick. *Capitalismo de Plataforma*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

# Capitalismo de vigilância e a formação de um novo senso comum em tempos de crise da Democracia no Brasil

PERCIVAL TAVARES DA SILVA

TERESA ROCHA DE MARINS

*O âmago do coração continuava inexpugnável [...]  
Não penetram na gente. Se podes sentir que vale a  
pena continuar humano [...], terás vencido.*

[ GEORGE ORWELL ]

## Introdução

Após a derrota nas eleições de 2018, acelerou-se o projeto neoliberal de desmonte do Estado brasileiro e o processo de sua colonização digital (Zuboff, 2021) pelas plataformas digitais. Trata-se de um projeto de domínio digital hoje capitaneado por ultraconservadores neofascistas, em meio ao avanço do risco do tecnofascismo<sup>1</sup>.

1 O termo tecnofascismo, aqui ressignificado, descreve novos fenômenos políticos e digitais. Designa a simbiose entre o poder econômico das gigantes da tecnologia (*Big Techs*) e a lógica de controle político e autoritarismo. Diferentemente do fascismo clássico do século XX — que operava pela força explícita e pelo terror —, o tecnofascismo contemporâneo opera sutilmente, por meio de algoritmos, inteligência artificial e plataformas digitais, capturando os indivíduos pelo prazer, pela hiperconectividade e pela conveniência. Analistas apontam que a atual

Pretendemos identificar os principais “que fazeres” com os “simples” na travessia eleitoral de 2026, em defesa de uma “democracia substantiva” (Mészáros, 2015), entendida como “processos que, ainda que no interior da sociedade capitalista, possibilitam avançar na direção da soberania nacional, da justiça social e do respeito às diferentes culturas e identidades” (Paludo; Santos; Taddei, 2019, p. 298).

Tomados pelo “pessimismo da razão, otimismo da vontade” — expressão do escritor Romain Rolland, popularizada por Gramsci —, queremos analisar, sem ilusões, a dura e crua realidade posta à jovem democracia brasileira, mantendo a coragem e a força para lutar por mudanças em uma efetiva democracia substantiva. Para tanto, destacamos a centralidade das eleições de 2026 para a democracia no Brasil e na América Latina, espaço geopolítico que os EUA teimam em considerar seu “quintal”.<sup>2</sup>

Este texto divide-se em três partes: 1) As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação e o novo senso comum; 2) As *Big Techs* e a formação do “capitalismo de vigilância”; 3) Crise da democracia no Brasil: as interferências nas Eleições presidenciais.

infraestrutura algorítmica corrói e debilita o consenso democrático ao moldar comportamentos e manipular dados e informações em massa (cf. Di Cesare, 2025).

2 A Doutrina Monroe, de 1823, surge como uma prática de isolacionismo e proteção contra a interferência europeia nas Américas recém independentes. Doutrina revisada, no início do século XX, para uma postura de intervenção ativa e hegemonia dos Estados Unidos sobre o continente latino-americano. Espaço por eles considerado “quintal dos EUA”.

## As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação e o novo senso comum

O advento, nos anos 2000, das redes sociais e das plataformas de IA vem levando o indivíduo a uma prática e a uma concepção egocêntrica e individualista do mundo, na qual pensa só em si mesmo, sem se importar com a opinião ou a vida das demais pessoas. Isso nos leva a uma rápida visita ao senso comum, ao bom senso, ao pensar consciente e à educação popular (a educação do “simples”). Para tanto, recorreremos à filosofia da práxis.

Gramsci trata, no §12 do Q11, da filosofia e da história da cultura, desmascarando o preconceito de que a filosofia é algo muito difícil e distante da maioria das pessoas. Afirma que “todos os homens são ‘filósofos’” (Gramsci, 1999, p. 93). Note-se o termo “filósofos” entre aspas, pois Gramsci se refere ao pensar, à “filosofia” própria de todas as pessoas.

O sardo está em busca de elementos para o embate com o fascismo que viceja na Itália (Secco, 2022). É no estudo da filosofia que encontra argumentos para afirmar que “todos os homens são ‘filósofos’”. Explica que a filosofia está presente na linguagem, no senso comum, no bom senso, na religião, no folclore, na cultura, enfim, no mundo concreto das relações sociais. Destaca que “a filosofia de uma época [...] é o conjunto de todas as filosofias individuais e de tendência, mais as opiniões científicas, mais a religião, mais o senso comum” (Gramsci, 1999, p. 128). Isto porque, nas mais “simples” e mais eruditas manifestações de pensamento, nas palavras ditas ao vento e dirigidas às pessoas, há uma determinada concepção do mundo, que pode ser consciente e crítica ou mecanicamente imposta e aceita. O senso comum “é a ‘filosofia dos não filósofos’, a concepção do mundo absorvida *acriticamente*” (Gramsci, 1999, p. 114).

A filosofia da práxis é uma crítica ao senso comum e às filosofias precedentes, pois não busca manter os “simples” em sua filosofia

primitiva do senso comum. A validade do contato entre os intelectuais e os “simples” manifesta-se no forjar de um “bloco intelectual-moral” e na possibilidade de a atividade intelectual, de certa forma, ser disponível a todos. Pois o progresso intelectual, como tal, necessariamente pressupõe a extensão do conhecimento às massas, ao senso comum.

Como existem diversas religiões, também existem diversos sentidos comuns, historicamente produzidos. O senso comum não é único e pode ser estabelecido em diversas esferas: há o senso comum da academia, da nação, da cidade etc. Da mesma forma, não há uma filosofia em geral, mas várias filosofias que expressam diferentes concepções do mundo. Há a filosofia que se afirma por meio de palavras, e a que se afirma na ação concreta das relações, ou seja, na política.

Para Gramsci (1999, p. 97), o contraste entre pensar e agir, expresso em concepções de mundo, não tem sentido no âmbito coletivo, pois “não se pode separar filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos”. Assim, ele nos convida a encarar a filosofia como algo próprio das relações concretas e, por isso, a participar da *batalha das ideias*.

A distinção “prática” entre a filosofia e o senso comum nos ajuda compreender ambos, como observa Gramsci no longo §12 do Q11: “Na filosofia, destacam-se notadamente as características de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao contrário, destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular” (Gramsci, 1999, p. 100).

Gramsci adjetiva o “senso comum”, no §173 do Q8, “de maneira extremamente crítica: concepção ‘absorvida acriticamente’, sincrética, ‘incoerente’, ‘incongruente’” (Liguori, 2017, p. 724). No §13, Q11, Gramsci afirma que o “traço fundamental e mais característico”

do senso comum “é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente”. E acrescenta: “Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática” (Gramsci, 1999, p. 114).

Para ele “trata-se, portanto, de elaborar uma filosofia que — [...] ligada à vida prática e implícita nela — se torne um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais”. Pondera, no entanto, que isso só pode ocorrer se “se sente, permanentemente, a exigência do contato cultural com os ‘simples’” (Gramsci, 1999, p. 100). Observa que “o senso comum é um conceito equívoco, contraditório, multiforme, e que referir-se ao senso comum como prova de verdade é um contrassenso”. No entanto, isso não significa que não haja “verdades no senso comum” (Gramsci, 1999, p. 118).

No §12 do Q11, Gramsci distingue o *bom senso* do senso comum. O bom senso “é o núcleo sadio do senso comum [...] que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente” (Gramsci, 1999, p. 98). Bom senso, observa Liguori (2017, p. 68), “equivale aqui a ‘concepção do mundo’, com uma aceção não necessariamente positiva ou negativa”. Como exemplo, Gramsci explica, no Q4, §32, p. 451, como “um homem de bom senso” pode colocar em crise uma concepção holística do Estado, atribuindo ao bom senso um valor positivo (Liguori, 2017, p. 67). Pensamos, aqui, nos contraditórios avanços e usos do espaço digital que, quando colonizado por tecnofascistas, ameaça colapsar a política, o Estado, a humanidade e o ecossistema sob o “poder instrumentário”.

Desta forma, no Q14, §61, “a socialidade, o conformismo,<sup>3</sup> é o resultado de uma luta cultural (e não apenas cultural)” (Gramsci, 2002b, p. 248). Em nosso caso, trata-se de lutar contra o

3 O “conformismo” frequentemente deve ser entendido, nos *Cadernos*, como o oposto de ‘individualismo’” (Liguori, 2017, p. 138).

conformismo apassivante, “‘autoritário’ e ‘reacionário’ para alcançar o ‘homem-coletivo’, desenvolvendo a ‘individualidade e a personalidade crítica’ (Q9, §23), na base de uma nova relação entre indivíduo e coletividade” (Liguori, 2017, p. 138).

Assim, chegamos à conjuntura eleitoral de 2026, marcada pelas chamadas “guerras híbridas”, com o Brasil no epicentro geopolítico. A acintosa interferência dos EUA no processo eleitoral brasileiro — prática recorrente em sua relação com o que historicamente considera seu “quintal” — não se limita às sobretaxas econômicas nem *passa necessariamente pela batalha das ideias*, pois esta pressupõe algum grau de razoabilidade. Antes, esta interferência passa pela disrupção das ideias do senso comum, pela obliteração da razão e pelo despertar de impulsos instintivos e violentos. São impulsos próprios ao “individualismo”, esse “elemento animalesco, ‘apreciado pelos forasteiros’” (Gramsci, 2002a, p. 328), potencializados pelas *fake news* e pela manipulação cibernética de dados.

Se essa hipótese for procedente, estamos diante de um efetivo processo de esgarçamento do senso comum e, por conseguinte, de enfraquecimento das condições para a constituição do bom senso. Em última instância, trata-se de um processo de destruição da própria atividade política, na medida em que esta depende da razoabilidade necessária ao diálogo.

Parece-nos que estamos diante de um momento marcado por comportamentos, e relações “doentias” no âmbito do senso comum, tornando-se necessário compreender e analisar essa realidade de embotamento dos “simples”, de sequestro da “vontade coletiva” e de esvaziamento da política, acompanhado pelo processo de captura do Estado. Trata-se de uma era em que, no contexto do “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2021), forças ultraconservadoras e tecnofascistas se colocam à frente das plataformas digitais, valendo-se de sua posição de poder para aprofundar a colonização do espaço digital.

Parece razoável entender que a manipulação de dados e o uso de *fake news* nas redes sociais e nas plataformas das *Big Techs*, entre outros mecanismos, ao afetarem o senso comum — popular e “ilustrado” — abrem as portas para a barbárie e para formas de autodestruição humana. Estamos lidando com poderosíssimas armas de “desconstrução” do senso comum e de expansão de algo que dele se distingue, historicamente ainda desconhecido.

Isso nos coloca diante de um impasse histórico que exige uma resposta urgente e potente da sociedade como um todo e, particularmente, dos Estados nacionais — agora inseridos em uma ordem mundial multipolar — e do proletariado, entendido aqui como a classe popular-trabalhadora, historicamente reconhecida por seu potencial revolucionário.

### **As *Big Techs* e a formação do “capitalismo de vigilância”**

Shannon Vallor (2024) afirma, estabelecendo uma analogia com os antigos oráculos místico-religiosos — divindades ou entidades às quais se recorria em busca de orientação — que a “IA é o oráculo do mundo moderno”. Oráculo do mundo moderno porque dela nos tornamos dependentes e a ela recorremos como se fosse uma espécie de divindade para toda e qualquer necessidade, dúvida ou orientação.

A autora afirma que estamos perigosamente cativados e enganados pela imagem de nós mesmos que é refletida pela maquinaria da IA. Descreve, assim, nossa tendência a tratar a inteligência artificial como uma fonte infalível de verdades. A IA, contudo, como apontam diversos especialistas, é uma tecnologia baseada em dados históricos e em vieses, alguns deles profundamente problemáticos, e não uma entidade dotada de sabedoria absoluta ou de capacidade de previsão mágica. Tampouco é neutra ou isenta de interesses.

A IA e as redes sociais, em um ambiente digital marcado pela desregulação e pela lógica de amplificação algorítmica, podem trazer à tona e alimentar discursos de ódio, aversão, intolerância, desprezo, preconceito, discriminação e violência contra mulheres, homossexuais, pessoas de diferentes religiões, idosos, crianças, estrangeiros, grupos étnicos e raciais e trabalhadores.

Não se trata de demonizar a IA, mas de alertar para seus limites e para o uso inadequado que dela fazemos, pois, nesse âmbito, não há neutralidade política ou econômica. Ela pode constituir-se em poderosa arma contra a política e o Estado. Seus efeitos podem ser observados, por exemplo, nas últimas eleições para governos de Estados nacionais na América Latina e nas decisões políticas delas decorrentes.

Permanece, no entanto, nossa dificuldade para caracterizar esse *modus operandi*, esse comportamento derivado da colonização do espaço digital. Como proceder à crítica desse “senso comum” forjado pela extrema direita ao retroalimentar *fake news* e manipular dados com o uso da IA? Embora “acrítico”, esse modo de agir e pensar não parece fundado em uma verdadeira “concepção do mundo”, mas, antes, na areia movediça de uma pseudoconcepção do mundo.

Nesse sentido, o novo senso comum seria uma falsa representação do senso comum, seu simulacro, uma imitação desqualificada, um ilusionismo a serviço de interesses específicos, da manipulação de fatos e dados e da criação artificial de crenças destinadas a produzir a aparência de que “todo mundo pensa assim”. Trata-se de uma concepção do mundo falsa, mecânica e artificiosa, artificialmente convertida em “senso comum”. Uma “falsa concepção do mundo”, constituída por um amontoado de “opiniões” desconexas, insensatas e preconceituosas, absorvidas a partir de mentiras, falsidades, dados factuais distorcidos e informações incompletas ou manipuladas; de pseudociências — como o terraplanismo — e de pseudofilosofias.

Gramsci, diante de situação similar à que aqui analisamos, nos indica: “um trabalho [...] destinado essencialmente a uma comunidade

de leitores que não são intelectuais de profissão, deveria partir da análise crítica da filosofia do senso comum” (Gramsci, 1999, p. 114-168). A partir dessa indicação, presente nos §§13-35, do Q 11, perguntamo-nos: como fazer crítica do novo senso comum se ele ainda se encontra pouco delineado e esclarecido? Como, a partir dessa crítica, podemos contribuir para uma intervenção popular adequada a estes tempos sombrios?

George Orwell, no romance *1984*, publicado em 1949, constrói uma metáfora sobre o poder e as sociedades modernas. A princípio, essa obra distópica, centrada nas consequências do totalitarismo, da vigilância em massa e da manipulação das consciências, pareceu-nos particularmente útil para a reflexão que aqui desenvolvemos, sobretudo por examinar o papel da verdade e dos fatos na sociedade as formas pelas quais ambos podem ser manipulados.

O enredo mostra como teletelas (hoje celulares!) “permitem que o chefe supremo do Partido, o Grande Irmão, vigie os indivíduos e mantenha um sistema político cuja coesão interna é obtida pela opressão, mas também pela construção de um idioma totalitário, a Novilíngua”. Em que “o bom senso era a heresia das here-sias” (Orwell, 2005, p. 81).

Mas o bom senso continua a existir, “o âmago do coração” continua “inexpugnável”. Pois não é possível interferir nos sentimentos das pessoas: “Não penetram na gente. Se podes *sentir* que vale a pena continuar humano [...], terás vencido” (Orwell, 2005, p. 161).

No entanto, Shoshana Zuboff (2021) demonstra como a subjetividade humana tornou-se expugnável na era digital e alerta que a democracia, a autonomia individual e os direitos fundamentais estão sob ameaça na “era do capitalismo de vigilância”. Ela define a esse regime, como a “nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas” (Zuboff, 2021, p. 15). Lógica econômica por ela adjetivada “parasítica”, “na qual a produção de

bens e serviços é subordinada a uma nova arquitetura global de modificação de comportamento” (Zuboff, 2021, p. 234). Dos conceitos de Zuboff, destacamos “capitalismo de vigilância”, “superávit comportamental” e “poder instrumentário”.

A ascensão das grandes plataformas digitais, nos anos 2000, inaugurou esse novo paradigma de acumulação, ao estabelecer uma economia baseada na extração, processamento e comercialização de dados comportamentais para prever e influenciar ações futuras.

A autora define o *superávit comportamental* como a porção dos dados gerados pelos usuários — “nossas vozes, personalidades e emoções” (Zuboff, 2021, p. 23). Essa porção que excede o necessário para a melhoria dos serviços digitais e que, ao invés de ser descartada ou protegida, é apropriada pelas plataformas para ser processada, transformada “para prever comportamento futuro” (Zuboff, 2021, p. 336), e posteriormente ser comercializada.

O conceito de *superávit comportamental* revela como o capitalismo de vigilância opera e se expande. Ele “é central porque expõe como a extração de dados” é o “motor primário de acumulação” da economia digital (Zuboff, 2021, p. 99). Outro aspecto fundamental do conceito superávit comportamental é sua autonomia em relação ao usuário, em que o superávit é extraído sem transparência e muitas vezes sem seu conhecimento (Zuboff, 2021, p. 162).

As plataformas digitais se tornam entidades soberanas na produção e controle da informação, e a disputa central “ocorre no campo do controle sobre o comportamento humano e sobre a previsibilidade da vida social” (Morais, 2025, p. 6). O Facebook, por exemplo, que outrora se pensou benigno, um elemento necessário à associação, comunicação e participação social,

[...] se tornou uma das fontes mais autoritárias e ameaçadoras de superávit comportamental preditivo a partir das profundezas das informações. Com uma nova geração de ferramentas de pesquisa,

ele aprendeu a assaltar o seu “eu” justo através de seu núcleo mais íntimo. Novas operações de suprimento podem renderizar como comportamento mensurável tudo, desde nuances de personalidade até a sua noção de tempo, orientação sexual, inteligência e dezenas de outras características pessoais. As imensas capacidades de inteligência de máquina da corporação transformam esses dados em vívidos produtos de predição (Zuboff, 2021, p. 327).

Provocante estudo revelou em 2013 que:

[...] as curtidas do Facebook podiam ‘estimar de forma automática e precisa uma ampla gama de atributos pessoais que os usuários em geral acreditariam ser privados’, inclusive orientação sexual, etnia, opiniões políticas e religiosas, traços de personalidade, inteligência, grau de felicidade, uso de substâncias que causem dependência, separação entre os pais de uma criança, idade e gênero (Zuboff, 2021, p. 330).

O capitalismo de vigilância não apenas transforma os indivíduos em recursos exploráveis, mas também amplia mecanismos de modulação e intervenção comportamental, conduzindo as sociedades a uma era de *poder instrumentário*: um novo tipo de dominação.

Zuboff publica *A era do capitalismo de vigilância*, em 2018, já sob clara influência das plataformas digitais nas preferências eleitorais e modulação de discursos públicos. É o caso do escândalo da *Cambridge Analytica* ao influir, em 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição de Trump nos EUA (Zuboff, 2021, p. 335).

A *Cambridge Analytica* usou dados dos participantes do Facebook, para criar perfis psicográficos detalhados dos eleitores, permitindo campanhas “de microdirecionamento comportamental com base política” (Zuboff, 2021, p. 329), extremamente eficazes, moldadas

para influenciar emoções, crenças e decisões políticas. Ao que parece, numa abordagem híbrida de uma ultradireita tecnofascista, caracterizada por *fake news*, manipulação de dados, contrainformações e violência.

Zuboff diferencia o totalitarismo “clássico”, convertido contemporaneamente no conceito de *totalitarismo digital*, daquilo que ela chama de “instrumentalismo”. De acordo com a autora, “o totalitarismo voltava-se para a reconstrução da espécie humana através dos mecanismos duais de genocídio e de ‘engenharia da alma’” (Zuboff, 2021, p. 421), processo que se efetivava por meio da violência (Bianchi, 2024). Já o *poder instrumentário*, continua, “nos leva a uma direção muitíssimo diferente. Os capitalistas de vigilância não têm interesse no assassinato ou na reforma das nossas almas” (Zuboff, 2021, p. 421). Para a autora, “O poder instrumentário se move de maneira diferente e na direção de um horizonte oposto” ao do totalitarismo:

[...] opera através da modificação comportamental, e é aí que o nosso foco precisa mudar. O poder instrumentário não tem interesse nas almas nem tem qualquer princípio a instruir. [...]. Ele é profunda e infinitamente indiferente aos nossos significados e motivos. Treinado em ação mensurável, ele só se preocupa com que tudo feito por nós seja acessível a suas operações, em constante evolução, de renderização, cálculo, modificação, monetização e controle (Zuboff, 2021, p. 429).

A captura dos espaços digitais no Ocidente por essas plataformas reforça um modelo de governança opaco, onde empresas privadas exercem influência sobre processos políticos fundamentais. Como alerta Zuboff (2021), essa dinâmica inaugura uma nova era de poder instrumentário, no qual os fluxos de dados comportamentais são utilizados para consolidar poder e restringir a autonomia individual.

Se, no passado, entende Moraes (2025), a política era mediada principalmente por partidos, ideologias e debates públicos, agora ela se vê sujeita a dinâmicas invisíveis de modulação comportamental promovidas por algoritmos e *big data*.

## Crise da democracia no Brasil: as interferências nas Eleições presidenciais

As eleições gerais de 2018 ocorreram sob forte influência das *fake news* e da manipulação de dados no espaço digital, em um país profundamente cindido pela Lava Jato e pela disseminação de discursos de ódio. Nesse contexto, a operação Lava Jato, com o respaldo de setores da grande mídia e a omissão da justiça, contribuiu para impedir a participação de Lula no pleito, por meio de sua prisão, favorecendo, assim, a candidatura de Jair Bolsonaro.

Steve Bannon, estrategista ultraconservador associado à *Cambridge Analytica*, desempenhou papel relevante na análise do comportamento do eleitorado brasileiro durante o processo que culminou na eleição de Bolsonaro em 2018. Bannon já havia desempenhado papel central na campanha que levou Donald Trump à Presidência dos EUA em 2016 (Marcelino; Daldin, 2018).

Christopher Wylie, um dos principais responsáveis pela revelação do escândalo envolvendo a *Cambridge Analytica*, denunciou o uso ilegal de dados e as estratégias de manipulação eleitoral empregadas pela empresa, que contribuíram para a campanha de Trump em 2016. Wylie descreveu a *Cambridge Analytica* como “o arsenal de armas de Bannon para travar uma guerra cultural na América usando estratégias militares” (Marcelino; Daldin, 2018).

A estratégia eleitoral baseada em “discurso de ódio, teorias da conspiração e *fake news*” também esteve presente na campanha de Bolsonaro. Segundo Marcelino e Daldin (2018), Bannon “aconselhou”

a campanha de Bolsonaro, estabelecendo uma parceria com Eduardo Bolsonaro em agosto de 2018.

O governo neofascista de Jair Bolsonaro, amparado por ataques tecnofascistas, potencializou o desmonte neoliberal do Estado brasileiro. Na esteira de sua campanha eleitoral, uma parcela significativa do Congresso Nacional e dos governos e legislativos estaduais passou a ser ocupada por forças ultraconservadoras. Nesse processo, ganhou força o chamado “partido do BBB”: o Boi, representado pela bancada ruralista; a Bíblia, pela bancada evangélica; e a Bala, pela bancada armamentista.

Diante desse quadro, cabe perguntar: haverá, no interior desse novo senso comum, um núcleo sadio e razoável capaz de possibilitar o diálogo e a constituição do bom senso, nos termos de Gramsci? Parece-nos que sim. Há eleitores que, mesmo submetidos à avalanche de absurdos produzidos e disseminados no espaço digital colonizado, preservam certa razoabilidade em suas posições e escolhas, no sentido gramsciano do bom senso. Nossa dificuldade, contudo, reside precisamente em abordar esse novo senso comum e identificar, em seu interior, as possibilidades do bom senso.

As eleições de 2022 também ocorreram sob ataques cibernéticos e, com o retorno de Lula à cena política, foram extremamente equilibradas. Por pouco, apesar dos desmandos de seu governo — ou, talvez, em razão deles —, Bolsonaro não foi reconduzido à Presidência. O fantasma de um golpe, contudo, permaneceu à espreita antes, durante e após as eleições, mantendo o País em permanente sobressalto. Destaca-se, nesse contexto, a tentativa de golpe de estado em oito de janeiro de 2023, ocorrida poucos dias após a posse do presidente Lula e, frustrada pela rápida reação governamental e institucional.

Uma maioria congressual, amplamente adversa e marcada pelo fisiologismo político, manietou e fustigou o terceiro governo Lula. Nesse período, o chamado “orçamento secreto”, criado durante o

governo Bolsonaro, continuou a sangrar o orçamento federal. Foi também durante o terceiro governo Lula que veio à tona o escandaloso esquema de descontos associativos irregulares e de fraudes envolvendo benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. O esquema, associado à proliferação de convênios com novas entidades de fachada, ganhou força a partir de 2019, durante o governo Bolsonaro, impulsionado por mudanças administrativas e decretos que facilitaram a realização de descontos em folha. O volume de recursos descontados de aposentados e pensionistas aumentou significativamente entre 2020 e 2022 e alcançou níveis ainda mais elevado em 2023 e 2024.

No terceiro governo Lula, foi aprovado o novo *arcabouço fiscal*, que substituiu o antigo *teto de gastos*. A nova regra, apresentada como mecanismo de controle das contas e da dívida públicas, na prática, acabou por limitar o desenvolvimento e a industrialização do País.

Vivemos “tempos sombrios”, em que o domínio digital dita rumos à sociedade que, cada vez mais, perde o contato com o mundo natural e se desumaniza; em que a insensatez nos faz perder a memória e o rumo da história. Insensatez que esgarça o tecido social, a democracia e o Estado e que, ao contribuir para o colapso da própria Mãe Terra, nos conduz à crise ambiental e à autodestruição humana.

Tempos de crises sombrias, em que parecemos nos aproximar do abismo. Mas é justamente por “imperativo existencial e histórico” (Freire, 1992) que se faz necessário esperar. Esperar não por pura teimosia, mas por exigência de nossa própria condição humana de buscar a transformação, a justiça e uma esperança ativa contra a opressão e o fatalismo. Esperar que une reflexão e ação (práxis) para transformar essa realidade.

As eleições de 2026 nos fustigam: que projetos de nação e de Brasil estão em jogo? Como eles afetam nossas vidas? O que esperar de um pleito cada vez mais digital e mais enredado por discursos de ódio, teorias da conspiração e *fake news*?

A máxima “pelo fruto se conhece a árvore” nos ajuda a compreender os projetos de governo em disputa. Um exercício interessante e educativo seria colocar em uma cesta — imaginária — alguns dos frutos políticos, sociais e econômicos desse período. Afinal, é importante lembrar o que fizeram com o Brasil quando tiveram o poder nas mãos. Assim, podemos descortinar o que está em jogo nas eleições de 2026.

A título de exemplo, eis nossa cesta com alguns frutos, temporões e da época: o golpe-impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016; a entrega, pelo seu sucessor, Michel Temer, do pré-sal a empresas petrolíferas estrangeiras; a flexibilização das leis trabalhistas durante o governo Temer, que contribuiu para reduzir a renda média, enfraquecer a proteção do trabalhador e ampliar a informalidade e a precarização do trabalho; a farsa da Lava Jato e a injusta prisão de Lula; a eleição de 2018, marcada pela disseminação de *fake news* e pela manipulação cibernética; chegada da ultradireita fascista ao governo do Brasil; o negacionismo diante da pandemia de Covid-19, que contribuiu para a morte de cerca de 700 mil brasileiros; o retorno do Brasil ao Mapa da Fome; a disseminação do ódio, da intolerância, dos preconceitos, dos abusos e da violência; entre tantos outros frutos.

O Brasil é um país de dimensões continentais, extraordinariamente rico em recursos naturais — petróleo, água, fontes de energia renovável, minerais estratégicos, terras raras, entre tantos outros — e possui um enorme potencial de desenvolvimento. Essa riqueza e esse potencial fazem do país objeto permanente de interesse, cobiça e disputa por parte de grandes potências mundiais e, cada vez mais, também de grandes conglomerados tecnológicos e de inteligência artificial.

Diante desse cenário, torna-se fundamental defender e fortalecer uma soberania nacional-popular, capaz de assegurar que as riquezas, os recursos estratégicos e o potencial de desenvolvimento do Brasil estejam a serviço de seu povo e de um projeto soberano de nação.

## REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Álvaro. Fascismos: ideologia e história. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 46-63, jan./abr. 2024.
- DI CESARE, Donatella. *Tecnofascismo*. Torino/Italia: Einaudi, 2025.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia — a filosofia de Benedito Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 6: Literatura. Folclore. Gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
- GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Volume 1: 1926-1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HUCHON, Thomas. *Documentário driblando a democracia: como Trump venceu as eleições*. 2018. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=document%C3%A1rio+driblando+a+democracia>. Acesso em: 18 jun. 2026.
- LIGUORI, Guido. Verbetes “Bom senso”; “Conformismo”; “Sentido comum”. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário Gramsciano: 1926-1937*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARCELINO, Fernando; DALDIN, Guilherme. Bannon e Bolsonaro: a democracia hakeada. *Brasil de Fato*, 05/11/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/05/bannon-e-bolsonaro-a-democracia-hackeada/>. Acesso em: 07 ago. 2026.
- MÉSZÁROS, István. Igualdade substantiva e democracia substantiva. *Revista Margem a Esquerda — Ensaios Marxistas*, São Paulo, v. 25, 2015.

- MORAIS, José Micaelson Lacerda. A era do capitalismo de vigilância — comentários sobre o livro de Shoshana Zuboff. *A Terra é Redonda*, 16/03/2025, p. 1-11. Disponível em: <https://aterraerredonda.com.br/a-era-do-capitalismo-de-vigilancia/>. Acesso em: 10 ago. 2026.
- ORWELL, George. 1984. 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- PALUDO, Conceição; SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; TADDEI, Paulo Eduardo Dias. Atualidade brasileira: democracia substantiva e a Pedagogia do Oprimido. *Educação*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 396-407, set./dez. 2019.
- SECCO, Lincoln. Gramsci e o fascismo: um mapa da questão. *Novos Rumos*, Marília, v. 59, n. 2, p. 119-142, jul./dez. 2022.
- VALLOR, Shannon. *The AI Mirror: How to Reclaim Our Humanity in an Age of Machine Thinking*. Oxford University Press, 2024.
- ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

# **Minerais críticos e estratégicos e soberania nacional-popular: esperando o papel da construção de um plano de metas articulador do desenvolvimento produtivo com o avanço da ciência, da tecnologia e da comunicação do conhecimento**

DIEGO CHABALGOITY

## **Introdução**

O objetivo deste breve texto de análise de conjuntura é provocar reflexões sobre os papéis potenciais da formulação e execução de um plano de metas capaz de articular desenvolvimento produtivo com avanço da ciência, da tecnologia e da comunicação do conhecimento. Um projeto que pavimente não apenas a esperança, mas também o caminho para a soberania nacional-popular brasileira.

Um plano que una, de forma integrada, o fortalecimento da infraestrutura e da superestrutura, a organização de uma vontade coletiva nacional-popular e a promoção de uma reforma intelectual e moral. Assim, o desenvolvimento econômico se torna inseparável da construção de uma educação popular de consciência crítica e de materialidade que sustente, de maneira duradoura, a

emancipação e a autonomia do país, com justiça social e democratização do conhecimento.

Na conjuntura política, socioeconômica e ecológica atual, a construção de um plano de metas revela-se urgente e indispensável. Trata-se do instrumento disponível para erguer bases materiais sólidas que sustentem o Brasil como uma nação efetivamente soberana. Afinal, tanto a soberania quanto a esperança exigem fundamentos consistentes e duradouros.

Nas últimas quatro décadas, o país empenhou-se em consolidar, no plano da superestrutura, instituições democráticas e soberanas. Contudo, os últimos anos expuseram a fragilidade dessas instituições, lembrando-nos da racionalidade dos fundadores da filosofia da práxis, segundo a qual “tudo que era sólido e estável se desmancha no ar” (Marx; Engels, 2010, p. 43). É tempo, portanto, de direcionar nossa luta para bases infraestruturais que fortaleçam uma soberania concreta e resiliente.

Não se pretende aqui apresentar um plano de metas acabado — tarefa que só pode ser realizada mediante a articulação de diferentes sujeitos coletivos e, necessariamente, sob coordenação do Executivo. Ainda assim, uma observação atenta ao comportamento de países desenvolvidos já revela que suas estratégias têm se estruturado, em linhas gerais, em torno de quatro eixos centrais: defesa, transição energética, inteligência artificial e desenvolvimento científico-tecnológico.

Esses eixos, evidentemente, não se dissociam, pois compartilham uma base comum: os chamados minerais críticos ou estratégicos, incluindo os elementos raros. Nesse aspecto, o Brasil ocupa posição privilegiada. Segundo o *U.S. Mineral Commodity Summaries* de 2025<sup>1</sup>, o país detém 23% das reservas mundiais de terras raras — cerca de 21 milhões de toneladas — ficando atrás apenas da China, que concentra 49% (44 milhões de toneladas).

1 Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2025/mcs2025.pdf>.

Diante deste cenário, especialmente no que se refere às terras raras e à transição energética, o Brasil possui uma oportunidade histórica de consolidar em longo prazo sua soberania nacional-popular. As bases materiais já estão postas. Cabe agora construir um plano de metas que, apoiado nessas bases, seja capaz de erguer uma superestrutura correspondente.

## Soberania nacional-popular

Inspirado nos estudos sobre Maquiavel, Gramsci identifica no “Moderno Príncipe” — o partido político — o *condottiero* capaz de conduzir a soberania nacional-popular. Cabe a ele organizar e anunciar uma reforma intelectual e moral, criando as condições para o surgimento de uma vontade coletiva nacional-popular orientada à realização de uma forma superior e integral de civilização moderna. Como afirma Gramsci:

O moderno Príncipe deve ser o propagador de uma reforma intelectual e moral, que é o terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular, no âmbito de uma forma completa e total de civilização moderna. Realmente, o moderno Príncipe deveria se limitar a estes dois pontos fundamentais: formação de uma vontade nacional popular, da qual o moderno Príncipe é precisamente expressão ativa e operativa, e reforma intelectual e moral (Gramsci Q 8, §21, 22).

Entre as múltiplas possibilidades de abordagem da soberania no ideário gramsciano, pretendo me concentrar justamente na relação entre soberania, vontade coletiva nacional-popular e reforma intelectual e moral.

Nas últimas décadas, o Brasil avançou significativamente no campo da superestrutura, sobretudo na educação: desde o capítulo específico da Constituição Federal de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, até a conquista do Piso Salarial Nacional para professores e professoras. A luta foi extensa e as vitórias, relevantes.

No entanto, o correlato infraestrutural não acompanhou esse ritmo. O combate à fome e à miséria trouxe resultados expressivos, mas, no campo educacional, os avanços permanecem aquém do necessário. A escolarização ampliou-se, mas não produziu impacto estrutural sobre a desigualdade social. A persistência da escola dual revela as precárias condições de trabalho dos profissionais da educação nas instituições públicas e a distância entre o ideal e a realidade.

É nesse ponto que um plano de metas, financiado pela oportunidade histórica das terras raras, pode tornar concreta a fórmula gramsciana dos dois pontos fundamentais. Tal plano deve equilibrar dialeticamente o investimento em ciência e tecnologia com o desenvolvimento de cadeias produtivas que sustentem esse avanço. Somente um projeto consistente e duradouro de educação popular, apoiado em recursos inéditos, pode dar vida à simbiose entre produção, escolas básicas, institutos tecnológicos e universidades.

A base material para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular exige, ao mesmo tempo, uma reforma intelectual e moral. E, inversamente, essa reforma só se consolida quando encontra respaldo em bases materiais sólidas. Essas bases materiais devem ser concebidas agora, ou perderemos uma janela decisiva de bloco histórico.

A reforma educacional que daí deriva é a formação de força de trabalho intelectualizada, dirigente, que não seja alienada da produção. Que compreenda as implicações entre o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular e uma forma superior e total de civilização moderna — sem exploração e tendo o reflexo

do pensamento científico como principal organizador das ações humanas no cotidiano.

## Implicações entre os minerais críticos e estratégicos e soberania

A corrida pelos minerais críticos e estratégicos ocupa hoje o centro das disputas pela soberania entre países desenvolvidos. Esses Estados mantêm atenção constante a fatores como:

- o elevado consumo energético da Inteligência Artificial (IA) e dos *data centers*;
- a interdependência entre avanços científico-tecnológicos e cadeias produtivas;
- os investimentos em Defesa, já que sistemas de armas guiadas utilizam 18 minerais críticos, aeronaves de combate 15, e navios de guerra 14;<sup>2</sup>
- e a transição energética, que exige cadeias específicas e minerais estratégicos.

Nesse cenário, é relevante destacar que a China domina o setor, respondendo por 92% da produção mundial de magnetos e 91% dos minerais raros. Não à toa, em contrapartida, o Pentágono figura como maior acionista da *MP Materials*,<sup>3</sup> principal empresa norte-americana de terras raras, com aportes de US\$ 400 milhões.

Mas afinal, o que são as terras raras? As chamadas “terras raras” são as terras onde são encontradas reservas relevantes dos

2 Disponível em: <https://www.jpmorgan.com/insights/global-research/commodities/critical-minerals>.

3 Disponível em: <https://www.mpmaterials.com>.

elementos terrestres raros, que correspondem aos elementos lantanídeos, acrescidos de Escândio (Sc) e Ítrio (Y), todos destacados na tabela periódica abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

Contudo, o debate sobre soberania mineral vai além deles, abrangendo outros minerais críticos e estratégicos, como o lítio (Li) e o nióbio (Nb), que aqui merecerão, à guisa de ilustração, atenção específica.

O lítio é determinante para a transição energética. É essencial para baterias de armazenamento de energia, sobretudo em veículos elétricos. Por ser o metal mais leve da tabela periódica e possuir alta densidade energética, uma bateria de lítio pode alcançar até 150 W/kg, contra 30-40 W/kg das baterias de chumbo-ácido. Segundo a *International Energy Agency* (IEA),<sup>4</sup> a demanda global deve saltar de 250 Kt para 928 Kt em 2040, sendo 750 Kt destinados a veículos elétricos.

4 Disponível em: <https://www.iea.org/reports/lithium-2>.

No Brasil, o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, concentra duas das principais operações de lítio. A Companhia Brasileira de Lítio (CBL),<sup>5</sup> de capital nacional, avança na produção de hidróxido de lítio mono-hidratado, mas atende sobretudo os setores de vidro, papel e tecidos.

A maior produtora, a empresa canadense *Sigma Lithium*, explora o depósito Grota do Cirilo, segundo o *site* da empresa, “um dos maiores do mundo, com 107 milhões de toneladas de recursos medidos, indicados e inferidos, com teor médio de 1,4% de óxido de lítio”.<sup>6</sup> Entretanto, sua atuação limita-se à produção de espodumênio, sem agregar valor tecnológico à cadeia produtiva, perpetuando nossa condição de fornecedor de *commodities*.

Enquanto isso, Argentina e Chile estruturam políticas para ampliar cadeias de valor e sua participação global, estimada em 13% e 11% respectivamente até 2030, atrás apenas da China, com 62%.

Como se pode observar na tabela abaixo, essa discrepância entre exportar minério bruto e importar insumos beneficiados evidencia a fragilidade da soberania brasileira na transição energética:

TABELA 1 | **Preços USD (FOB)/T – Últimos 3 anos**

| PRODUTO                             | NCM      | 2022       | 2023      | 2024      |
|-------------------------------------|----------|------------|-----------|-----------|
| Espodumênio<br>(exportação)         | 25309010 | 2.973,00   | 2.105,37  | 827,60    |
| Carbonatos de lítio<br>(importação) | 28369100 | 230.640,00 | 59.492,88 | 19.998,64 |

5 Disponível em: <https://www.cblitio.com.br/unidade-planta-química>.

6 Disponível em: <https://sigmalithiumcorp.com/operations/>.

TABELA 1 | **Preços USD (FOB)/T – Últimos 3 anos (cont.)**

| PRODUTO                         | NCM      | 2022       | 2023       | 2024       |
|---------------------------------|----------|------------|------------|------------|
| Sulfato de lítio (importação)   | 28332920 | 15.433,00  | 29.140,26  | 132.500,00 |
| Hidróxido de lítio (importação) | 28252020 | 389.438,00 | 47.710,05  | 15.220,87  |
| Cloreto de lítio (importação)   | 28273960 | 40.004,00  | 54.256,32  | 33.791,67  |
| Nitrato de lítio (importação)   | 28342940 | 105.833,00 | 150.421,05 | 88.062,50  |

FONTE: Dados Abertos/Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O nióbio, por sua vez, apresenta uma configuração ligeiramente diferente. Possui aplicações estratégicas na indústria automobilística, na metalurgia, na saúde (supercondutores para exames de ressonância magnética) e até em baterias de íons de lítio. O Brasil detém 95% das reservas conhecidas e responde por 90% da produção mundial.

A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM),<sup>7</sup> sediada em Araxá, também em Minas Gerais, é exemplo de agregação de valor: já investiu R\$4 bilhões em sua planta e destina, anualmente, entre 250 e 300 milhões de reais para mais de 200 projetos de desenvolvimento tecnológico. Trata-se de um modelo que alia produção, ciência e inovação, mas tampouco é suficiente para soberania.

A disputa global pelos minerais críticos e estratégicos revela que soberania, no século XXI, não se limita ao controle territorial

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.cbmm.com>.

ou militar, mas passa necessariamente pela capacidade de dominar cadeias produtivas verticalizadas, de alto valor agregado. O Brasil, embora seja detentor de reservas expressivas de lítio e nióbio, ainda enfrenta o dilema histórico de permanecer como exportador de matérias-primas, sem consolidar políticas robustas de industrialização e inovação tecnológica.

Enquanto países como China, Chile e Argentina avançam em estratégias de integração produtiva e tecnológica, o Brasil corre o risco de reforçar sua posição periférica, participando da transição energética mundial apenas como fornecedor de insumos brutos. A soberania mineral exige mais do que abundância de recursos: requer planejamento estratégico, investimento em ciência e tecnologia, e políticas públicas capazes de transformar potencial em liderança. Sem esse movimento, continuaremos a assistir à transição energética dos outros, sem protagonizar a nossa própria.

## A Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos

No dia 7 de maio, o Congresso Nacional aprovou a Lei que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), vinculado à Presidência da República. A legislação também prevê a criação de um fundo privado, com participação da União no valor de R\$2 bilhões, além da concessão de crédito tributário de R\$5 bilhões para estimular produções com contrapartida de transferência de ciência e tecnologia.

Na mesma data, em coletiva de imprensa na Embaixada do Brasil em Washington, o presidente Lula afirmou que o objetivo é que o país deixe de ser apenas exportador e se torne “o grande ganhador dessa riqueza que a natureza nos deu”.

Apesar da retórica, há fragilidades evidentes. O Conselho, ainda que ligado à Presidência, terá sua atuação condicionada às prioridades de cada governo e decidirá, a cada quatro anos, quais minerais serão considerados críticos. Não há centralização estratégica, como poderia ocorrer com a criação de uma empresa estatal, nem vinculação a um plano de metas capaz de integrar infraestrutura e desenvolvimento tecnológico.

A exigência de contrapartida em transferência de tecnologia para contratos, embora positiva em tese, revela-se insuficiente diante da ausência de mecanismos estruturais de longo prazo. A Lei, nesse sentido, reflete a recorrente limitação da política mineral brasileira: permanece no campo da superestrutura, sem enfrentar o desafio de transformar recursos naturais em soberania produtiva.

O discurso presidencial, ao enfatizar conceitos abstratos como republicanismo e soberania, ecoa mais idealismo do que pragmatismo. A frase “a história está do nosso lado” sintetiza uma visão reformista que, sem planejamento concreto, corre o risco de repetir erros históricos e manter o Brasil como fornecedor de matérias-primas, em vez de protagonista da transição energética e tecnológica.

## Considerações para reflexão

A análise das implicações entre ciência, tecnologia, minerais críticos e soberania revela um paradoxo que atravessa a história brasileira: apesar de deter abundância de recursos naturais e reservas estratégicas, o país permanece preso ao papel de exportador de matérias-primas, sem consolidar uma política de industrialização capaz de transformar potencial em poder real. A aprovação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) representa um passo institucional relevante, mas ainda insuficiente diante da magnitude do desafio.

O Brasil dispõe de condições materiais únicas — reservas expressivas de terras raras, lítio e nióbio — que poderiam sustentar um projeto nacional de longo prazo. No entanto, sem um plano de metas que articule infraestrutura, ciência, tecnologia e educação popular, corre-se o risco de repetir o ciclo histórico de dependência e subordinação. A soberania mineral não se constrói apenas com leis ou fundos de investimento; exige centralização estratégica, coordenação estatal e compromisso com a agregação de valor em todas as etapas da cadeia produtiva.

Mais do que nunca, é necessário compreender que soberania e esperança não são conceitos abstratos, mas práticas concretas que dependem da capacidade de o país organizar sua vontade coletiva nacional-popular em torno de um projeto de civilização moderna, inclusiva e científica. Se o Brasil não assumir protagonismo na transição energética e tecnológica, continuará a assistir à história como espectador, em vez de escrevê-la como sujeito.

O desafio, portanto, é transformar a riqueza mineral em soberania produtiva, e esta em soberania política e social. Somente assim será possível pavimentar um futuro em que o Brasil deixe de ser celeiro de *commodities* e se torne referência mundial em ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Caderno 8 (XXVIII): 1931-1932: miscelânea e notas sobre filosofia III. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

# **A centralidade negra e indígena na formação do nacional-popular no Brasil: um diálogo entre Lélia Gonzalez e Antonio Gramsci**

LINNA RAMOS

## **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo estabelecer um diálogo entre o conceito de nacional-popular de Antonio Gramsci e Amefricanidade de Lélia Gonzalez para contribuir com a reflexão sobre a formação de uma identidade nacional-popular no Brasil, através do reconhecimento do protagonismo histórico, cultural e político das populações negras e indígenas na formação do Brasil, em contraposição, ao discurso hegemônico do mito da democracia racial disseminado no país pós-abolição, e que exerce influência como ideologia dominante até os dias atuais.

Partimos da premissa que o mito da democracia racial como ideologia dominante, esconde problemas estruturais do racismo e do capitalismo dependente que mantêm uma massa popular, expressivamente negra, alheia aos direitos fundamentais, e populações indígenas reféns dos interesses espúrios de capitalistas do agronegócio, do garimpo e extração de madeira ilegal, sendo-lhes

imposto um regime de coerção e violência dirigida pelo Estado e pelas classes dominantes, que os tratam como “fronteiras de sacrifício” (ATL, 2026)<sup>1</sup>.

Entretanto, esses fatos constituem um retrato do racismo como um dilema nacional que é social e portanto político por essência. Segundo Florestan Fernandes (2007, p. 289), “ele tem raízes econômicas, sociais e culturais, produz efeitos ramificados em todas essas direções. Todavia, a sua própria existência só é possível graças a certas estruturas de poder, que o tornam inevitável e necessário”. Logo, o racismo que estrutura as relações sociais no Brasil é extremamente necessário para o controle e espoliação da classe trabalhadora e popular no contexto de capitalismo dependente. Por sua vez, na formulação hegemônica de nação brasileira, o protagonismo negro e indígena foi ocultado pelo mito da democracia racial com o intuito de tentar esconder o processo violento da formação social brasileira e naturalizar as desigualdades produzidas pelo colonialismo escravocrata.

Neste sentido trazemos a categoria político cultural de Amefricanidade elaborada e desenvolvida por Lélia Gonzalez para, em diálogo com a categoria de nacional-popular de Antonio Gramsci, escovar a história nacional a “contrapelo” (Benjamin, 2020) e apresentar a hipótese de que a verdadeira identidade nacional-popular do Brasil passa pelo reconhecimento e fortalecimento das matrizes afro-indígenas como pilares dessa construção, e o seu apagamento faz parte do projeto colonialista e imperialista de poder. Logo, se o mito da democracia racial esconde a herança histórica nacional de colonialismo e escravidão, ela também revela a

1 Carta de Reivindicação ao Executivo do Acampamento Terra Livre (ATL) de 2026. Brasil soberano é terra indígena demarcada e protegida. Disponível em: [https://apiboficial.org/files/2026/04/Carta-ATL-2026\\_3poderes\\_Estrutura-geral.pdf](https://apiboficial.org/files/2026/04/Carta-ATL-2026_3poderes_Estrutura-geral.pdf). Acesso em: 30 jun. 2026.

vontade coletiva nacional-popular de uma democracia racial verdadeira que só será efetivada através do processo revolucionário de libertação dos povos negros e indígenas na luta pela hegemonia da classe trabalhadora e popular do Brasil.

## O colonialismo, o capitalismo dependente e o racismo à brasileira

O impacto da colonização deixou marcas profundas na sociedade brasileira que os processos de independência, de abolição da escravidão e da frágil e incompleta experiência democrática, não foram capazes de apagar. É fato que este não é um “privilégio” do Brasil, e sim uma realidade compartilhada pelas sociedades submetidas ao colonialismo europeu. A América Latina como uma expressão desse drama histórico, é um terreno fértil de diversidade cultural forjada na luta e resistência dos povos originários e africanos escravizados. Desde o período colonial, o continente segue em luta na defesa de seu território, de suas reservas naturais, por soberania, e desenvolvimento científico e tecnológico para romper com o ciclo de exportador de matéria-prima barata para países centrais do capitalismo, bem como seguir na luta contra o racismo enquanto sistema que segue organizando as estruturas sociais contemporâneas.

No Brasil e em outras colônias, o colonialismo estabeleceu um modo original de organização da vida social fundada no escravismo sob a justificativa religiosa e pseudocientífica de condição “sub-humana” dos povos escravizados, se referindo a eles como “recursos naturais” a serem explorados, tal qual um boi é utilizado como um animal de tração para arar a terra. Para Fanon (2022), o processo de animalização dos povos colonizados integra o próprio funcionamento do sistema colonial, no qual o colono transforma o colonizado em “quintessência do mal” ou “mal absoluto” utilizando do

vocabulário zoológico para se referir a essas pessoas. Portanto, para o autor:

A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo colonizado. O nativo é declarado impermeável à ética: ausência de valores, mas também negação dos valores. Ele é, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que tenha a ver com ética ou a moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas (Fanon, 2022, p. 38).

Deste modo, todo o sistema de crenças, valores e cosmogonia dos povos colonizados são desfigurados e interpretados como atrasados e maléficos que precisam ser exilados do convívio social. Nesta lógica, o colonizado precisa ser libertado e educado através do trabalho forçado e conversão ao cristianismo católico. Destarte, nasce desse processo a ideia de que o colonizador estaria salvando essas vidas “inferiores”, dando-lhes a oportunidade de evoluir e salvarem suas almas. Assim, o colonialismo como um sistema de poder e dominação desenvolve seu aparato ideológico de hierarquia racial no qual busca “esvaziar o cérebro” do colonizado de toda sua história, tradição e cultura para convencê-lo de quem sem o colono ele voltaria à barbárie primitiva em que se encontrava.

O processo de racialização é o elemento estruturante das sociedades colonizadas, de modo que, para Fanon, “nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura”, e por isso as análises marxistas devem ser “sempre ligeiramente flexibilizadas a cada vez que se aborda o problema colonial” (Fanon, 2022, p. 36). Tal necessidade decorre da particularidade dessas sociedades,

onde a posição de classe é determinada pelo grupo racial ao qual o sujeito pertence.

Este movimento analítico flexível, portanto, é valioso para compreender como que as relações econômicas e de produção que constituem a infraestrutura nas colônias, não podem ser dissociadas das relações políticas, jurídicas e ideológicas, culturais e religiosas que compõem sua superestrutura, de modo que a exploração econômica e dominação racial se complementam dialeticamente no exercício de poder de classe. Daí a afirmação do autor em explicitar que “a pessoa é rica porque é branca, e é branca porque é rica” (Fanon, 2022, p. 36).

O capitalismo que se desenvolve de modo articulado ao colonialismo, se beneficia do modelo racial de estratificação social e dominação de classe assimilada por séculos nas colônias para atualizar o modo de exploração para o tipo capitalista. Se antes as colônias eram apenas fornecedoras de matéria-prima, no novo modo de produção elas também se tornam mercados consumidores para a indústria das grandes metrópoles e têm nas elites locais sua correia de transmissão para o capital ocidental. Ou seja, as colônias também enriqueceram uma classe dominante local parasitária, gerente das relações econômicas em benefício das metrópoles. Diferente da burguesia europeia que passou por um processo revolucionário de construção do Estado Moderno, essa elite local em nada se compromete com a soberania e a independência nacional, busca apenas receber dividendos e lucros individuais para o seu próprio enriquecimento.

No Brasil, a elite desenvolve suas relações econômicas burguesas com os lucros extraídos do tráfico legal e ilegal de escravos, além das grandes fazendas e engenhos de base escravistas. Essa riqueza acumulada era reinvestida em negócios capitalistas, então o que fundamenta e sustenta os pilares da sociedade capitalista no Brasil, é o racismo das relações coloniais pregressas. Ou seja, as antigas relações coloniais não foram extintas com a fundação do Estado

Moderno, mas transmutaram-se continuamente de modo a não ameaçar os privilégios da elite nacional.

Ao tratar do processo de criação do Estado Nacional no Brasil, Florestan Fernandes traz a análise de que foram os estamentos senhoriais que assumiram a direção da construção do Estado-Nação e que, por sua vez, provocaram mudanças no sistema político, econômico e social sem alterar as velhas estruturas do sistema anterior, ou seja, a construção do Estado-Nação foi realizada por dentro da ordem, na qual a modernização, ao preservar esses elementos do passado, assentou os fundamentos que mais tarde produziriam uma sociedade capitalista com profundos traços de dependência.

Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente ‘impostos de fora para dentro’. Ambos fazem parte de uma estratégia repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana (Fernandes, 2009, p. 262).

Sendo assim, o capitalismo e sua classe dominante, tanto nas antigas colônias como nas dos países centrais, construíram toda a riqueza europeia sobre as bases do subdesenvolvimento provocado pelos anos de exploração colonialista. Foram séculos de trabalho escravo, sangue negro e indígenas derramados que promoveram o acúmulo de riqueza nas sociedades capitalistas centrais. Deste modo, não é possível pensar historicamente o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais do capitalismo, sem integrar o fato histórico de que escravidão, tráfico transatlântico de pessoas, exploração dos recursos naturais e transferência sistemática de riqueza das colônias para as metrópoles, compuseram

a esteira por onde se desenvolveu a “opulência europeia” (Fanon, 2022, p. 92), e que o subdesenvolvimento dos países do “Terceiro Mundo” é resultado direto também desse mesmo processo histórico.

É neste contexto que o elemento racial opera como um dos principais fatores da herança histórico nacional que limita o desenvolvimento de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, enquanto um país de capitalismo periférico de tipo dependente, pois a maioria da população negra, descendente de escravizados, povos e territórios indígenas segue na posição mais vulnerabilizada na sociedade, alheios aos direitos fundamentais, em tese, garantidos pela Constituição. Logo, concordamos com Almeida (2019, p. 38) quando explicita que o racismo é “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”, atuando como uma lente que distorce e naturaliza as desigualdades.

Nesta perspectiva, os estudos de Florestan Fernandes também contribuem com uma leitura mais apurada dos desafios para uma verdadeira democracia no Brasil, onde as questões de ordem econômica são fundamentais, mas também reconhece que há impregnado na sociabilidade brasileira o *modus operandi* da autocracia burguesa de privilégio branco. E trazemos esta reflexão tanto para confrontar as piadas do racismo recreativo e descrédito dos estudos dos intelectuais negros no racismo epistemológico, quanto como mecanismo de controle e coerção violenta da classe trabalhadora formada pela maioria de pessoas negras que vivem em condições precárias de moradia, saúde, educação e trabalho.

Vale ressaltar que, nos anos de 1930, o Brasil passou por um processo de modernização, visando consolidar uma identidade nacional que rompesse com os paradigmas raciais anteriores do evolucionismo racial fundamentado por estudos como os de Nina Rodrigues. Suas ideias e pseudociência afirmam que:

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (Rodrigues, 2010, p. 14-15).

Após a abolição, o Brasil precisava explicar o que era, e o referencial de desenvolvimento e sucesso era a Europa e sua população branca, evoluída. Mas como afirmar que o Brasil era branco europeu quando mais de quatro milhões de negros, africanos escravizados e seus descendentes compunham a maioria da população? As ideias de Nina Rodrigues influenciaram uma série de justificativas para violências até os dias atuais. Estas ideias ainda se proliferaram nas concepções do Positivismo Criminal que propaga o encarceramento em massa da população negra sob o indício de “suspeito padrão”.

Logo, em contraposição a uma leitura social e racial sobre o Brasil, fundada com base no eugenismo de Nina Rodrigues, Gilberto Freyre publica, em 1933, a obra *Casa-Grande & Senzala* e reinterpreta a colonização e a escravização de negros e indígenas de forma idealizada, branda, sugerindo que o processo violento que constituiu a sociedade brasileira, tivesse sido cordialmente aceita por negros e indígenas, colocando a mestiçagem do branco com os outros grupos raciais subalternos, de forma romântica, na qual a mistura das raças no Brasil é símbolo de harmoniosa convivência, tipicamente nacional. Essa ideologia hegemônica de modernização do Estado brasileiro, que busca uma identidade nacional própria, convencionou-se chamar de “mito da democracia racial”.

Sobre este processo ideológico de formação da identidade nacional, uma geração de pesquisadores e intérpretes do Brasil confrontam essa ideologia de modo a explicitar como as relações

sociais no Brasil seguem o padrão racista de dominação e estratificação social. Em suas críticas contundentes ao mito da democracia racial, autores como Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento denunciam o significado dessa aparente harmonia que oculta a violência do processo histórico de formação do Brasil, onde a harmonia só é estabelecida se o negro e o indígena, por um mecanismo de assimilação, aceitarem a condição, o lugar social de subalterno (Gonzalez; Hasenbalg, 2022). Para a elite brasileira, o equilíbrio entre as raças no seu projeto de nação se produz com a África na sua cozinha, a América nas florestas e a Europa na sala de visita (Nascimento, 2016, p. 113).

Ou seja, se há algo que não existe no Brasil, é uma democracia racial. Contudo, o racismo assume formas diferentes de acordo com a sociedade em que se insere e pelo modo como ele estrutura as relações de poder. Diferentemente da África do Sul e dos Estados Unidos, o Brasil moderno não sofreu com uma segregação declarada aos negros, mas seu racismo se manifesta na prática através de uma aparência de não racismo, em que oculta, nega e deslegitima a contribuição histórica de origem africana. E que se concretiza na prática social racista direcionada aos “testemunhos vivos” da africanização da cultura brasileira (Gonzalez, 2020, p. 151).

O racismo à brasileira, como explica Lélia Gonzalez (2020), naturaliza as desigualdades sociais/raciais, desvaloriza a estética e cultura negras, atribuindo sentido de feio e diabólico aos “traços negroides”, ao mesmo tempo que hipersexualiza e animaliza os corpos negros, atribuindo-lhes uma suposta força física inata, maior disposição para a prática sexual, maior resistência à dor e capacidade natural para suportar esforços físicos. Essas compreensões foram assimiladas por séculos, e ao negar o racismo, a sociedade brasileira reforça o que a autora chama de mecanismo de “neurose cultural” que fundamenta o “racismo à brasileira”. Segundo a autora,

Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento [...]. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo (Gonzalez, 2020. p. 84).

Ou seja, o racismo disfarçado é um tipo específico de opressão e exploração em que a sociedade realiza a exclusão do negro através da assimilação do mito da superioridade branca, mesmo que não a declare abertamente. Através do mito da democracia racial, exerce impacto na formação da subjetividade de brasileiras e brasileiros de diversas gerações, fazendo com que o dilema racial, estruturalmente preservado, mantenha os estamentos coloniais e impeça a sociedade de avançar para padrões democráticos raciais de fato consolidados.

É neste sentido que se apresenta como uma necessidade histórica operante, reconhecer as tramas do discurso hegemônico da nossa identidade para revelar nele, a vontade coletiva nacional-popular de experienciar historicamente uma verdadeira democracia racial, como aposta revolucionária na descolonização completa sob hegemonia do povo oprimido.

### Crítica ao discurso hegemônico das elites sobre o Brasil

Desenvolver uma identidade coletiva requer antes uma tarefa de análise histórica de sua experiência coletiva como povo. Exige, portanto, forjar uma concepção de mundo que explique essa história e aponte os caminhos que coletivamente se quer construir. Como força política e histórica, uma concepção de mundo atravessa os círculos restritos da academia e se demonstra através da práxis como uma maneira de pensar, uma forma de pensar sobre si, sobre

seu processo histórico e também como agir e defender seus interesses para além de suas vontades particulares, atuando como grupo, como força social coletiva. Construir a interpretação histórica de uma sociedade é, sob as contribuições de Gramsci, um ato político. Para o autor sardo, história e política são indissociáveis, “se o político é um historiador (não apenas no sentido de que faz a história, mas no sentido que atuando no presente, interpreta o passado), o historiador é um político e neste sentido [...] a história é sempre história contemporânea, isto é, política” (2024, Caderno 10, §2, p. 38).

A interpretação do passado histórico do Brasil, um país marcado pelo colonialismo em seu continente, pelos séculos de escravidão de negros e indígenas, pela espoliação de produção e riqueza através da dependência econômica no capitalismo, não é isenta de intenções de classe. Portanto, para a classe dominante, a análise desse passado não pode se revelar ao ponto de insurgir toda uma massa expressiva da classe trabalhadora forjada historicamente na esteira do colonialismo e racismo. São profundas as fissuras que a violência das classes dominantes no Brasil provocaram, e provocam, no tecido social para que, no último país das Américas a abolir oficialmente a escravidão, a raça continue a ser um marcador da posição econômica<sup>2</sup>.

O racismo à brasileira, como apresenta Lélia, se expressa no apagamento das contribuições econômicas, culturais e políticas que negros e indígenas deram à formação do país. E isto significa a disputa pela voz que conta a história oficial e a luta pela autodeterminação de um povo oprimido. Esta digressão também pode relacionar-se com o provérbio africano: “até que os leões tenham seus próprios historiadores, a história da caçada sempre glorificará o

<sup>2</sup> Segundo o IBGE (2025), em 2024, a pobreza atingiu 15,1% da população branca, 25,8% da população preta e 29,8% da população parda, apontando que “a pobreza e extrema pobreza são maiores entre as mulheres, pessoas pretas e pardas e pessoas com até 14 anos de idade” (IBGE, 2025 p. 44).

caçador”, ou seja, o movimento de recuperar historicamente a luta e a resistência de negros escravizados pela abolição, desbancou o argumento de que o processo de escravização foi pacificamente aceito pelos negros e generosamente imposto pelos senhores de engenho.

Como parte de uma geração de intelectuais negros que se debruçaram a desmentir o mito da democracia racial, estudos como os de Clóvis Moura elevam a representação política da força organizada que tem o povo negro oprimido no processo de abolição da escravidão. Na obra *Rebeliões da Senzala*, o autor descortina também o mito de uma abolição realizada a partir da benevolência da Princesa Isabel. Moura (1988) apresenta o argumento de que sempre houve resistência dos escravos à escravidão, com revoltas e quilombos organizados econômica, política e militarmente contra as forças senhoriais.

Através de um levantamento histórico das leis que antecederam a Lei Áurea (Lei Eusébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário), o autor afirma que “a escravidão decompunha-se” (Moura, 1988), e que em 1888 havia apenas 5% da população escravizada. Desta forma, Moura apresenta uma interpretação para o ato jurídico da abolição que desloca a narrativa da benevolência da Princesa Isabel e direciona para a realidade contraditória que as lutas, fugas e revoltas dos escravos tornaram insustentável manter o regime.

Clóvis Moura também apresenta e evidencia a estratégia a que a classe dominante no Brasil recorre diante das transformações que podem ser conduzidas pelos “de baixo”. Ao fazer uma analogia com a frase: “façamos a revolução antes que o povo faça”, atribuída ao Presidente de Minas Gerais, em 1930, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, no contexto de uma possível revolução devido a crise da República Oligárquica (Pimenta; Fanni, 2019)<sup>3</sup>, o autor revela que para as elites, é melhor fazer uma transformação “por cima” do que

3 Disponível em <https://www.scielo.br/j/rh/a/LNQj3VFFkwLPnhkYqdk8sMg/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2026.

permitir que os subalternos tomem a direção política do processo. Portanto, a conjuntura que deu condições à abolição,

Era toda uma conjuntura econômico-política delicada e complexa que se apresentava ante os olhos da Regente: uma economia em decomposição e uma opinião pública que, quase na sua totalidade, condenava o sistema de trabalho que predominava ainda na agricultura. Certamente sentindo-se forçada ante o império das circunstâncias [...], deveria ter raciocinado como, tempos depois, frente ao problema da revolução que se aproximava, exprimiu-se um político brasileiro, exclamando: 'Façamos a abolição antes que os escravos a façam...'. Era o medo da 'vingança bárbara e selvagem', de Nabuco, tomando forma jurídica: a Lei Áurea (Moura, 1988, p. 69).

Ao olhar criticamente para essa versão da história brasileira propagada pelos intelectuais das elites, deparamo-nos com vários outros exemplos de uma história do Brasil que busca abafar o protagonismo do povo negro e indígena nas grandes transformações sociais pelas quais o país passou. Outro exemplo é o relativo à história oficial da Independência do Brasil, narrada em livros didáticos de várias gerações que passaram pela escola, com uma versão de independência “morna”, passiva, na qual o grito do Ipiranga proclamado pelo príncipe regente em seu cavalo, teria concluído o processo: “Diga ao povo que fico!”. E há, na verdade, por trás da história oficial, um grande protagonismo dos povos originários e negros que se envolveram em batalhas violentas e decisivas, nas lutas pela independência do país.

A Independência da Bahia, relembrada nos festejos de dois de julho, revela um outro Brasil, um Brasil popular, com heróis populares como Maria Felipa, Maria Quitéria, caboclos (mestiços originários), e figuras como o corneteiro Luiz que foram determinantes para a derrota e expulsão das tropas portuguesas nas batalhas por

liberdade<sup>4</sup>. Neste sentido, a Lei nº 15.454, de 1º de julho de 2026, que torna Salvador a sede simbólica do Governo Federal todos os anos no dia dois de julho, como o Dia Nacional da Consolidação da Independência do Brasil, representa uma correção simbólica essencial para a retomada do protagonismo popular nas lutas e conquistas do povo brasileiro.

Como parte fundamental desse apagamento histórico, a contribuição dos povos indígenas para a formação nacional também sofreu, e sofre, consequências vitais. E o continente latino-americano é representativo da maior luta dos povos originários, povos da terra que foram dizimados e extintos, mas que também resistiram e que em meio à crise climática que agrava a realidade de finitude dos “recursos naturais” no século XXI, sua maior reivindicação é por delimitar as garras do capitalismo sobre a natureza. Por delimitação das terras indígenas, povos que cuidam do maior bem em comum que a humanidade possui, que é a natureza.

Mas, infelizmente, ainda é comum uma leitura na qual os povos originários representam um atraso no desenvolvimento do país, mesmo no campo intelectual mais crítico, a noção de primitivos construída sobre os indígenas impregna as interpretações do país. Como se defender os direitos reivindicados pelos povos indígenas

4 Para melhor elucidar algumas histórias. Maria Felipa foi uma mulher negra, liberta, que liderou um exército de mulheres que expulsaram tropas portuguesas da Ilha de Itaparica, usando folhas de cana. E o corneteiro Luís Lopes foi um corneteiro português pró-independência que ao invés de tocar o toque de retirada das tropas portuguesas, soou o toque de ataque, proporcionando uma confusão que favoreceu a vitória brasileira na Batalha de Pirajá. Em que pese haver poucos registros históricos de figuras como Maria Felipa e dissensos sobre a intenção do corneteiro Luís, ambos personagens juntamente à Maria Quitéria e aos Caboclos, são homenageados com carros alegóricos nos cortejos de Dois de Julho, na Bahia, em memória e honra da inteligência e coragem do povo na luta por liberdade.

fosse condenar toda uma sociedade ao seu atraso. Segundo Gersem Baniwa, ao se referir aos povos indígenas

Esquecem, ou mesmo ignoram, por força da ideologia incorporada do pensamento preconceituoso dos brancos, com quantas tecnologias, conhecimentos e valores os povos indígenas contribuíram para a construção e a formação do povo brasileiro. Ou será que esqueceram de como os primeiros portugueses aprenderam a sobreviver em terras totalmente desconhecidas? (Baniwa, 2006, p. 217).

Há portanto, uma disputa política com a narrativa hegemônica de formação da sociedade brasileira, haja vista que o país ainda não viveu uma transformação profunda dirigida pelos oprimidos e, ante qualquer possibilidade dessa natureza, a elite brasileira tem como método conduzir por cima as transformações necessárias para garantir seus privilégios de classe, utilizando sua ideologia como arma política na formação subjetiva do povo oprimido.

Por conseguinte, é de fundamental importância o papel do intelectual orgânico da classe oprimida que seja oriundo e representativo das camadas populares e trabalhadoras, dos contingentes negros e originários da população, que resgatem a história de colaboração dos povos indígenas não só à economia, à culinária, à língua, à cultura, aos conhecimentos medicinais tradicionais e ao conhecimento sobre o trato com a natureza de forma sustentável, mas também da sua relação histórica de colaboração com os povos africanos escravizados e em luta constante por liberdade contra o sistema escravocrata.

Dessa forma, a construção de uma verdadeira democracia no Brasil jamais poderá ser efetivada sem a incorporação das demandas, reivindicações e colaboração dos mais de 200 povos que vivem no território Pindorâmico. Resgatar essas contribuições significa incorporar à luta dos povos oprimidos outras concepções de mundo e

projetos coletivos que não se fundamentam na exploração do homem pelo homem marcado pela desigualdade e destruição da natureza.

A luta dos povos originários por demarcação de terra, em defesa dos seus modos de vida próprios, fomenta a possibilidade de um Brasil melhor para todos. Bem como reconhecer e demarcar os territórios quilombolas, existentes em todo o Brasil, e que representam milhares de descendentes das lutas por liberdade e que também comungam da visão de mundo assentada na relação harmoniosa e respeitosa com a natureza. Reconhecer essas contribuições valiosas é parte de uma luta no Brasil e na América Latina pelo bem viver a todos.

Por tudo isso, o Brasil e o mundo precisam olhar com mais carinho para os povos indígenas e vê-los não como vítimas ou coitadinhos pedindo socorro, mas como povos que, além de herdeiros de histórias e de civilizações milenares, ajudaram a escrever e a construir a história do Brasil e do planeta com seus modos de pensar, falar e viver (Baniwa, 2006, p. 219).

As produções e interpretações do Brasil que desmistificam o mito da democracia racial, seja pela ótica das lutas negras como pela das lutas indígenas, nos conduzem a um ajuste de foco no sujeito oprimido, que passa a ser protagonista da própria história, e portanto sujeito da transformação, e não como uma massa passiva e receptiva às violências sofridas. Os sujeitos deixam de ser apenas objetos de estudos, análises e manobras políticas, e passam a ser produtores, intérpretes e dirigentes de sua história.

Portanto, esse movimento analítico e crítico ao mito da democracia racial estabelecido pelas gerações mais velhas, segue como fundamental para que o Brasil tenha intelectuais que assumam a condução do movimento de reinterpretação da história oficial. Assim, a formulação de Gramsci sobre os intelectuais orgânicos ganha contorno central para nossa análise, pois,

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria junto a si, organicamente, um ou mais estratos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não só no campo econômico, mas também no social e político (Gramsci, 2024, Caderno 12, §1, p. 3).

Deste modo, o intelectual orgânico é compreendido “[...] pelas atividades que desempenha no contexto histórico, pela sua vinculação de classe, pelas escolhas que assume a favor da manutenção do sistema ou da sua superação e recriação” (Semeraro, 2021, p. 48). É neste sentido que recuperar a história do Brasil sob a ótica dos subalternos significa escovar a história a contrapelo para a construir uma hegemonia dos debaixo, hegemonia esta que deve ser forjada antes mesmo da tomada do poder, e não pensada como movimento mágico em que toda a formação subjetiva e ideológica da elite sobre a nação e o Estado se decomponha após a tomada do poder.

## Vontade Nacional-Popular e Amefricanidade

O movimento de análise crítica da história do Brasil não é realizado aqui como um movimento apenas de recuperação e sublevação das histórias silenciadas e seus verdadeiros protagonistas heroicos. Nosso objetivo é contribuir com o sentido político que esse reconhecimento pode provocar no povo brasileiro ao se reconhecer como força social capaz de mudar a realidade e disputar a direção da sociedade através de suas raízes históricas de luta e resistência contra o sistema opressor colonial e capitalista. É nesse movimento de transição entre a consciência histórica e a ação coletiva, que a categoria de vontade nacional-popular de Gramsci abre portas para pensar a identidade nacional do Brasil.

Para Gramsci, a vontade coletiva não é a soma das vontades individuais, nem nasce espontaneamente. Ela se manifesta quando grupos sociais dispersos constroem uma consciência comum, logo, a vontade à qual se refere o autor é de caráter coletivo e político, capaz de revolucionar sociedades e fundar uma nova ordem. Assim, em Gramsci, vontade coletiva é a representação da “consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um real e efetivo drama histórico” (Gramsci, 2024, Caderno 13, §1, p. 7).

No caso do Brasil, o exercício da análise sócio-histórica apresentada nos dois tópicos anteriores demonstra que as condições para a afirmação da vontade coletiva nacional-popular não podem ser encontradas sem a plena inclusão do negro e do indígena; sem a articulação para a superação do dilema racial. O colonialismo e o capitalismo dependente no Brasil produziram a subalternização econômica e política dos povos racializados dentro do próprio território, entretanto esse mesmo povo oprimido desenvolveu formas de resistência política e de criação cultural capazes de atravessar o tempo e produzir a diversidade cultural do país de norte a sul.

Assim, o nacional-popular não significa apenas incluir as reivindicações de negros e indígenas a uma narrativa já desenvolvida, mas deslocar o foco para esta centralidade racial de onde partirá a própria forma como o Brasil é interpretado. Com esta perspectiva, as contribuições de Lélia apresentam uma força particular ao demonstrar como mesmo com as violências sucessivas vividas por gerações, os povos negro e indígena construíram um campo político cultural de resistência e propagação do seu modo de vida, cosmogonia, língua, costumes, histórias e narrativas próprias sem permitir que os planos do colonizador e da elite burguesa nacional apagassem por completo esses registros de sua memória.

No texto *Odara Dudu: Beleza Negra*, a autora explicita como movimentos culturais negros, a exemplo do Ylê Ayê e a Noite da Beleza Negra, demonstram que, no que se refere à luta dos povos

negros no Brasil e em toda experiência advinda do tráfico de pessoas pelo transatlântico nas Américas, “cultura é política com P maiúsculo” justamente por permitir através destas atividades que o povo negro “tome consciência do seu papel de sujeito de sua própria história e de sua importância na construção não só deste país como na de muitos outros das Américas” (Gonzalez, 2020, p. 243).

É neste contexto que povos silenciados e “falados” pelo viés da racialização da ordem dominante, tomam para si a responsabilidade de elaborar sobre sua história e sobre si mesmos. Este ato de tamanho atrevimento perante quem é acostumado a infantilizar e descredibilizar o povo negro, é narrado por Lélia, no texto *Racismo e Sexismo na sociedade brasileira*,

Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 2020, p. 77-78).

Ao propor um olhar crítico, novo e criativo sobre a experiência de negros e indígenas na formação social do Brasil, Lélia se afasta da leitura euro referenciada e parte para a história nacional apresentando o conceito de “América Africana”, “[...] cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina [...]. Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os ‘pretos’ e os ‘pardos’ do IBGE) são ladino-amefricanos” (Gonzalez, 2020, p. 127).

Nesta análise, a categoria de Amefricanidade permite enxergar a contribuição negra e indígena como parte constitutiva da nação, e não como componente secundário e periférico. Portanto, se Gramsci contribui com a leitura de que só é possível emergir a vontade nacional-popular a partir da estrutura e história de cada nação em que

grupos sociais diversos entram no cenário político e organizam-se superando a fragmentação corporativa em vista a um projeto amplo de transformação, a contribuição de Lélia entrega chaves interpretativas para a tradução desse pressuposto para o contexto brasileiro.

A partir do reconhecimento da experiência política, diversa e coletiva que diferentes grupos compartilharam pela experiência vivida, a categoria político-cultural de Amefricanidade nos permite pensar num processo histórico dinâmico e diverso de luta coletiva contra o opressor, no qual diferentes grupos étnicos, representados pelos modelos africanos predominantes como: bantus, iorubás, ewe-fon, interagiram e construíram rotas de fuga, referências culturais e, portanto, políticas na luta por emancipação frente aos opressores.

Permite ainda levar em consideração toda a diversificada interação histórica desses grupos africanos entre si e, entre centenas de etnias indígenas que compõem o território Pindorâmico como os Tupinambá, Krenak, Yanomami, Pataxó, Guarani Kaiowá, Potiguara, Marajoara, Terena, Xakriabá, Kaingang e tantas outras centenas.

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (Amefricanity) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). (Gonzalez, 2020, p. 134-135).

Pela chave amefricana de Lélia, o amefricano do norte do país é diferente do amefricano do sul, como também diferente do amefricano dos Estados Unidos. Em Lélia, Amefricanidade também assume uma conotação explicitamente anti-imperialista em relação à dominação dos Estados Unidos e a autora propõe um termo que

valorize e unifique as experiências de luta, resistência e emancipação. Logo, como diz a própria autora “a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo, négritude, afrocentricity etc.” (Gonzalez, 2020, p. 135).

O movimento de articulação entre amefricanidade e identidade nacional-popular brasileira entrega substratos, solo fértil para fazer emergir uma vontade coletiva nacional-popular como processo para forjar uma hegemonia pautada na maior referência de democracia racial nas Américas, sendo esta a experiência de Palmares e sua luta por emancipação (Gonzalez, 2020). Portanto, assumir a identidade amefricana no Brasil abre rotas para fazer emergir uma vontade coletiva nacional-popular que represente a verdadeira face nacional-popular no Brasil, considerando a centralidade negra e indígena nessa elaboração.

Porém, trata-se *a priori* de exercer a tarefa do inventário proposto por Gramsci,

[...] o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, ou seja, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti mesmo uma afinidade de traços acolhidos sem benefício de inventário. É preciso fazer, inicialmente, um tal inventário (Gramsci, Caderno 11, §12, 2024, p. 14).

O desafio posto é realizar o inventário e assumir a direção da própria história à medida que se toma consciência pela práxis social de seu lugar na produção econômica, política e cultural da nação, se libertando das amarras europeias que referenciam o Brasil e ocultam a contribuição de africanos e indígenas. Neste sentido, na educação se torna cada vez mais necessário fortalecer leis como a 10.639/2003 e a 11.645/2008 que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental ao ensino médio no Brasil. Estas leis, bem como a Lei de Cotas (12.711/2012), são expressões de lutas históricas do movimento negro e indígena, que provocaram um grande desconforto nos privilégios que o mito da democracia racial sustenta atualmente.

## Considerações finais

A partir das contribuições de Lélia Gonzalez e Antonio Gramsci, articuladas para refletir sobre a construção de uma identidade nacional-popular no Brasil que supere o mito da democracia racial, buscamos apresentar como a formação de uma identidade nacional não é neutra e como esta compreensão de si e do mundo pode ganhar uma força coletiva capaz de realizar transformações sociais revolucionárias e mudar o curso da história.

Porém, diferentemente da Europa, o Brasil e a América Latina carregam uma herança histórico-nacional de colonialismo, escravismo e racismo, que fez brotar em seu território experiências diversas centradas em bases afroindígenas, que por sua vez fazem parte da maior representação do repertório cultural que emergiu dessas relações. O exemplo do Brasil está no próprio modo de falar um português “africanizado”, “abrasileirado” com forte influência bantu (Gonzalez, 2020).

Portanto, se africanos e indígenas foram e são tão importantes na produção cultural, econômica, material e política, a sua centralidade na formação do nacional-popular se torna imprescindível para a construção de um projeto de poder sob hegemonia dos “de baixo”, dos oprimidos e condenados da terra. Mas a formação da vontade coletiva nacional-popular apresenta uma questão em aberto, sob quais condições a tomada de consciência histórica ultrapassa os limites pessoais e atravessa as barreiras individuais em

direção à organização coletiva e à capacidade de liderar o processo revolucionário?

No processo de luta por libertação e hegemonia dos “de baixo”, ter a clareza da função histórica é central para reconhecer quais as experiências que forjaram o povo brasileiro e que devem ser consideradas como patrimônio histórico da luta. A construção para um processo revolucionário de hegemonia dos subalternos é contínua e exige disputar o sentido e o significado da história, exige disputar a direção intelectual e moral da classe, pois segundo Gramsci, “um grupo social pode e inclusive deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental” (Gramsci, 2024, Caderno 19, §24, p. 54).

Neste sentido, propomos articular a categoria de Gramsci de nacional-popular ao de Amefricanidade de Lélia, para confluir ao terreno da luta por hegemonia nacional-popular a questão racial, além das demandas históricas de toda classe trabalhadora. E, portanto, pensar em alargamentos históricos que vislumbrem caminhos de construção e ação coletiva de emancipação através de uma identidade de luta, solidariedade e resistência de base amefricana, que expressa as necessidades históricas do sentido de uma descolonização completa. Pensar amefricanidade enquanto uma identidade, parte e processo do nacional-popular no Brasil, contribui para reinterpretar o que somos e a leitura de nós mesmos, além de, sobretudo, disputar os rumos do que queremos (e podemos ser) como projeto coletivo de poder.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). *Carta de reivindicação ao Executivo do Acampamento Terra Livre (ATL) de 2026: Brasil soberano é terra indígena demarcada e protegida*. Brasília, DF: APIB, 2026. Disponível em: Carta ATL 2026 — APIB. Acesso em: 30 jun. 2026.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. São Paulo: Alameda, 2020.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2 ed. São Paulo: Global, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- GRAMSCI, Antonio. Socialismo e cultura. In: GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Volume 1. Lisboa: Seara Nova, 1976.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Caderno 10. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Caderno 11. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Caderno 12. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Caderno 13. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Caderno 19. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/71016b2eboa5feb8f7685271b1233db7.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/71016b2eboa5feb8f7685271b1233db7.pdf). Acesso em: 28 jun. 2026.
- PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, séculos XVIII a XXI: a história de um conceito, um conceito na história. *Revista de História*, São Paulo, n. 178, 2019. Disponível em: [https://revistas.usp.br/revhistoria/pt\\_BR/article/view/144249/156596](https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/144249/156596). Acesso em: 28 jul. 2026.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*: quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- SEMERARO, Giovanni. *Intelectuais, educação e escola*: um estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

# O “nacional-popular” como oposição democrática ao verde-amarelismo

EDUARDO GRANJA COUTINHO

PARA *Luiz Guilherme Burlamaqui*

*Glória a todas as lutas inglórias  
Que através da nossa história  
Não esquecemos jamais...*

[ JOÃO BOSCO E ALDIR BLANC ]

O pensamento de Gramsci nos ajuda a compreender não apenas a maneira como os grupos dirigentes exercem a sua hegemonia política, mas também, dialeticamente, os processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. O objetivo deste ensaio é, precisamente, refletir sobre as estratégias contra-hegemônicas, voltadas para a criação e difusão daquela visão de mundo crítica que Gramsci chamou de nacional-popular. Essa categoria se revela particularmente importante nesse momento em que o verde-amarelismo, como expressão reacionária do nacionalismo em nosso país, se apresenta como a síntese do ideário neofascista.

## A alternativa nacional-popular

Gostaria de iniciar essa reflexão sobre o nacional-popular com uma pequena crônica da vida nacional. Recebi de um amigo de Brasília a

seguinte mensagem no *WhatsApp*: “Coloquei uma bandeira vermelha na janela e o síndico mandou tirar, alegando que são deveres do condômino ‘Não colocar placas e cartazes de publicidade de cunho político nas janelas dos apartamentos’”. O meu amigo respondeu ao síndico: “mas os fascistas não são impedidos de fazer publicidade de cunho político em suas janelas. O prédio está cheio de verde e amarelo”. E o síndico lhe enviou uma nova mensagem, dizendo: “Gostaria de lembrar que a exposição da bandeira do Brasil não é considerada propaganda política e está respaldada por lei, protegida pela Constituição e acima de qualquer discussão de cunho político”. Dias depois mandei uma mensagem para esse amigo, perguntando: “E aí, a bandeira vermelha ainda está lá?”. Ele respondeu: “não só a bandeira, agora tem também uma toalha, a toalha do Lula”.

Esse é um pequeno episódio da luta pela cultura no Brasil contemporâneo. A essa atitude de resistência simbólica Umberto Eco (1984) chamou de “Guerrilha semiológica”, partindo do reconhecimento de que os signos são portadores de memória, de visões de mundo. Na luta pela cultura, que é um conjunto de símbolos, de relações de sentido, os grupos afirmam a sua ideologia, selecionando, reinterpretando e afirmando os signos legados pela tradição.

Nessa luta, a classe economicamente dominante — que é também a classe culturalmente hegemônica — detém o monopólio dos símbolos pátrios. Só ela pode se valer dos símbolos nacionais para impor os seus valores, as suas ideias, a sua visão de mundo. Nos últimos anos, as cores da bandeira foram de tal maneira assimiladas ao discurso hegemônico que hoje é praticamente impossível o cidadão vestir a camisa da seleção brasileira sem ser confundido com um fascista. A própria festa cívica brasileira, no bicentenário da Independência, em 2022, foi apropriada pelo candidato oficial à reeleição, que usou e abusou do verde e amarelo.

O mesmo acontece com o Hino Nacional Brasileiro. Até pouco tempo, esse símbolo da nação não podia ser interpretado livremente

pelo povo. Havia uma única forma de executá-lo. De acordo com uma lei da ditadura de 1971, que tratava sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, era “obrigatória a tonalidade de si bemol para a execução” do Hino Nacional. Ocorre que o si bemol é uma tonalidade muito alta. Quase ninguém consegue cantar nesse tom. Além disso, pela lei, era proibida a execução do Hino Nacional com arranjos vocais diferentes do definido por Alberto Nepomuceno.<sup>1</sup> Do contrário, era necessária autorização concedida pelo presidente da República. Houve inclusive uma polêmica quando a cantora Fafá de Belém cantou o Hino sem seguir essas orientações.

Na luta pela cultura, as elites querem ter a exclusividade do uso dos símbolos nacionais de maneira que a sua representação da nação prevaleça. Ocorre que as classes populares não aceitam passivamente essa exclusividade, e também buscam representar a nação sob uma perspectiva conveniente aos seus interesses. É essa representação crítica e democrática, que Gramsci chamou de nacional-popular.

Diferentemente do nacionalismo burguês (chauvinista, ufanista), o nacional-popular em Gramsci significa a possibilidade de se contar a história da nação a partir do ponto de vista das classes subalternas. Se o nacionalismo “pelo alto” — a ideologia burguesa por excelência — compreende a sociedade como um todo uno, sem contradições, sem relações de dominação, o nacional-popular é uma representação alternativa da nação, feita a partir de baixo, uma representação que se contrapõe à visão de mundo oficial. Como observa Marilena Chauí, se o termo “nacional” remete à ideia de unidade (ou seja, somos todos brasileiros, opressores e oprimidos), o termo “popular” remete à ideia de classe social (Chauí, 1990, p. 93).

1 Em 1998, o ministro da Cultura Francisco Weffort propôs ao presidente Fernando Henrique Cardoso a mudança na lei que regula a execução do Hino e o uso da bandeira nacional.

Portanto, em oposição ao nacionalismo burguês, que se apropria do sentimento popular de pertencimento à nação, no sentido de camuflar a dominação de classe, o nacional-popular significa, para Gramsci, a possibilidade dos grupos subalternos mobilizarem os signos da tradição sob uma perspectiva histórica articulada a seus interesses. A esta resistência político-cultural à hegemonia burguesa é que Raymond Williams (1979), inspirado em Gramsci, chamou de *contra-hegemonia*.

Pensemos concretamente o nacional-popular na história da cultura brasileira. Marilena Chauí (1986) nos dá um exemplo dessa prática popular e democrática de incorporação dos símbolos da nação: o uso da bandeira nacional feito pelos grevistas do ABCD paulista nas greves de 1978 e 1979. Na ocasião, o símbolo sagrado e inatacável da pátria foi utilizado pelos metalúrgicos para se defenderem das bombas e dos cassinetes policiais. Quem ousaria massacrar trabalhadores recobertos pela bandeira do Brasil?

Um outro bom exemplo do nacional-popular em nossa cultura são os sambas de Noel Rosa. Diferentemente do samba de exaltação, que representava o país de forma idealizada, cantando as belezas e riquezas da nação, os heróis e as glórias nacionais, em sintonia com o Hino Brasileiro, Noel Rosa cantou o Brasil real, na perspectiva dos vencidos; falou sobre a fome, a indigência, a vida nacional atravessada por profundas contradições. Noel é um brasileiro que ama o seu país, mas a sua representação de nação nada tem de xenófoba ou ufanista (do tipo “Brasil acima de tudo” ou, como preferiam os nazistas, *Deutschland über alles*): é uma representação crítica. Nos seus sambas encontram-se os tipos populares e os antipopulares: o João ninguém, a dama do cabaré, os malandros, os trabalhadores, o pequeno burguês, as elites, os coronéis.

Noel tem um samba chamado “Com que roupa?” (1929). Foi seu primeiro sucesso. Esse samba é uma paródia do Hino Nacional. Ele inverte o sentido do Hino, que representa o Brasil como um

“gigante pela própria natureza”, “deitado eternamente em berço esplêndido”. O samba de Noel é realista. Ele canta o Brasil dos miseráveis, do sujeito que não tem roupa sequer para ir ao samba. E faz isso em cima da melodia e da harmonia do Hino Nacional. Ou seja, Noel interpreta um símbolo da nação a partir de uma perspectiva popular, de classe.

Na hora de gravar o samba, o maestro lhe disse: Noel, isso é muito interessante, mas você não pode brincar com os símbolos pátrios, pois você vai preso. Foi então que ele decidiu mudar algumas notas da melodia original. E gravou:

*Eu hoje estou pulando como um sapo  
Pra ver se escapo dessa praga de urubu  
Já estou coberto de farrapos  
Eu vou acabar ficando nu  
Meu paletó virou estopa  
E eu não sei mais com que roupa  
Com que roupa que eu vou  
Ao samba que você me convidou...*

“Com que roupa?” é um ótimo exemplo dessa representação alternativa, marginal do povo-nação presente na história da cultura brasileira.

Seria oportuno nos perguntarmos sobre o lugar do nacional-popular na luta pela cultura, hoje, quando o neofascismo, o fundamentalismo religioso, o racismo, o chauvinismo, o belicismo, o terraplanismo grassam no pensamento social?

É preciso lembrar que Gramsci formula esse conceito no contexto de luta contra o fascismo, que é uma forma exacerbada do nacionalismo burguês. O nacional-popular se contrapunha à interpretação reacionária que o fascismo fazia do passado nacional. Era uma *estratégia* de luta contra a apropriação do passado italiano por

Mussolini. Nos textos gramscianos, o nacional-popular significa a possibilidade das classes subalternas refazerem a memória social num sentido contrário ao da classe dominante.

É sob esse viés contra-hegemônico que Gramsci reinterpreta *O Príncipe* de Maquiavel. Enquanto o fascismo se serve desse autor no sentido de restaurar o passado imperial de Roma (o cesarismo), Gramsci faz uma leitura da obra de Maquiavel contra a tradição burguesa, substituindo o mito fascista do condutor pela ideia-força do partido proletário como liderança intelectual e moral. Sua resposta nacional-popular à hegemonia burguesa é o Moderno Príncipe, o partido revolucionário (cf. Chauí, 1990, p. 89).

Assim como o príncipe de Maquiavel, o moderno príncipe encarna a vontade coletiva transformadora e se ocupa da organização de um novo tipo de Estado. Esse príncipe moderno é um “intelectual coletivo” — orgânico —, isto é, orgânica e afetivamente ligado à vida das camadas populares. Para Gramsci, o nacional-popular depende fundamentalmente desse modo de articulação entre os intelectuais e o povo; ele pressupõe um deslocamento dos intelectuais em direção às massas, de modo que eles possam sentir e compreender os problemas populares. O intelectual orgânico não é, certamente, um intelectual de tipo paternalista, que chega com uma verdade pronta: ele é alguém que reconhece a sabedoria popular e contribui para sistematizar, tornar orgânica, coerente essa visão de mundo. Tornar orgânica significa superar dialeticamente aquela visão de mundo, conservando os seus estratos críticos e criadores (a sabedoria popular — isso que Gramsci chamou de “senso comum crítico”) e, ao mesmo tempo, combatendo as ideias conservadoras e fossilizadas presentes na consciência popular.

O conceito de nacional-popular está, portanto, estreitamente relacionado ao de intelectual orgânico.

## Um perfil histórico da música nacional-popular no século XX

Para responder a questão sobre a atualidade do nacional-popular em nossa cultura, seria interessante fazermos uma breve reflexão histórica, ainda que esquemática, sobre essa visão de mundo na cultura brasileira.

Eu diria que essa representação contra-hegemônica da nação floresce no Brasil moderno. Ela já está presente na cultura brasileira no início do século XX, e mesmo no século XIX, mas de forma esporádica. Carlos Nelson Coutinho cita a obra de Lima Barreto como uma exceção na vida literária brasileira, uma alternativa à cultura intimista e ao nacionalismo “pelo alto” das elites. Salvo engano, foi num ensaio de Coutinho de 1972, intitulado “O significado de Lima Barreto em nossa literatura” (Coutinho, 2011) que a noção gramsciana de “nacional-popular” foi utilizada pela primeira vez para se estudar problemas específicos da Literatura Brasileira. Nos anos 1920, a visão de mundo nacional-popular ganha força também no campo da música. É possível encontrarmos nas canções de Sinhô, o Rei do Samba, uma imagem alternativa do povo-nação.

No período Vargas, o Estado burguês, necessitando ampliar sua base de consenso, tratou de incorporar o povo à nação. A cultura popular até então reprimida foi assimilada como fundamento da identidade nacional brasileira. Pela primeira vez na história brasileira, pode-se falar num projeto de hegemonia, ainda que limitado. O Estado passou a se preocupar em obter o consentimento espontâneo do dominado. Ora, toda hegemonia envolve a possibilidade de uma contra-hegemonia, isto é, de uma resistência a partir de dentro da cultura oficial. É nesse período que a ideologia nacional-popular se fixou e amadureceu como uma contratendência ao sistema simbólico dominante. Foi partir dos anos 1930 que, em oposição ao nacionalismo hegemônico, o nacional-popular floresceu de forma vigorosa

em nossa cultura, expressando-se no terreno da prosa (Jorge Amado, Graciliano Ramos), da poesia (Carlos Drummond de Andrade), da música popular (Noel Rosa, Lamartine Babo, Assis Valente), das artes plásticas (Portinari, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral), etc.

Observa-se, nesse período, uma aproximação dos intelectuais com as massas. Nas palavras de Gramsci, “os sentimentos populares são vividos como próprios pelos intelectuais”, que “desempenham uma função educadora nacional”, colocando-se “o problema de elaborar os sentimentos populares após tê-los revivido e deles se apropriado” (1986, p. 106). Noel Rosa, mas uma vez, é um bom exemplo disso. Ele é o primeiro compositor branco, letrado, a subir o morro para fazer samba em parceria com os sambistas populares. Com ele nasce o samba moderno: um samba popular pela forma, mas com uma poética sofisticada, crítica, irreverente.

No Pós-Segunda Guerra, pelo menos no plano da canção, o nacional e o popular caíram num certo ostracismo com a penetração massiva da música norte-americana no Brasil. O samba e a marchinha, gêneros musicais do proletariado urbano, perderam o seu lugar na indústria cultural. A música brasileira que ainda se ouvia nas rádios e nos discos já não era mais aquela produzida e consumida pelas camadas populares. O popular, isto é, aquilo que era mais difundido, não era nacional; e o nacional não era popular. Fazia muito sucesso, por exemplo, um tipo de samba abolerado, voltado para o público de classe média que frequentava as boates de Copacabana. Nesse período, para ser reconhecido, João Alfredo vira Johnny Alf; Farnésio Dutra adota o nome de Dick Farney.

No início da década de 1960, o nacional-popular volta à tona. E o grande responsável pela “redescoberta do popular” foi o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), uma espécie de braço cultural do Partido Comunista. Na esteira do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que nos anos 1950 produziu um nacionalismo de viés crítico e politizado, o

Centro Popular de Cultura — CPC (1962-1964), se propôs a desenvolver, no seu curto tempo de vida, um projeto de cultura popular que combinasse o ideário nacionalista (anti-imperialista) com o pensamento marxista.

A justa crítica ao paternalismo do CPC em relação à cultura popular tem frequentemente ocultado seus inegáveis méritos. Um deles foi ter contribuído para a revalorização da música popular tradicional. No início dos anos 1960, essa música estava praticamente à deriva. Artistas como Cartola e Nelson Cavaquinho haviam sido relegados ao esquecimento. Quem fez essa interpelação da tradição foi o CPC. A primeira grande resposta, no plano cultural, ao golpe de 1964, foi o espetáculo *Opinião*, uma criação de integrantes do recém extinto CPC. O *Opinião* expressava justamente essa aproximação — que caracterizou a canção de protesto — da intelectualidade nacionalista de esquerda com a cultura popular. Essa vertente ideológica da canção era representada pela ala nacionalista da bossa nova, formada por músicos-intelectuais que não dissociavam a arte da política — Carlos Lyra, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré, Nara Leão, entre outros.

No período 1964-1968, como observou Roberto Schwarz (2009), a ideologia de esquerda, isto é, nacional-popular, era relativamente hegemônica, apesar da ditadura de direita. Entretanto, após o AI-5, o regime ditatorial tratava de quebrar a espinha dorsal do nacional-popular pela coerção, associada a um projeto de direção ideológica que ficou a cargo de uma estrutura midiática extremamente eficaz. A ditadura empresta um grande estímulo à expansão de uma poderosa indústria cultural. Não se tratava apenas de reprimir as manifestações culturais, mas de sequestrar a sociedade civil no momento em que o desenvolvimento capitalista gerava os pressupostos objetivos para o seu fortalecimento. É nesse momento que se consolida o principal instrumento de hegemonia da ditadura: a televisão.

Nos anos 1970, “mesmo com todo rock, com todo pop, com todo estoque, com todo Ibope”<sup>2</sup>, a música popular encontrou canais para se afirmar como um eficiente instrumento de resistência à ditadura; apesar do “sinal fechado”<sup>3</sup>, artistas como Chico Buarque, Paulinho da Viola, Martinho da Vila, João Bosco e Aldir Blanc conseguiram expressar em suas canções uma visão alternativa de Brasil. Mas a emergência de uma indústria cultural extremamente concentrada teve consequências profundas para o desenvolvimento da cultura nacional-popular. A consciência das massas foi objetivamente limitada pelo monopólio dos meios de informação.

## O declínio do nacional-popular

A partir dos anos 1980, com o aprofundamento da chamada globalização — ou norte-americanização — da cultura é possível observar um novo período de declínio do nacional-popular no Brasil.

Se o nacional-popular significa a possibilidade de reinterpretar o passado nacional sob um viés popular, pode-se dizer que a crise dessa visão de mundo nas últimas décadas está relacionada tanto ao ocaso do “nacional”, no contexto de globalização neoliberal, quanto ao declínio do “popular”, isto é, da consciência de classe das camadas populares como consequência das profundas transformações no mundo do trabalho e nas suas formas de representação social e política.

No mundo atual, globalizado, a indústria nacional tem que se adequar e fabricar as roupas, os carros, os bens de acordo com a realidade do mercado mundial; e por que os bens culturais, uma

2 “Vai levando” (1975), música de Chico Buarque e Caetano Veloso.

3 “Sinal fechado” (1969), música de Paulinho da Viola que dá nome a um disco de Chico Buarque gravado em 1974 no auge da censura no Brasil.

canção por exemplo, também não podem ser produzidos desta forma? A expansão do mercado transnacional, integrando todas as regiões de todos os países num sistema homogêneo, estandardiza o gosto e substitui a cultura de cada região pela globalizada, padronizada.

Nesse momento de declínio do nacional-popular, a cultura deixa de expressar, em alguma medida, uma visão alternativa da vida nacional. Isso significa que houve um afastamento dos intelectuais em relação à vida popular. Acredito que esse afastamento não se deve simplesmente a uma falta de interesse dos intelectuais pela vida nacional. Existem fatores objetivos que determinam esse afastamento. Pode-se sugerir a hipótese de que *o enfraquecimento do nacional-popular nas últimas décadas tem a ver com o rareamento, no âmbito da sociedade civil, dos aparelhos culturais em que atuam os intelectuais progressistas na organização de uma cultura alternativa.*

Para se entender a crise do nacional-popular, hoje, é preciso compreender as profundas transformações ocorridas no âmbito da sociedade civil — a esfera material da cultura — nesses últimos 50 anos.

A sociedade civil, como se sabe, é a arena da luta político-cultural. Gramsci a definiu como o conjunto dos aparelhos de hegemonia onde se trava a disputa pela cultura. Nos *Cadernos do cárcere*, o pensador sardo se debruçou sobre os diferentes aparelhos de hegemonia presentes na sociedade civil italiana, dedicando-lhes alguns de seus “cadernos especiais”, além de uma grande quantidade de notas esparsas: a imprensa (Caderno 24, “Jornalismo”); a Igreja (Caderno 20, “Ação católica”); o partido político (Caderno 13, “Breves notas sobre a política de Maquiavel”); o sistema escolar (Caderno 12, “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”); o sindicato, o teatro, etc.

Se quisermos entender como se trava a luta cultural no Brasil contemporâneo, é preciso, assim como Gramsci, compreender de que maneira se estrutura a sociedade civil, o medium próprio da

cultura. Não se pode perder de vista o fato de que, com a consolidação da indústria cultural, a sociedade civil foi como que sequestrada pela mídia eletrônica. Isso significa que os meios de informação extremamente concentrados, passaram a ocupar, em larga medida, o espaço dos demais aparelhos de hegemonia. Hoje, os tradicionais instrumentos de organização da cultura — partido, escola, sindicato, imprensa escrita, etc. — não têm a mesma capacidade de mobilizar a vontade coletiva que tiveram no passado; perderam importância como meios de formação da consciência popular.

Basta pensar nas instituições de ensino precarizadas pelas políticas de educação; nos partidos políticos, eleitorais, sem função orgânica; nos sindicatos, igualmente esvaziados; na imprensa escrita, onde o espaço para a argumentação racional é cada vez mais restrito; em organizações como a ABI, a OAB, a CNBB, as pastorais, que já não têm o mesmo poder ideológico que tiveram no passado. Hoje, o principal instrumento de hegemonia é a mídia eletrônica ou, para usar a expressão de Octavio Ianni (2003), o “príncipe eletrônico”. É esse príncipe dos tempos atuais que forja a paixão das massas, canalizando os anseios e sentimentos populares para o projeto hegemônico de poder.

Com o advento dos novos e poderosíssimos aparelhos privados de hegemonia (a televisão e mais tarde a mídia digital), a sociedade civil passou a se configurar de uma forma radicalmente nova, que se revelou extremamente desfavorável aos que anseiam por transformações sociais. O uso das novas “técnicas sociais”, promoveu “um deslocamento radical do lugar da política e do modo de construir hegemonias e soberanias em todo o mundo” (Ianni, 2003, p. 157.). Pense-se, por exemplo, no impacto das *fake news* propagadas por disparos de WhatsApp e Telegram. Em diversas partes do mundo, a vontade coletiva vem sendo forjada por robôs.

De fato, os novos instrumentos de organização da cultura, possibilitados pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e

informação, alteraram drasticamente a correlação de forças entre as classes na luta pela cultura. Como observou Coutinho:

[...] a divulgação da cultura requer agora um “capital mínimo” (Marx) impensável [na época de Gramsci], quando predominavam métodos que poderíamos chamar de artesanais ou semiartesanais. Desaparece assim em grande parte a possibilidade, para o produtor da cultura, de manter-se autônomo e, como tal, independente. [...] A monopolização capitalista dos meios de divulgação cultural aumenta objetivamente as já antigas dificuldades para a criação e divulgação entre nós de uma cultura nacional-popular democrática e pluralista (2011, p. 65).

Essa hipertrofia da mídia eletrônica limitou, portanto, a atuação dos intelectuais progressistas junto às massas, restringindo o seu campo de atuação, a base material da cultura. Não são raros os casos de intelectuais de esquerda que, na falta de outra opção, se viram obrigados a trabalhar nas redes de televisão. Intelectuais como Vianninha e Eduardo Coutinho do CPC foram cooptados pela Rede Globo. O declínio do nacional-popular nas últimas décadas é condicionado, assim, pelo rareamento dos espaços de luta por uma nova cultura e pelo consequente afrouxamento dos laços entre os intelectuais e o universo popular.

### Agoniza mas não morre

A perda de vigor da cultura nacional-popular é um dos fenômenos característicos do momento de regressão cultural que estamos vivendo. Trata-se, na realidade, de um fenômeno mundial. Mas, é preciso frisar que esse declínio não ocorre sem resistência. O poeta Aldir Blanc chama a atenção para a oposição do nacional-popular

à cultura midiática, globalizada, quando diz que a música popular, soterrada por “toneladas de lixo multinacional”, sobrevive graças aos “*maquis* brasileiros” dos grupos de choro, como o Galo Preto, com suas armas suburbanas e seus santos caboclos, de Radamés a Hermeto, e incita: “Fogo, ou seja, choro neles” (Blanc, 1992).

A despeito da debilidade do nacional-popular nesses tempos de difusão em escala planetária de estereotípias padronizadas, é certo que essa representação contra-hegemônica da nação resiste. No campo das artes, além do que permanece vivo e atuante da geração de 1960 e 1970, ela se encontra, hoje, na poesia de Sérgio Vaz, no samba de Teresa Cristina, no choro de Yamandu Costa, no rap de Emicida, no teatro da Companhia do Latão, no cinema de Kleber Mendonça Filho, nas rodas de samba, capoeira e batucada, nos blocos de carnaval, etc.

A cultura nacional-popular, como diria o samba de Nelson Sargento, “agoniza, mas não morre”. E “agonia” em sua acepção original não é prelúdio da morte, não é conclusão da vida. Agonia, lembra Unamuno, quer dizer “luta” (apud Mariátegui, 2005, p. 177). Embora sob condições adversas, o nacional-popular luta, resiste como oposição democrática no plano da cultura, ao lixo midiático, à cultura do fascismo e ao verde-amarelismo que hoje legitima a destruição do Brasil.

Se a forma histórica assumida pela hegemonia burguesa nas últimas décadas é a cultura globalizada, difundida pelos grandes conglomerados de comunicação, o nacional-popular aparece, antes de mais nada, como uma contratendência a essa força desestruturante e mistificadora que vampiriza a cultura do povo, sufoca sua história e destrói sua identidade.

## BIBLIOGRAFIA

- BLANC, Aldir. “Bem-te-vi, Galo Preto”. In: CD *Galo Preto*. Leblon Records, 1992.
- CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUI, Marilena. Considerações sobre o nacional-popular. In: CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 2011.
- COUTINHO, Eduardo Granja. *O sentido da tradição em Paulinho da Viola*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- COUTINHO, Eduardo Granja. *A comunicação do oprimido e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- ECO, Umberto. Guerrilha Semiológica In: ECO, Umberto. *Viagens na Irrealidade Cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Otávio. O príncipe eletrônico. In: IANNI, Otávio. *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LUPORINI, Maria Bianca. Alle origini del ‘nazionale-popolare’. In: BARATTA, Giorgio; CATONE, Andrea (org.). *Antonio Gramsci e il progresso intellettuale di massa*. Milano: Unicopoli, 1995.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. São Paulo: Paz & Terra, 1980.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz & Terra, 2009.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- WISNIK, José Miguel, SQUEFF, Ênio. *O nacional e o popular na cultura brasileira — Música*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

PARTE II

# IDEOLOGIA, BARBÁRIE E EDUCAÇÃO ANTIFASCISTA

# Ideologia, Cultura, Educação e Resistência em Tempos de Barbárie

DIEGO DANTAS

## Introdução

Nossa proposta neste ensaio é abordar o tema Ideologia, Cultura e Educação com dois enfoques e objetivos. O primeiro é abordar entraves para a formação humana, que, a nosso ver, é basilar para a emancipação do ser social pela cultura, consciência e educação, uma vez que tudo que fragmenta, violenta e vilipendia a formação e a sociabilidade humana não pode ter fundamento na elevação cultural da sua coletividade e em sua individualidade. O segundo, é ponderar sobre possíveis caminhos para mitigar e superar estes óbices, os quais, falaremos em seguida.

Partindo do pressuposto de que o processo de formação humana é a reprodução social que se desenvolve produzindo novas formas de consciência, temos que o seu alargamento para além da necessidade dos sentidos e do imediatismo da sobrevivência do indivíduo, cria e reproduz valores, crenças, tradições, estilos etc., enfim, uma segunda natureza, que é a cultura. Uma vez que o ser social está amalgamado entre a sua forma de consciência que busca criar e apreender o conhecimento, além de ele próprio desenvolver uma consciência teórica sobre a sensibilidade e a moral de determinada tradição, ele já está entranhado no processo cultural mediado

por regras, pelos *mores*, por valores, pelas ideias, pela técnica etc., de cada época, pois:

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, dos fazeres, das regras, das normas, das proibições, das estratégias, das crenças, das ideias, dos valores, dos mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas, cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas (Morin, 2011, p. 50).

Dentre as inúmeras tipificações aludidas por Morin, a chamada cultura popular é aquela que se define pela sua capilaridade na sociedade, transmitida por gerações seguidas por meio da tradição, da família, do folclore e das danças e rituais. Segundo Octavio Ianni,

São várias as diferenças entre a cultura burguesa, dominante, erudita, oficializada, oficial, por um lado, e a popular, folclórica, rústica, periférica, subalterna, por outro lado. Diferem quanto a linguagens, temas, graus de elaboração, esferas de circulação, alcance, aceitação. Aliás, tanto aquela como esta não são únicas, homogêneas. Subdividem-se, diversas, múltiplas. Há uma cultura dominante de origem agrária, que se recria ao lado e junto com outra urbana, propriamente burguesa, capitalista, cosmopolita. Da mesma maneira, há diferentes versões da cultura popular: cabocla, operária, indígena, afro-brasileira, imigrantes de várias procedências. [...] A cultura subalterna funda-se nas condições de vida e trabalho do camponês e operário, homem e mulher, adulto e criança, negro, índio, imigrante e branco (Ianni, 1991, p. 205-207).

Com a Revolução Industrial no século XVIII, a consequente hegemonia social e político-ideológica da burguesia e a aceleração do processo de fetichização da mercadoria fizeram prevalecer um tipo de cultura utilitarista cujo padrão seria o consumo e a obsolescência programada. Como destaca Ianni (1991), o nascimento da *indústria cultural* é face mais evidente da proletarianização de enormes contingentes de indivíduos, da precarização do artista e de outras tantas mazelas sociais:

A mercantilização da cultura vai longe, espalha-se pelo mercado, pouco sabe de fronteiras. Nesse processo, o capitalismo introduz também a obra de arte no mercado. Ela passa a competir com outras mercadorias e as demais obras de arte. Aos poucos, isto altera as condições de trabalho e criação do artista, escritor e outros. Em perspectiva ampla, a indústria de produtos culturais não se limita a predizer o mercado das artes, mas, procura também garantir-se contra as mudanças meteorológicas, produzindo ela mesma a chuva e o bom tempo. Inventa, pois, ou pelo menos anuncia e fomenta as tendências que surgirão amanhã. Põe à venda o futuro da obra antes que a obra exista (Ianni, 1991, p. 192).

É importante ressaltar que o conjunto de culturas aqui apresentadas didaticamente, movimentam-se, misturam-se, submetem-se umas às outras, enfim convivem dinâmica e dialeticamente em antagonismo. Porém, estando amalgamadas com o desenvolvimento da consciência, as culturas se revestem de visões de mundo contraditórias, as quais, por seu turno, refletem os antagonismos de classe. Em disputa, tais visões tendem, historicamente, a buscar a superação dos conflitos através do consenso teleológico, significando isso reunir uma maioria numa força capaz de exercer a hegemonia ideológica sobre as demais visões antagônicas.

Para Lukács (2014), o significado disso é que o homem constrói problemas a serem resolvidos e lhes dá resposta com base na sua realidade. Mas, antecipa ele, uma consciência pretensamente livre de liames sociais, que trabalha por si mesma, puramente a partir do interior, não existe, e ninguém jamais conseguiu demonstrar sua existência. Resulta disso a sua crítica aos chamados *intelectuais de gabinete*, ou seja, desprovidos de vinculações sociais, e também ao “*slogan*, hoje na moda, do fim da ideologia, uma pura ficção, que não tem propriamente nada a ver com a efetiva situação dos homens reais na sociedade real” (*apud* Kofler [1966], 2014, p. 54):<sup>1</sup>

De um lado, trata-se do dado real [...] de que na sociedade cada homem existe numa determinada situação à qual pertence a inteira cultura de seu tempo; não pode haver nenhum conteúdo de consciência que não seja determinado pelo *hic et nunc* da situação atual. Por outro lado, originam-se desta posição certas deformações, razão pela qual nos habituamos a entender a ideologia também como reação deformada em face da realidade. Creio que devemos manter separadas estas duas coisas quando usamos o termo ideologia; por isso — volto à questão ontológica — devemos deduzir disso que o homem é, antes de mais nada, como todo organismo, um ser que responde a seu ambiente.

A questão que buscaremos examinar em seguida a partir dessas considerações iniciais é sobre a emergência do anti-intelectualismo na contemporaneidade, buscando analisar o momento e os motivos que levaram o homem contemporâneo a desconstruir sistematicamente a razão.

1 Entrevista de Lukács concedida ao teórico marxista Leo Kofler em setembro de 1966. O depoimento se encontra condensado no *Livro Conversando com Lukács* (2014).

Podemos, em tese, afirmar que a formação humana é o processo ocorrido e que ocorre no que diz respeito ao desenvolvimento material e cultural do ser social (vida social do gênero e indivíduo) na história. A isso denominamos de *pôr teleológico*, o qual é qualquer iniciativa do homem no sentido de realizar algo objetivamente em qualquer situação da sua vida. O pôr teleológico pode ser baseado numa preconceção ou intenção subjetiva, sendo que, em sociedade, a conexão dos vários pôr teleológicos estabelece uma relação causal; nesse sentido, nunca uma ação de pôr teleológico terá diretamente o mesmo reflexo da ideia original do seu autor. Em qualquer circunstância, os conflitos humanos acerca da decisão a ser adotada numa disputa são dirimidos de forma não mais irrefletida, muito pelo contrário. Ou seja, a decisão sobre o *télos* a ser seguido possui certo grau e elevação de consciência, pois seu conteúdo é ideológico. Para Lukács (2013), dado ao desenvolvimento do ser social, a despeito do reducionismo de corte burguês, não há como fugir da ideologia. Pois,

A formação humana mediante a redução econômica e ideológica organizacional, se possível, de todos os homens singulares ao limite da particularidade que lhes parece irrevogável [...], os homens singulares terão de superar ideologicamente difíceis obstáculos ontológicos na ideologia oficial — por mais não conformista que esta seja por sua pretensa aparência externa. Essa situação, vista em termos abstratamente generalizados, ainda não constitui nada específico; o particular nela parece-nos consistir em que o papel da ideologia na superação dessa conduta de vida estranhada talvez nunca tenha sido tão grande quanto justamente no período da manipulação refinada desideologizada dos homens (Lukács, 2013, p. 795).

Para entender este processo de desenvolvimento material e cultural do ser social é preciso, quer se tenha consciência disso

ou não disto, um processo de representação, de espelhamento, de cognição da experiência e do mundo social. Trabalhamos aqui muito próximo da concepção de Lukács que defende uma teoria da representação dialética, isto é, do espelhamento aproximado da realidade: uma coisa é a realidade; outra é o espelhamento dela. Assim, uma coisa é a vida em si, a realidade; outra é o arcabouço de valores, conceitos, representações, crenças, isto é, a ideologia que se tem dela, uma toda a vida material precisa ser suportada seja por um processo cognitivo, de entendimento, de esclarecimento, ou de modo sensível por uma ideologia e pela consciência. O modo pelo qual isto se dá não modifica em nada a questão. Como *todo homem é intelectual*, o mesmo possui ideologia, um composto de crenças, valores, ideias. Em suma, ele precisa entender e interagir na realidade, e para tal, precisa de uma dada visão de mundo. Assevera Ianni,

Ao mesmo tempo que trabalhador produtivo, o escritor, artista ou outro pode ser considerado intelectual orgânico. A sua atividade cristaliza-se em diferentes elementos que ajudam a compor a visão do mundo das classes dominantes: noções, valores, ideias, conceitos, princípios, explicações, doutrinas (Ianni, 1991, p. 195).

Outro agravante dessa condição de partição de mundos e distorção da ideologia se dá com o advento do capitalismo, do *valor* e do consequente processo de reificação. Pois, conforme entendimento de Lukács, precisamos entender que o ser social está imerso historicamente em um processo de reprodução econômica que foi transbordando do econômico para o social com uma sociedade cada vez mais mediada, mais fenomênica, porém, para sua contradição, com os efeitos cada vez mais imediatos do processo de reificação.

O que percebemos é que ele amplia o conceito na sua obra *Ontologia do ser social*, de modo que amplia os aspectos do cotidiano não como apenas uma experiência alienante e estranhada para o

homem, mas, como um estágio gradativo e necessário, para que o ser humano possa se libertar dos estranhamentos perniciosos advindos claro, da própria cultura, via de regra, ligados à tradição (*mandonismo, patriarcalismo, escravidão, crença na família e nas redes de solidariedade, e na propriedade*). Isto produz uma tônica de atomização do indivíduo, de alienação ao trabalho que produz uma mercadoria que sabe não ser sua, algo próprio do modo de produção capitalista e da ascensão, por conseguinte, dos valores e da cultura burguesa.

A sociedade burguesa produz uma singular atomização dos indivíduos que compõem a audiência. Há sempre uma multidão solitária diante da televisão, da mesma maneira que no ônibus, metrô e trem de subúrbio. No estádio de futebol, na avenida do carnaval, no vasto show rock, muito do que se ouve, além da música, tem a ver com o ruído da multidão fabricada pela indústria da cultura de massa. Os membros dos grupos e classes sociais, que compõem o povo propriamente dito, são isolados uns dos outros, solitários. Isolados e silenciados na sociedade, nação, Estado (Ianni, 1991, p. 198).

A contribuição de Lukács recai sobre a importância dos estudos do cotidiano, do mundo real e social, e de como este mundo influi para a forma de pensar do homem e seus valores em determinada sociedade. Por isso, defendemos esta distinção, pois sem a mesma não há motivo para se abordar o problema da ideologia. O mundo real pode ser efetivamente único, mas, a forma como dada cultura ou homem o representa em sua consciência e porque o faz, é um problema que está no cerne da ideologia e possui reflexo na cultura. Com efeito, ideologia e cultura estão intimamente ligados:

O homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura. Não há cultura sem cérebro humano (aparelho biológico dotado de competência para agir, perceber, saber,

aprender), mas não há mente (mind), isto é, capacidade de consciência e pensamento, sem cultura (Morin, 2011, p. 47).

A dificuldade em saber discernir o que é o mundo social da imagem de seu entendimento foi muito agravada pelo fenômeno da reificação. Lukács (2013) insere a figura da reificação como mecanismo de reprodução de alienações, de crenças falsas ou verdadeiras, e de estranhamentos. Pois, tudo vira mercadoria e toda sociedade, ciência, conhecimento e o próprio Estado é particionado, racionalizado, visto em partes, muito próprio da visão de mundo burguesa e suas correntes. As coisas se autonomizam do seu real.

É claro que todo trabalhador “braçal” e “intelectual” é socialmente produtivo. O resultado do seu trabalho objetiva-se em bens ao mesmo tempo materiais e espirituais. Mas, produtivo, em termos de economia política, é aquele que entrega ao empresário uma quantidade maior de trabalho, em comparação com a que recebe em forma de salário. O escritor é produtivo não porque produz ideias, mas, porque ajuda a enriquecer o empresário (Ianni, 1991, p. 194).

Cabe esclarecer que, no terreno da cultura, o impacto do estranhamento parece adquirir uma grandeza maior, chegando a um nível tão violento que vira um simulacro de si mesmo. Segundo Reis, “isto se dá pela expansão das formas de consciência que reflete e introjeta nas diversas ideologias que influem ao mesmo tempo em que são influenciadas pela cultura” (2015, p. 317).

Walter Benjamin (2013, p. 3) assinala com propriedade que, sendo a cultura e a história despojadas pela classe dominante, é necessário que ambas sejam “escovadas a contrapelo”. Também Benjamin renunciou, e posteriormente Guy Debord (2017) se encarregou de elucidar, a progressiva estetização da vida social pelo *fetichismo da mercadoria* serve de esteio ideológico para o sistema de crenças das

tradições e, portanto, impõe-se que esta camada seja vasculhada por um processo de consciência e de educação (Reis, 2015). Por conseguinte, a educação não pode ser mera reprodução das crenças e das tradições. Pelo contrário, precisa ser crítica a tais sistemas, deve ajudar a criar e produzir novos valores com base no *dever ser* (Saviani, 1980).

Como acabamos de mencionar, o acelerado e violento processo de mercantilização da vida social observado desde meados do século passado, reduziu significativamente a capacidade de os indivíduos se manterem integrados com as suas próprias identidades num ambiente cultural reconhecidamente comum. O impacto causado ao sujeito pelas trocas identitárias constantes, tal como, por exemplo, deixar de ser apenas na aparência um *funcionário* de uma empresa para ser denominado como *associado*, adotando, portanto, uma máscara estilística, torna-o, como diria Freud, um virtual “inimigo da civilização, embora se suponha que esta constitui um objeto de interesse humano universal” (*apud* Reis, 2015). Com efeito, afetado na sua particularidade, o indivíduo reifica o mundo se reificando como produto da mercantilização. Diz Rancière:

Ele se torna o espectador desiludido da grande catástrofe civilizacional, cujos sinônimos são consumo, igualdade, democracia ou imaturidade. Diante dele, o colegial imberbe [...] é o representante da espiral inexorável da democracia embriagada de consumo e o testemunho do fim da cultura, a não ser que seja o tornar-se cultura de qualquer coisa, do hipermercado dos estilos de vida, da club-mediterraneação do mundo e da entrada de toda a existência na esfera do consumo (Rancière, 2014, p. 40).

Há tempos a *sociedade do espetáculo* ou da mercadoria abriu mão de questões como a verdade e se entregou a aparência das coisas (Debord, 2017). Nessa sociedade subjaz fortemente a espacialização

do tempo caracterizado pelo abandono da noção de história, prevalecendo uma visão fragmentária, efêmera e espetacular sobre o presente, sendo isso tudo presidido pela lógica da rentabilidade.

Para Fredric Jameson (1996), trata-se de uma sociedade destituída de qualquer utopia, sendo, portanto, meramente formalista. Trocada por lutas identitárias específicas, a luta de classes foi abandonada e até certo ponto condenada pela esquerda, em parte igualmente interessada na desconstrução da razão. Encarada como um entrave para a *liberdade real* do indivíduo, exposta como uma “meta-narrativa” a ser desconstruída, a ontologia do ser social ganhou o desprezo da intelectualidade burguesa à direita e à esquerda. Em suma, na agenda pós-moderna, a convergência de ideias passou a ser pautada pela recusa sistemática da luta de classes, pela oposição à tradição ontológica e fenomenológica moderna.

A partir do universo restrito da academia, projetou-se para toda a sociedade esquemas rizomáticos com suas miragens libertárias, que, de acordo com Boaventura Santos, igualam o discurso acadêmico ao discurso político populista. Tornou-se necessário afirmar a necessidade de se caminhar em meio à distopia presente, tendo a fruição do senso comum como base da ciência para a organização da vida social (Santos *apud* Reis, 2015). Segundo Reis (2015, p. 302)

[...] a linha de pensamento daí advinda trata de uma perspectiva política estratégica que parte da afirmação das subjetividades para o enfrentamento de qualquer tipo de norma formal (linguística, epistemológica, estética, ética etc.), angariando no seu curso o compromisso contra-hegemônico em relação aos vários e sutis sistemas de dominação ainda hegemônicos.

Em que pese se tratar de uma visão intelectualmente legítima, todavia, o problema que ela traz é o mesmo de toda crença, pois acaba desconsiderando visões contrapostas, o que anula completamente

qualquer intenção política, incorrendo na contradição de promover as subjetividades do senso comum a uma norma formal. De acordo com Jameson (1996), isso ocorre pela existência de um dualismo subjacente a qualquer crença, no caso a crença no poder das subjetividades como instrumento de emancipação ou autonomia dos indivíduos, o que acaba reforçando o caráter alienante da “ciência do senso comum ou do conhecimento sem teoria” (Reis, 2015, p. 303).

Ora, o que buscamos ilustrar com este sumário sobre o paradoxo ideológico de uma militância *desconstrutiva-libertária* surgida no ventre do pensamento não conservador, é a sua proximidade com o dualismo das crenças conservadoras em geral próprias da direita e da ultradireita. Pode-se explicar, por exemplo, que o seu rápido entranhamento numa sociedade profundamente desigual em termos de renda e de cidadania, para ficarmos apenas nessas grandes mazelas nacionais, se deveu à falsa ideia de promoção da igualdade.

Um aparato midiático extraordinário de apresentadores popu-  
listas de ultradireita, incluindo influenciadores digitais nas redes  
sociais, vem propagando performaticamente o anti-intelectualismo  
sob formatos diversos junto às classes médias e populares há pelo  
menos duas décadas. Sem condições de promover um avanço civili-  
zatório, tempo que se perdeu em meados dos anos 1960, parte signi-  
ficativa do Brasil se entregou à intensificação da precarização em  
todos os níveis. Como disse Paulo Henrique Araújo (2020), “barbárie  
é o que o capital tem a oferecer para a humanidade daqui para  
frente”. Se o anti-intelectualismo constitui expressão contempo-  
rânea dessas transformações culturais e ideológicas, cabe agora  
examinar seus desdobramentos no campo educacional.

## Educação, capitalismo tardio e conservadorismo. Elementos para a resistência

Em geral, as forças progressistas pressentem que alguma coisa está muito mal parada quando algumas das principais lideranças intelectuais orgânicas das elites liberais se colocam em oposição frontal aos termos e ao conteúdo de movimentos da ultradireita conservadora. É o caso da linha de frente da ONG “Todos pela educação”, a qual tem repetido com frequência que os problemas da educação no Brasil não serão resolvidos pela pauta, por exemplo do MESP (movimento escola sem partido). Também de um modo geral, as forças progressistas desconfiam quando aquelas elites liberais buscam orientar a sua posição teleológica para um ajuste com a sua própria posição na tensa disputa estabelecida com a ultradireita conservadora. Tanto que sob o governo maníaco de Jair Messias Bolsonaro o que não faltou foi disparate, tensão, conflito e negatividade comprováveis entre 2019 e 2022, período no qual empossou quatro Ministros da Educação sendo dois deles indicados por um astrólogo-guru, um indicado pela bancada retrógrada da teologia da prosperidade e um que mentiu quanto ao currículo.<sup>2</sup>

Como Lukács (2013) explica na *Ontologia*, o homem não age mecanicamente sem uma visão de mundo. Até os condicionamentos humanos são decorrentes outrora de um momento reflexivo, ideológico que foram se aprimorando de forma a parecerem ser meramente imediatos, mecânicos, sem o serem, entretanto. Foi a mente humana que traduziu uma série de momentos e ações em toda sua complexidade em sínteses e padrões de como fazer algo com a maior assertividade possível, quer pela experiência, pela ciência e pela

2 Mais uma vez, compete recordar que, nesse tempo, afirmou que a educação pública infantil oferecia *mamadeira de piroca* para crianças, que a terra é plana e que as teorias de Darwin são comunistas.

tradição, pois o ser humanizado pelo trabalho, o indivíduo, é igualmente instruído por ele.

Ao longo da história da humanidade o trabalho e a educação caminharam juntos, tornando-se, ao fim e ao cabo, uma necessidade e política de Estado. Outros autores clássicos, como Hobbes e Rousseau, reconhecem a importância da educação e da conscientização do indivíduo quanto a sua humanidade. No sentido contrário de tudo isso, vimos na seção anterior que a proposta de *desideologizar* a vida social e instrumentalizar a educação e a cultura é impor à consciência a esterilização do ser social, transformando-o num *ser menos* (Freire, 2013).

Embora o conteúdo dos ataques coordenados pela ultradireita conservadora à educação liberal em geral — e especificamente quando identifica num partido de centro-esquerda a responsabilidade pela gestão da educação — não se coadune com um projeto fascista *stricto sensu*, temos, a exemplo do movimento integralista da década de 1930, uma intenção numa conjuntura de crise a ser considerada. De fato, tomando como referência o depoimento de Paulo Henrique Furtado Araújo (2020), a atual crise estrutural é a “geratriz de todos esses fenômenos políticos reacionários que hoje nos remetem ao fascismo clássico”. Ou seja,

É a mesma crise que gerou o nazifascismo. E, tal como o integralismo era a objetivação das tendências reacionárias do capitalismo num país periférico e retardatário, distinguindo-se do fascismo italiano; os fenômenos do bolsonarismo, olavismo etc. são essa expressão e objetivação atuais das tendências reacionárias e conservadoras: ou a manifestação da impotência da resposta reacionária e conservadora em uma entificação colonial do capitalismo.<sup>3</sup>

3 ARAÚJO, P. H. F. Depoimento ao Autor em 16/07/2020.

Nesse sentido, é necessário e importante que sublinhemos, para além das gambiarras morais da ultradireita que se apresentam na atualidade do país, os esforços de instrumentalização da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) realizados pelos conglomerados educacionais privados. Mais hegemônicos que a choldra chauvinista, retrógrada e reacionária que se apresenta em nome da tradição, da família e da propriedade, os conglomerados educacionais se impuseram teleologicamente na BNCC associando programaticamente a qualificação para o trabalho ao conceito de *competência*.<sup>4</sup> Difundido no mercado de trabalho, tal conceito limita, de resto, a educação ao marco de procedimentos, valores e atitudes num universo de conhecimento construído. Adiante retomaremos a questão dos valores.

Para Gramsci (2011), a educação conectada ao trabalho objetiva a constituição do ser humano em liberdade para se adaptar e agir adequadamente nas circunstâncias da realidade histórica que se apresentam. A educação precisa ser a promoção humana da consciência e da práxis sem instrumentalizações funcionalistas. Contrariamente a esse espectro funcionalista, o educador precisa conhecer profundamente o ser social, não podendo ser rebaixado e depreciado segundo uma visão funcionalista ao modo da teoria do capital humano, conforme pensa tanto o conservadorismo liberal como também os conservadores de ultradireita.

Todavia, a educação não pode negligenciar a relação entre o gênero e o indivíduo, suas crenças, hábitos, costumes, moral e modos de pensar. O mal-estar na civilização identificado e nomeado por Sigmund Freud (2011), reflete nas concepções particulares de

4 BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017. p.16.

mundo se impondo naturalmente ao educador no ato de educar na abordagem relacional das subjetividades humanas. Nesse sentido, a formação do homem se encontra historicamente inseparável da cultura e do caldo de ideologias e crenças, por conseguinte, o caminho de uma educação pautada pela utopia da liberdade é aquele que, segundo Paulo Freire (2013), dialoga com o educando.

Ao tentar impedir, por exemplo, que a escola e o professor reflitam e dialoguem em sala de aula sobre os conflitos humanos, suas controvérsias intelectuais e diferenças de toda natureza, seja alegando ser o *conteúdo impróprio*, seja submetendo o conteúdo a um modelo funcionalista, faz parte de uma confusão deliberada pautada pelo conservadorismo em geral, de direita e de ultradireita. Nesse ponto, estão todos de acordo quanto ao pôr teleológico a ser executado, qual seja, estabelecer um modelo de mediação pedagógica controlada a partir da estrutura econômica capitalista, sendo, para tanto, necessário *suprimir a autonomia docente*. Ora, cabe perguntar se é possível suprimir algo que já se encontra suprimido numa cultura estranhada? Portanto, de que autonomia estaríamos falando? Podemos aqui retomar a questão dos valores produzidos e reproduzidos na vida social deixada em aberto mais acima.

Marx e Engels, em *A ideologia alemã* (2007), chamam a atenção para o fato de que estando o indivíduo imerso numa cultura estranhada pela presença dominante da mercadoria, é o valor de troca, ou simplesmente *valor* o determinante das tradições, dos costumes, da moral etc. É o *valor* em expansão a refletir no modo como o homem produz e reproduz a sua vida na sociedade do espetáculo ou da mercadoria. De fato, a considerar o cotidiano atual do homem burguês, suas relações são como uma empresa a qual ele gerencia

[...] o amor, o sexo, o casamento e os filhos, o cachorro da família, a gorjeta do entregador de pizza etc. como numa empresa típica, não apenas na forma de funcionamento (envolvendo inúmeras decisões

e sujeitos e seus recursos e limitações tecnológicas), mas, principalmente, nos seus investimentos, economias/capital ativo; bens duráveis/ equipamentos; membros da família/força de trabalho (Jameson *apud* Reis, 2012, p. 163).

Toda essa exposição sobre a problemática do *valor* nos remete às ilusões forjadas como futuro da humanidade, nos termos freudianos, sendo essas ilusões o sistema de valores morais, éticos e credíes espirituais que, sendo negociadas, manifestam o caráter dualista da ideologia dominante. Somado a essas razões, temos que a recusa distópica e obscurantista da razão dialética que se manifesta em todas as classes na forma e no conteúdo anti-intelectualista atual, se apresenta como o sintoma mais evidente do fracasso revolucionário das subjetividades e do cotidiano para superar as assimetrias entre as classes sociais (Reis, 2015).

No atual estágio cultural que nos encontramos em meio ao capitalismo tardio, o estranhamento se manifesta como uma pandemia mórbida na qual o indivíduo, submetido que está à expansão do *valor*, tem pouca chance de exercer qualquer autonomia para afirmar seus desejos e realizar projetos. Nesse sentido, é de se notar que há muito a atividade docente deixou de ser um exercício de autonomia, e isso ocorreu sem que a ultradireita interferisse diretamente.

Sob o modo de produção capitalista, a regulação dos meios disponíveis para a prática docente, salvo raras exceções, é planejada e prescrita de acordo com a orientação de administradores, economistas, gestores, pedagogos e toda sorte de tecnoburocratas orgânicos à serviço das elites provedoras do pensamento único dominante. Atores recentes e característicos do capitalismo financista-rentista internacional (Schlesener, 2020), como o BIRD a UNESCO e a OCDE, exercem o papel mediador nos conflitos teleológicos para fins de acertos ou metamorfoses nos pactos internacionais.

Nacionalmente, na periferia em que vivemos, atores aqui já mencionados como os conglomerados educacionais privados Cogna (Pitágoras e Anhanguera), Yduqs (Estácio, IBMEC), Ânima, Ser Educacional, Cruzeiro do Sul, Vitru e Afya disputam o alcance de suas ações incrementados pelas políticas de financiamento estudantil FIES,<sup>5</sup> penetrando no ensino superior, mas também no ensino básico, inclusive em colégios de metodologia construtivista, como a aquisição do Colégio Parque<sup>6</sup> e as aquisições do Grupo Estácio<sup>7</sup>, mostrando que, na visão dos empresários e financistas, a educação é um modelo de negócio altamente rentável.

Lado a lado, outros conglomerados financeiros como Lemann, Ayrton Senna, Abril etc. disputam o dinheiro público municipal, estadual e federal oferecendo serviços e produtos pedagógicos, além de auditorias dentre outras mercadorias de fusões e aquisições assim como a valorização de papéis no mercado de capitais. Como já notado aqui, o crescimento exponencial do mercado educacional para esses grupos ocorreu ao longo dos 30 anos (1995-2025) de governos compartilhados por partidos alinhados à direita, à esquerda e ao centro. Em conjunto, como reflexo do dualismo estrutural próprio das raízes conservadoras das elites brasileiras, esses grupos obtiveram uma reserva de mercado com centenas de

5 “Em 2015, o Fies representou 70,5% da receita líquida da graduação presencial do grupo Kroton, o que equivale a aproximadamente R\$ 4,2 bilhões. O grupo Estácio obteve 55,17% de sua receita líquida com o FIES. No grupo Ser Educacional, o FIES representou 46,4% do rendimento líquido, e no grupo Anima, 45,2%.” (Chaves, 2019, p. 71).

6 Nos referimos à venda de 5% da instituição para a Bahema Educação, ligada ao fundo de investimento homônimo. A transação, que envolveu 7,8 milhões de reais. Detalhes em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/polemica-na-escola-parque/>.

7 O Grupo Estácio inicia em 2018 às suas operações no ensino médio profissionalizante. Detalhes: <https://oglobo.globo.com/economia/estacio-abre-escolas-de-ensino-medio-com-curso-profissionalizante-21998344>.

milhares de matrículas financiadas com recursos públicos, inflando os seus ganhos em prejuízo do investimento na educação pública.

## Concluindo

Finalizando essas considerações, cabe notar que o resultado recente da concentração da educação nos conglomerados, instituições e fundações privadas (Schlesener, 2020), os levou à busca obsessiva pela otimização dos meios e a redução de custos da mercadoria *trabalho docente*. Busca essa cujo télos atual se confunde com a *uberização do professor* (Antunes, 2020), um barbarismo obscuro, mas com significado evidente. É certo que o pensamento humanista, dialético e histórico sobre a educação aqui tantas vezes referenciado se mantém muito vivo.

O trabalho educativo, como diz Saviani (1980), se reproduz e ascende na estrutura capitalista como a manifestação do problema a ser enfrentado, e não como o problema em si. Como tal, a educação tanto reflete o *télos* das elites dominantes como é o exercício por excelência para a formação, o domínio e a elevação da consciência do indivíduo voltado para a vida social. Na contramão dialética disso, a elevação da consciência deve ter por finalidade alimentar o processo educativo e cultural num movimento orgânico popular-nacional. Dado todo este quadro de elementos para a resistência, e, portanto, não sendo a experiência do indivíduo, do professor, isolada na estrutura econômica hoje patrocinada pela sociedade do espetáculo, pensamos que resta a ele, a nós, se opor ao que lhe/nos oprime coletivamente, seja para interpretarmos as ilusões seja para *resistirmos ao opressor!*

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARAÚJO, Paulo. Depoimento de Paulo Henrique Furtado de Araújo concedido ao autor em 07/2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 2013.
- GRAMSCI. *Cadernos do cárcere*. Volume 4: Cultura, Ação Católica, Americanismo e Fordismo. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- IANNI, Octavio. *Ensaio de Sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- KOFLER, Leo *et al.* *Conversando com Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã e teses sobre Feuerbach*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. *O Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- REIS, Ronaldo Rosas. O antirreino da liberdade. Pós-modernismo e má-fé. In: RODRIGUES, J. (org.). *Rumo à Nova América*. Niterói/RJ: Eduff, 2012.

- REIS, Ronaldo Rosas. Arte e cidade. Considerações críticas sobre arte e valor na sociedade de classes. *Kriterion — Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 56, n. 132, p. 317-333, dez. 2015.
- SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- SCHLESENER, Anita Helena. Observações sobre o projeto geopolítico mundial de concentração do capital e seus desdobramentos na educação. In: REBUÁ, Eduardo *et al.* (org.). *(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 84-98.

#### OUTRAS FONTES

- Disponível em: <http://vejario.abril.com.br/cidade/polemica-na-escola-parque/>. Acesso em: 12 set. 2020.
- Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/estacio-abre-escolas-de-ensino-medio-com-curso-profissionalizante-21998344>. Acesso em: 12 set. 2020.

# **Precisamos falar sobre pedagogia antifascista: memória histórica, autonomia docente e democracia nacional-popular em tempos de crise e fascistização**

HELTON MESSINI DA COSTA

## **Introdução**

As primeiras décadas do século XXI confirmam o recrudescimento da ofensiva neoliberal articulada a uma escalada conservadora e, em sua expressão mais aguda, neofascista, fenômeno que encontrou, no caso brasileiro, na eleição presidencial de 2018 seu ponto de mais evidente, mas cujas raízes mergulham muito mais fundo na formação histórico-social do país. Como observou Umberto Eco (2018), o fascismo é um fenômeno plástico, uma “nebulosa” cujos traços podem se recombinar sob roupagens distintas; não obstante, como demonstrou Robert Paxton (2007), ele deve ser analisado não como conjunto fixo de atributos, mas como processo que mobiliza, em cada contexto nacional, os materiais simbólicos e as contradições estruturais que lhe são próprios.

No caso brasileiro, esses materiais simbólicos e essas contradições estruturais remetem, como se verá na primeira seção, às contribuições de Florestan Fernandes (2020) e sua formulação da

“contrarrevolução preventiva” que marca a formação da burguesia no Brasil e sua recusa histórica em romper com as heranças coloniais e escravistas do país.

Se a Independência de 1822 foi um movimento gestado “pelo alto”, que substituiu a tutela de Lisboa pela de Londres sem alterar a estrutura estamental do poder, e se a Proclamação da República, em 1889, deixou o povo a “assistir bestializado” (Carvalho, 2019) à sua própria emancipação, não deveria surpreender que, também no século XXI, as tentativas de aprofundamento democrático, da redemocratização pós-1985 às políticas de inclusão dos governos do Partido dos Trabalhadores tenham sido respondidas por uma reação de classe que recorre ao autoritarismo, ao moralismo religioso e ao anticomunismo histórico, hoje atualizado sob a forma do “marxismo cultural” e da “ideologia de gênero”.

É nesse terreno que a educação se revela campo estratégico de disputa hegemônica, pois é na escola e nos currículos que se decidem os critérios de legitimidade do conhecimento. Se, como sustenta Gramsci (1999), toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica, a ofensiva neofascista sobre a educação brasileira — cuja face mais visível é a expansão das ideias do Movimento Escola Sem Partido, mas que se estende à Reforma do Ensino Médio, à BNCC e à mercantilização do fundo público — deve ser compreendida como projeto de controle a serviço da racionalidade neoliberal.

Portanto, contraponto à ofensiva neoliberal, o presente ensaio defende a necessidade de ênfase sobre uma pedagogia antifascista, compreendida não como um método fechado ou um programa pedagógico acabado, mas como uma *práxis* que articula formação crítica e memória histórica direcionada a subsidiar as classes subalternas a identificar, resistir e superar às formas contemporâneas de autoritarismo e dominação.

Para tanto, partimos da seguinte leitura: a construção de uma pedagogia antifascista no Brasil contemporâneo assenta-se sobre

três pilares dialeticamente articulados. O primeiro é a memória histórica, terreno de disputa em que se trava a possibilidade de refazer “o passado histórico-cultural da nação” a partir da perspectiva dos subalternos (Barboza, 2019, p. 112). O segundo é a autonomia docente, condição para que o professor se exerça como intelectual orgânico das classes populares. O terceiro é a democracia nacional-popular, que inspirada em Gramsci, recusa simultaneamente o liberalismo formal e o populismo reacionário que se apropria dos símbolos nacionais para mascarar projetos antipopulares.

### Memória histórica e a reescrita do passado a partir dos subalternos

A memória histórica não é um arquivo passivo: é, antes de tudo, um campo de disputa. Não há formação histórico-social que não tenha produzido uma narrativa dominante sobre si mesma, que seleciona heróis e vilões e distribui a dignidade do acontecimento segundo a perspectiva dominante. O Brasil não é exceção a essa regra; é, ao contrário, um de seus casos mais emblemáticos. Compreender por que a pedagogia antifascista brasileira não pode prescindir dessa disputa exige começar por uma pergunta elementar e politicamente explosiva: a quem pertence a história que a escola brasileira ensina?

Inspirado em Gramsci, a resposta parte da distinção, desenvolvida nos Cadernos do Cárcere, entre a história das classes dirigentes e a dos grupos subalternos. Enquanto a primeira é “unitária” e se apresenta como a história nacional *tout court*, a segunda é, por sua condição de subalternidade, “necessariamente desagregada e episódica”: fragmentada, silenciada, descontínua (Gramsci, 2002). O subalterno, afirma Gramsci, não possui ainda “iniciativa histórica autônoma”, e é por isso que conquistar essa autonomia constitui a tarefa estratégica de qualquer projeto contra-hegemônico.

A educação é o terreno em que se decide se o passado será rememorado como propriedade das elites ou como patrimônio das classes populares.

No Brasil, essa disputa pela narrativa histórica é inseparável da herança colonial e escravista que estruturou as relações de poder e de saber na formação social brasileira. Florestan Fernandes (2020) demonstra que a modernização capitalista aqui, não veio acompanhada de ruptura com as estruturas oligárquicas que a precederam: a burguesia brasileira, dotada de um “moderado espírito modernizador”, optou por incorporar as velhas oligarquias, preservando os mecanismos de subalternização racial, de gênero e de classe do escravismo. A Abolição de 1888 e a República de 1889, sem participação popular unitária efetiva, revelam a mesma lógica: a “contrarrevolução preventiva”, a mudança que se opera “de cima” para impedir que venha “de baixo”.

Essa lógica tem consequências diretas sobre a memória histórica que a escola brasileira produziu e reproduziu. Durante décadas, o currículo narrou a Independência como gesto heroico de um príncipe iluminado e a Abolição como dádiva de uma princesa bondosa, apagando o protagonismo das revoltas das pessoas escravizadas. Esse apagamento não é neutro: cumpre a função ideológica de naturalizar a dominação, apresentando a hierarquia social como resultado de mérito, e não de séculos de expropriação violenta. Gramsci (2000) afirma que a classe dirigente exerce sua hegemonia não apenas pela coerção, mas também pelo “consentimento ativo” que faz os subalternos interiorizarem os critérios de legitimidade de quem os domina.

O antídoto a esse processo, recorrendo a Gramsci (2002), é uma história nacional-popular: a reescrita da história a partir dos subalternos, projeto que não consiste em inverter o sinal da narrativa dominante, mas em reconstituir, a partir das fontes que a historiografia oficial descarta, a densidade histórica dos processos de resistência e de cultura das classes populares.

No Brasil, essa tradição possui uma genealogia rica e deliberadamente subestimada. O Movimento de Cultura Popular do Recife, fundado em 1960 por Miguel Arraes e animado intelectualmente por Paulo Freire, colocou a memória e os saberes dos trabalhadores como ponto de partida pedagógico, e não como obstáculo a superar. A Campanha de Alfabetização de Angicos, em 1963, demonstrou que era possível alfabetizar adultos em quarenta horas fazendo desse processo, simultaneamente, uma conscientização sobre as condições históricas e sociais de sua própria subalternidade (Freire, 2021).

Essa tradição foi brutalmente interrompida pelo golpe empresarial-militar de 1964, que elegeu os programas de educação popular como alvo prioritário: a perseguição e o exílio de Freire e a substituição da alfabetização de adultos pelo MOBRAL, concebido para alfabetizar sem politizar, são expressões da mesma “contrarrevolução preventiva” identificada por Florestan Fernandes. O regime ditatorial (1964-1985) compreendeu que a disputa pela memória histórica era inseparável da disputa pela hegemonia política: daí a censura aos livros didáticos e a instauração da Educação Moral e Cívica como disciplina compulsória de uma versão em que a pátria era grande e a hierarquia social, natural.

A redemocratização pós-1985 abriu espaço, ainda que de modo contraditório, para uma historiografia escolar mais plural e crítica. A promulgação da Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, e sua ampliação pela Lei n. 11.645/2008, que incluiu a história indígena, constituem marcos legais de uma disputa que remontava às contribuições de historiadores como Clóvis Moura e Abdias do Nascimento.

O Movimento Negro Unificado (1978) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984) representam experiências coletivas de construção de uma memória contra-hegemônica: o primeiro, ao reivindicar Zumbi dos Palmares e o 20 de novembro em contraposição ao 13 de maio; o segundo, ao narrar a terra não

como território de empreendedores, mas como palco de luta secular pela reforma agrária.

É precisamente essa tradição que a ofensiva neofascista contemporânea visa destruir. O revisionismo histórico disseminado pelo bolsonarismo não é fenômeno ideologicamente ingênuo, mas operação coerente que vai da reabilitação dos militares torturadores como “heróis da pátria” à difusão da categoria “marxismo cultural” como denominação conspirativa para qualquer produção crítica do conhecimento, restauração hegemônica que passa, necessariamente, pela disputa da memória histórica construída no espaço escolar.

Não por menos, os ataques à Comissão Nacional da Verdade, ao ensino de história nas escolas, aos materiais didáticos sobre relações étnico-raciais e à historiografia crítica das universidades brasileiras não são episódios isolados, mas, momentos de uma mesma estratégia de “guerra cultural” que Gramsci denominaria como guerra de posição, travada junto aos grupos e organizações que compõe a sociedade civil.

Sem disputa efetiva pela memória histórica, portanto, não há condição de possibilidade para uma pedagogia antifascista no Brasil. A escola pública, laica, gratuita e universal não pode furtar-se ao papel de espaço de elaboração coletiva do passado a partir da perspectiva dos que foram sistematicamente excluídos da narrativa oficial. Trata-se de um projeto de “reforma intelectual e moral” (Gramsci, 1999) que reconhece, na desnaturalização do passado colonial-escravista, a condição primeira para que as classes subalternas compreendam sua situação presente não como destino, mas como resultado histórico de relações de força que podem ser transformadas. A memória, nesse sentido, é uma arma fundamental.

## Autonomia docente sob ataque: do Escola Sem Partido à mercantilização da educação

Se a memória histórica constitui o terreno sobre o qual se decide *o que* a escola cria e reproduz, a autonomia docente constitui o terreno sobre o qual se decide *quem* tem o direito de produzir. Não por acaso, ambos os terrenos tornaram-se alvos simultâneos da ofensiva neofascista. Essa autonomia é hoje assediada em duplo movimento: pela ofensiva político-jurídica aprofundada pelo Movimento Escola Sem Partido, que pretende cercear o pensamento crítico sob pretexto de neutralidade, e pela mercantilização da educação, que reduz o professor a executor técnico de competências definidas por agências externas à escola.

### *O Movimento Escola Sem Partido como aparelho privado de hegemonia*

O Movimento Escola Sem Partido (ESP) surgiu formalmente em 2004, mas encontrou sua oportunidade de expansão na crise política aberta no Brasil a partir de 2013 e aprofundada com o impeachment de 2016. Sua proposta central, impedir que os professores “doutrinassem” ideologicamente os alunos, tem uma aparência de razoabilidade que merece ser desmontada: pressupõe um ensino neutro, objetivo e científico de um lado, e uma prática ideologicamente comprometida de outro, deformação a ser corrigida, se necessário, pela via judicial.

Trata-se de uma mistificação que opera por supressão: ao postular a neutralidade como horizonte, o ESP oculta que toda prática pedagógica é, necessariamente, ideológica, não no sentido pejorativo, mas no sentido marxista preciso: toda educação transmite uma visão de mundo e produz sujeitos adaptados às relações sociais ou capazes de questioná-las. Não existe educação neutra.

O que o ESP denomina “neutralidade” é a naturalização acrítica da visão de mundo dominante: um currículo que não questiona as causas da desigualdade não é neutro, mas conservador.

Em termos gramscianos, o Movimento Escola Sem Partido constituiu um típico partido: disputa o consenso sobre qual conhecimento é legítimo e quais fronteiras o professor não pode ultrapassar. Seus projetos de lei, dos quais o PL 867/2015 é o mais emblemático, previam cartazes em sala de aula com os “deveres do professor”, entre eles o de abster-se de “promover [...] preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”, redação absurda e vaga, cuja imprecisão amplia a possibilidade de enquadrar qualquer conteúdo crítico como “doutrinação”.

A judicialização da prática docente é um mecanismo de controle particularmente eficaz, pois não precisa ser acionado com frequência: o *chilling effect*, o efeito de autocensura produzido pela mera possibilidade de punição, tem sido documentado em pesquisas sobre o impacto do ESP nos professores brasileiros (Penna, 2017; Frigotto, 2017). A pedagogia do medo é mais eficiente do que qualquer censura formal: basta tornar arriscado o bastante para que o professor, sobrecarregado, escolha a prudência que é, na prática, capitulação.

### *A “miséria do saber” e a subsunção da formação à lógica do mercado*

A ofensiva do Escola Sem Partido não esgota o quadro de ataques à autonomia docente. Ela é a face mais visível de um processo mais amplo de subordinação da educação à racionalidade neoliberal, que nomeamos em outra pesquisa (Costa, 2025) como “miséria do saber”: não a deterioração quantitativa do ensino, mas a subsunção qualitativa do processo educativo à lógica da acumulação capitalista em crise, a conversão do saber em mercadoria, do estudante em consumidor, do professor em prestador de serviços.

Esse processo tem materialidade histórica precisa no Brasil. A Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017), aprovada sob Medida Provisória, sem debate com a comunidade escolar, introduziu os “itinerários formativos” e reduziu a carga horária das disciplinas tradicionais em nome de uma flexibilização que reproduz a lógica do mercado de trabalho precarizado. A BNCC, aprovada no mesmo ano, aprofunda esse movimento ao reorganizar os saberes em torno de “competências” mensuráveis, léxico importado da gestão empresarial, deslocando o foco do conhecimento crítico para o desempenho mensurável por instrumentos como o SAEB, o ENEM e o PISA.

Para o professor, o impacto é devastador. A BNCC não apenas prescreve conteúdos: redefine sua posição no processo pedagógico, convertendo-o de sujeito do ensino em executor de uma sequência didática formulada por especialistas externos. Os sistemas apostilados que proliferam nas redes públicas brasileiras, fornecidos por grandes grupos educacionais via “parceria público-privada”, materializam essa lógica em sua forma mais acabada: ao professor cabe aplicar a aula previamente preparada, na página e no ritmo previamente indicados.

Mészáros (2011) denomina esse processo de “internalização”: a incorporação, pelos próprios sujeitos subalternos, dos valores e limitações que o sistema lhes impõe como se fossem naturais. O professor que “aceita” entregar “resultados mensuráveis” e o estudante que “aceita” acumular competências para o mercado expressam essa internalização bem-sucedida. É contra esse processo que a pedagogia antifascista deve se insurgir, a partir de um projeto coletivo de recuperação do conhecimento crítico na escola pública.

### *O professor como intelectual orgânico: entre a determinação estrutural e a práxis possível*

A tensão entre determinação estrutural e agência histórica é, talvez, o nó teórico mais delicado desta subseção. Seria ingênuo imaginar

que o professor, inserido em condições de precarização salarial e perseguição jurídica, possa simplesmente “escolher” exercer-se como intelectual orgânico por ato de vontade individual. Seria igualmente equivocado concluir que a determinação estrutural é tão completa que nenhum espaço resta para a *práxis* docente contra-hegemônica. A categoria gramsciana de intelectual orgânico, que articula função social e posicionamento de classe, oferece aqui uma saída teórica fecunda.

Para Gramsci (2000), todo grupo social que emerge da base produtiva cria, organicamente, uma camada de intelectuais que lhe confere consciência de sua própria função. O intelectual orgânico da burguesia é o técnico, o jurista, o economista que naturaliza as relações de propriedade; o das classes subalternas contribui para que elas desenvolvam sua própria visão de mundo. O professor não é intelectual orgânico por definição: pode exercer-se como tal conforme circunstâncias materiais e subjetivas, processo que pressupõe a passagem, já formulada por Marx (2019), da *classe em si* à *classe para si*, passagem construída, como lembra Thompson (2012), pela experiência coletiva de classe.

A liberdade de cátedra não é privilégio corporativo do professorado, mas condição estrutural para que a escola funcione como espaço de elaboração crítica, e não de reprodução ideológica. Não é casual que os regimes autoritários ataquem a liberdade de cátedra como um de seus primeiros gestos, nem que o neofascismo recorra ao mesmo repertório: a perseguição ao professor não é efeito colateral, mas objetivo constitutivo. Privar as classes subalternas de intelectuais que pensem organicamente a partir de sua perspectiva é privá-las da possibilidade de formular uma alternativa hegemônica ao projeto dominante.

A conclusão desta subseção não pode ser pessimista sem ser politicamente irresponsável. A autonomia docente está sob ataque real e documentado. Mas a história da educação popular no Brasil demonstra que, mesmo em condições adversas, professores e

educadores encontraram formas de resistência que escaparam ao controle ideológico dos de cima. O desafio não é restaurar uma autonomia que jamais existiu em estado puro, mas construir as condições que ampliem o espaço da *práxis* docente crítica, condições que remetem ao terceiro pilar: a democracia nacional-popular.

### Democracia nacional-popular como horizonte antifascista

Os dois pilares examinados, a memória histórica e a autonomia docente, convergem, em sua articulação dialética, para uma questão que os transcende e fundamenta: o horizonte político no qual a pedagogia antifascista se inscreve. Toda pedagogia pressupõe uma concepção de sociedade, um projeto de formação humana que não pode ser pensado fora de uma visão sobre qual ordem sociopolítica se deseja construir. Ela não é técnica neutra de resistência ao autoritarismo, mas prática ético-política orientada por um horizonte que, a partir de uma leitura gramsciana, denominamos democracia nacional-popular, distinta tanto do liberalismo formal quanto do populismo reacionário.

#### *Nacional e nacional-popular: uma distinção necessária*

O ponto de partida é a distinção, elaborada por Gramsci (2002) nos *Cadernos*, entre o “nacional” e o “nacional-popular”, distinção que a recepção apressada do pensamento gramsciano tende a negligenciar, mas de consequências políticas e pedagógicas de primeira ordem. O “nacional” designa a forma pela qual a classe dirigente universaliza e naturaliza seus interesses particulares, mediante o uso da força, formas de convencimento ou a combinação entre consenso e coerção, plasmando a perspectiva do bloco dominante

como perspectiva da totalidade social: uma construção hegemônica que mistifica sua particularidade de classe sob a aparência da universalidade patriótica.

O “nacional-popular”, por sua vez, designa algo distinto: a possibilidade histórica de que os grupos subalternos, trabalhadores, povos originários, negros, mulheres, populações periféricas, LGBT’s se constituam como sujeito coletivo capaz de formular, a partir de suas experiências, um projeto de nação genuinamente popular. O nacional-popular não nega o nacional nem a soberania: disputa-o e redefine-o, recusando a versão da nação construída “de cima” para legitimar hierarquias, e propondo uma nação que se reconheça nas histórias daqueles que a construíram pelo trabalho e pela luta.

No contexto italiano que Gramsci (2002) analisa, a ausência de vínculo orgânico entre os intelectuais e o povo constituía o maior obstáculo à formação de uma vontade coletiva nacional-popular. Transposta para o Brasil, essa análise adquire pertinência redobrada: aqui, a distância entre intelectuais e povo não foi obstáculo conjuntural, mas constitutiva do próprio processo de formação do Estado-nação, que desde sua origem excluiu os trabalhadores escravizados, os povos originários e as populações pobres livres de qualquer participação nas decisões sobre os rumos do país.

A democracia nacional-popular, nesse contexto, não é conceito abstrato importável de outro contexto histórico: é o nome teórico de um problema concreto e irresolvido da formação social brasileira, o de como construir uma nação em que a maioria seja não apenas objeto de políticas, mas sujeito de decisões, protagonista de uma vida coletiva que ela mesma ajuda a estruturar.

### *A democracia liberal e seus limites estruturais*

Para compreender a especificidade do horizonte nacional-popular, é necessário distingui-lo da democracia liberal, sem negar os avanços

que as instituições liberais representaram em relação ao absolutismo, mas evidenciando os limites que tornam insuficiente qualquer pedagogia que se contente em defendê-las sem questioná-las.

A democracia liberal funda-se sobre um paradoxo que ela mesma é incapaz de resolver: proclama a igualdade formal perante a lei ao mesmo tempo em que pressupõe e reproduz a desigualdade substantiva que o modo de produção capitalista engendra. O direito igual ao voto não elimina a desigualdade de poder político que deriva da desigualdade de poder econômico. Essas contradições são expressões necessárias de sua constituição histórica como forma política do capitalismo: uma forma que oferece aos subalternos canais de participação amplos o bastante para absorver as tensões sociais, mas estreitos o bastante para impedir que questionem a propriedade privada.

No Brasil, as contradições da democracia liberal assumem configuração ainda mais aguda em razão da herança colonial e escravista já examinada. A “Constituição Cidadã” de 1988 não rompeu com as estruturas de concentração de riqueza, de poder fundiário e de dominação racial que a antecederam. O resultado é o que Florestan Fernandes (2020) denomina uma “democracia restrita”: uma ordem política que admite a participação das classes populares no processo eleitoral, mas recorre a mecanismos extra institucionais, golpes, impeachments, judicialização sempre que essa participação ameça os privilégios das elites.

Compreender essa distinção é crucial para uma pedagogia antifascista: defender as instituições democráticas liberais contra o ataque neofascista é tarefa necessária, mas não suficiente. Quem defende a democracia apenas para restaurar o *status quo* anterior a 2016 defende, na melhor das hipóteses, uma democracia que já demonstrou sua fragilidade estrutural. Uma pedagogia antifascista não pode ser meramente restauracionista: deve ser propositiva, orientada por um horizonte que vá além do liberalismo formal sem cair na armadilha simétrica do populismo reacionário.

## *O populismo reacionário e a usurpação do nacional-popular*

O populismo reacionário neofascista, cuja expressão brasileira mais acabada é o bolsonarismo, constitui a contrafigura mais perigosa da democracia nacional-popular porque se apresenta, retoricamente, como sua realização. Mobiliza a nação, o povo, a família, categorias da gramática da esquerda histórica que a extrema direita soube expropriar: chegou ao poder invocando “o povo” contra “as elites”, a “família” contra a “ideologia de gênero”. Essa usurpação constitui o que Paxton (2007) identifica como um dos traços mais consistentes dos fascismos: a capacidade de mobilizar ressentimentos populares legítimos para canalizá-los em projetos que, na prática, aprofundam as condições que os produziram.

A distinção entre populismo reacionário e democracia nacional-popular não é, portanto, meramente retórica, mas estrutural, e se manifesta em três dimensões: a primeira é a relação com as classes subalternas: o populismo reacionário mobiliza o povo como massa conduzida por um líder carismático, relação que Gramsci (2000) denomina “cesarismo”; a democracia nacional-popular, ao contrário, promove a autonomia intelectual e organizativa das classes subalternas como condição de emancipação.

A segunda dimensão é a relação com o conhecimento: o populismo reacionário nutre-se do anti-intelectualismo e das teorias conspiratórias, o que Eco (2018) identifica como “irracionalismo” constitutivo do “ur-fascismo”. A democracia nacional-popular, ao contrário, reivindica o direito das classes populares ao conhecimento científico, filosófico e artístico como condição de participação qualificada na vida pública.

A terceira dimensão, diretamente ligada à educação, é a relação com a escola pública: o populismo reacionário vê nela um espaço de doutrinação a ser controlado ou destruído; a democracia

nacional-popular vê nela a instituição central de formação do humano no humano, espaço de construção de uma vontade coletiva capaz de superar a fragmentação que o capitalismo impõe.

### Educação pública como mediação concreta da vontade nacional-popular

A centralidade da educação pública, laica, universal e gratuita no projeto de democracia nacional-popular tem uma genealogia histórica que, no Brasil, atravessa tradições distintas e complementares. Anísio Teixeira já compreendia que a escola pública não era apenas instituição de instrução, mas o espaço privilegiado de formação da democracia como modo de vida, e não apenas como procedimento eleitoral periódico (Teixeira, 1994). Sua concepção de “escola comum”, que reúne filhos de trabalhadores e de classes médias, brancos e negros era já uma resposta pedagógica à fragmentação social que a escola seletiva e privatizada aprofunda.

Paulo Freire, a partir de uma matriz filosófica distinta, a fenomenologia, o existencialismo, a teologia da libertação e o marxismo humanista radicalizou essa compreensão ao colocar a conscientização como categoria central do processo pedagógico. Para Freire (2018), a educação autêntica não é transferência de conteúdos de quem sabe para quem ignora, mas processo dialógico de construção coletiva de um olhar crítico sobre a realidade, capaz de mobilizar os sujeitos em direção à sua transformação. A conscientização freireana não separa o conhecimento da vontade de transformar a realidade.

Dermeval Saviani, a partir da Pedagogia Histórico-Crítica elaborada no contexto da redemocratização, propõe uma síntese que articula a centralidade do conhecimento científico, filosófico e artístico produzido pela humanidade com a compreensão dialética entre educação e sociedade: a escola não determina mecanicamente

as transformações sociais, mas tampouco é simples reflexo das estruturas econômicas; é mediação específica, capaz de contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender e intervir sobre a totalidade social (Saviani, 2013). A Pedagogia Histórico-Crítica recusa igualmente o espontaneísmo e o conteudismo conservador.

### A pedagogia antifascista como *práxis* ético-política

A democracia nacional-popular como horizonte da pedagogia antifascista implica uma compreensão que a distingue radicalmente de qualquer concepção instrumental ou tecnicista. Ela não é um programa curricular fechado nem um kit de “habilidades democráticas” a serem desenvolvidas segundo parâmetros mensuráveis, tentativa que, como vimos, representa a forma mais sofisticada de neutralização do potencial crítico da escola. Ela é *práxis*: unidade dialética entre teoria e prática, entre compreensão da realidade e vontade de transformá-la.

Nessa condição de *práxis*, a pedagogia antifascista articula três dimensões que, como os três pilares deste ensaio, não podem ser separadas sem deformação mútua: a cognitiva, que corresponde à desnaturalização do presente mediante o conhecimento histórico e científico, o que Gramsci (1999) chama de “catarse”; a organizativa, que corresponde ao aprofundamento das formas coletivas de resistência (sindicatos docentes, conselhos escolares, movimentos estudantis); e a propositiva, que corresponde à formulação de alternativas concretas ao modelo educacional hegemônico, capazes de antecipar uma sociedade efetivamente democrática e nacional-popular.

Se a crise estrutural do capital, em sua fase de decomposição acelerada, produz não apenas exploração econômica, mas

degradação cultural e subjetiva, uma “mais-barbárie” que o capital extrai do próprio processo de crise, então a pedagogia antifascista não é resposta proporcional a um ataque circunscrito, mas afirmação de que a formação humana integral é possível, necessária e urgente. A escola pública democrática e nacional-popular é a forma institucional que essa afirmação assume no terreno concreto da disputa hegemônica brasileira.

A vontade coletiva nacional-popular que Gramsci (1999) identifica como fundamento de todo Estado que aspire a ser não apenas dominação, mas direção, não apenas coerção, mas consenso ativo e genuíno constrói-se, entre outros espaços, através da escola. Uma escola em que professores autônomos ensinam história a partir da perspectiva dos subalternos, em que o conhecimento científico é democratizado sem ser empobrecido, em que a diversidade cultural brasileira é celebrada como riqueza, não é apenas instituição educacional, mas fragmento, sempre incompleto e disputado, de uma outra civilização possível.

## Considerações finais

Os três pilares examinados, memória histórica, autonomia docente e democracia nacional-popular não foram dispostos neste ensaio de modo arbitrário. Constituem momentos de uma mesma totalidade dialética: o problema da formação humana no Brasil contemporâneo, em sua tensão irresolvida entre a tendência objetiva do capital em crise, que produz mais-barbárie e regressão autoritária, e a possibilidade histórica, sempre aberta e disputada, de uma educação que forme sujeitos capazes de opor-lhe resistência organizada.

Essa unidade dialética se verifica na própria lógica da ofensiva neofascista, que jamais atacou os três pilares separadamente: o Movimento Escola Sem Partido perseguiu a um só tempo a

autonomia docente e a memória histórica crítica; a Reforma do Ensino Médio marginalizou, simultaneamente, as humanidades e a formação omnilateral em nome de um mercado de trabalho que a própria crise do capital já não absorve. Os ataques à Comissão Nacional da Verdade, às universidades públicas e à formação docente crítica compõem, assim, uma estratégia unitária que só pode ser compreendida e combatida em sua unidade.

Essa constatação tem implicação metodológica e política de primeira ordem: a pedagogia antifascista não pode responder a ataques unitários com resistências fragmentadas. Uma defesa da autonomia docente que não se articule à disputa pela memória histórica produz professores livres para ensinar uma história domesticada; uma memória histórica que não se ancore em um horizonte democrático-popular produz historiografia crítica sem sujeito coletivo capaz de torná-la revolucionária. Os três pilares se sustentam mutuamente, e é exatamente isso que uma *práxis* pedagógica antifascista deve ter como ponto de partida inegociável.

A segunda consideração diz respeito ao caráter propositivo, e não meramente defensivo, de uma pedagogia antifascista brasileira. Há uma tentação, compreensível dada a gravidade da ofensiva conservadora recente, de reduzir o projeto antifascista à preservação do que existia antes. Essa tentação deve ser resistida: a defesa sem autocrítica impede compreender por que essas conquistas foram tão vulneráveis. A “democracia restrita” que Florestan Fernandes (2020) identificou como padrão histórico da formação brasileira demonstrou, mais uma vez, seus limites: uma democracia que não redistribui poder econômico carrega em si as condições de sua própria reversão.

A pedagogia antifascista, tal como delineada neste ensaio, não é projeto de restauração: é projeto de “reforma intelectual e moral”, a transformação duradoura dos modos de pensar, sentir e agir de uma coletividade, transformação que não se opera por decreto, mas pelo

lento trabalho de construção de uma nova hegemonia, que começa também na escola. Reforma intelectual porque supõe a democratização do conhecimento historicamente acumulado; reforma moral porque supõe novos parâmetros éticos de solidariedade e responsabilidade coletiva, em contraposição ao individualismo competitivo e ao cinismo político de que o neofascismo se alimenta.

Essa reforma não é tarefa de uma geração nem de um governo. Pressupõe condições que o Brasil está longe de ter plenamente construído: professores com formação sólida e salários dignos; escolas com infraestrutura adequada; currículo que equilibre o rigor científico com a sensibilidade às experiências culturais das populações que chegam à escola. Nenhuma dessas condições é dada: todas resultam de lutas políticas concretas, e são tarefas pedagógicas no sentido mais amplo que Gramsci atribui ao termo, tarefas de formação de uma vontade coletiva capaz de disputar, com estratégia e paciência histórica, os rumos da formação humana no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BARBOZA, Luciana Goiana. A agonia do nacional popular. *Novos Rumos*, Marília, v. 56, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/9587/6105>. Acesso em: 19 jun. 2026.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- COSTA, Helton Messini da. *Educação e a miséria do saber na crise do capital: os embates em torno da escola no Brasil do século XXI*. Rio de Janeiro: Autorale, 2025.
- ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 6 ed. Curitiba: Kotter; São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. 4 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 5: Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2019.

- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz & Terra, 2007.
- PENNA, Fernando de Araújo. O Escola Sem Partido como ameaça à educação democrática. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Volume 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2012.

# **Capitalismo e Barbárie: a violência na educação pública**

GISELE DUARTE TEIXEIRA

SIRLEY TERESA DOS REIS

VIRGINIA CARVALHAL DA SILVA

## **Introdução**

A democracia na América Latina é marcada por rupturas, contradições e retrocessos. Ditaduras militares, golpes de Estado, democracias capturadas pelo poder econômico e crises institucionais recorrentes que compõem um quadro que desafia a academia e a sociedade a encontrar respostas para as questões do nosso tempo histórico. Compreender esse fenômeno e suas implicações na política pública de educação exige um instrumental teórico capaz de articular as diferentes dimensões da dominação — cultural, econômica, política e epistêmica.

É nesse sentido que o presente artigo propõe um diálogo entre a concepção de educação integral de Antonio Gramsci, as reflexões de Theodor Adorno e Max Horkheimer sobre a Indústria Cultural, a Personalidade Autoritária e a Barbárie, articulando-as ao debate da violência nas escolas. A tese central que nos orienta é que a regressão democrática é uma necessidade estrutural de um sistema que devora simultaneamente a capacidade crítica dos sujeitos, as instituições democráticas, os recursos naturais e os saberes dos povos subalternizados, promovendo a barbarização da vida social.

Dessa maneira, percebe-se que as reformas educacionais implementadas no século XXI têm como objetivo principal subordinar as novas gerações ao destruir sua força criativa e opositora, por meio do consenso ou da aquiescência, a fim de legitimar e reproduzir o discurso dominante, centrado no ódio aos considerados mais fracos. Através dessa compreensão, na próxima seção, fazemos uma breve análise da barbárie na América Latina e como isso afeta a reprodução das relações sociais no nosso sistema educacional. Em uma terceira seção, trazemos Antonio Gramsci e seus escritos sobre a Escola Unitária na busca da compreensão de caminhos para a mudança. Já em um viés conclusivo, trazemos um pouco sobre a violência nas escolas, apresentando então um relato que nos mostra como a educação pode ser transformadora.

## Entendendo a barbárie: caso América Latina

Theodor Adorno e Max Horkheimer questionaram como a razão iluminista, que prometia emancipação, produziu o fascismo, o nazismo e os campos de concentração. Para responder a esta questão os autores identificaram três mecanismos considerados complementares: a indústria cultural, a personalidade autoritária e a noção de barbárie.

A adaptação ocupa o lugar da consciência e da liberdade. Na indústria cultural, a comunicação é porta-voz de seus senhores, sendo um guia dos desorientados que constitui a mentalidade comum.

Não se trata apenas de entretenimento; a indústria cultural atua sobre os corpos, os desejos, os modos de ver e de se relacionar com o mundo. Ela produz o que Adorno chamou de “barbárie estilizada”: uma forma de barbárie que se apresenta como civilização, vende-se como prazer e conforto, mas destrói sistematicamente a capacidade de pensar criticamente e de resistir à dominação.

Esse processo cultural tem um correlato subjetivo: a personalidade autoritária. Com base na pesquisa coletiva publicada em 1950, Adorno e seus colaboradores identificaram nove traços que predisõem os sujeitos ao autoritarismo. Moldados pela cultura de massa e pela família autoritária, os sujeitos tornam-se incapazes de resistir à dominação porque há uma conexão entre o preconceito individual e as condições culturais para sua manifestação, especialmente encarnadas por líderes fascistas.

Destaca-se, hoje, a presença de personalidades autoritárias em ambientes virtuais. Os traços de submissão autoritária, agressividade autoritária, destrutividade, cinismo e convencionalismo, elencados por Adorno, podem ser encontrados nos grupos e indivíduos que usam as redes sociais para negar os direitos fundamentais das mulheres, tais como os grupos “*red pill*”<sup>1</sup> e a *deep web* com seus fóruns organizados por neonazistas.

O resultado dessa combinação — a soma entre indústria cultural e personalidade autoritária — é o que Adorno chama de regressão à barbárie. Na indústria cultural, a arte e a cultura tornam-se mercadorias, padronizadas, alienantes, reprodutoras de ideologias. A descontextualização da cultura diminui seu potencial crítico, fato explorado pelos manipuladores da opinião pública com seu discurso de ódio e incitação à violência.

Para a América Latina, essa análise é especialmente relevante: as ditaduras militares do século XX não foram apenas imposições externas, encontraram ressonância em subjetividades moldadas pelo autoritarismo cultural e social. Nos processos de redemocratização dos países latino-americanos, as formas conciliatórias e as anistias favorecem o apagamento das violências institucionalizadas, incitando

1 Expressão que remete ao filme *Matrix* (1999) em que o personagem usa uma pílula vermelha para “acordar para a realidade”, os líderes defendem a retomada do poder pelos homens, atuam principalmente junto aos jovens.

seus autores a perpetuar práticas de extermínio sobre aqueles que consideram inferiores. Naturaliza-se a invasão de países em nome do combate ao narcotráfico, a expropriação de riquezas nacionais e o boicote econômico que lança nações inteiras à escuridão e à fome.

Wendy Brown (2019, p. 36), indica como o Estado, quando deseja, manipula a perspectiva de igualdade política para caber no desejo democrático que lhe convém. Afinal, com os interesses do capital, envolve-se em formas que modulam a democracia de forma cada vez menos democrática. Neste cenário, a democracia encontra-se sempre em risco e deve ser salvaguardada e cuidada para que não caia no puro controle do capitalismo.

A autora também chama atenção para a compreensão de que, sozinha, a democracia não prospera. Para que realmente haja uma sociedade democrática, é necessário que não exista desigualdade social. Porém, o que encontramos no caso da América Latina é exatamente o contrário: o desmantelamento causado pelo neoliberalismo transcende um campo único, tomando todos os cantos de ação, chegando, inclusive, a partes consideradas particulares, como relacionamentos e família.

Esse projeto violento é pensado particularmente para manter os trabalhadores no lugar que a burguesia acredita ser o deles, afinal, toda essa barbárie discriminada chega aos nossos cotidianos e transforma a nossa noção de comunidade, adentrando cada vez mais em cada aspecto de nossas vidas privadas. Portanto, acabamos nos envolvendo, mesmo que não querendo, em toda essa trama capitalista, que busca sempre silenciar as ações vistas como transformadoras.

### *Violência nas escolas*

A educação pública, por sua natureza, é um movimento contra a barbárie, mas o projeto que a define pode limitar o acesso à formação emancipadora a grupos privilegiados. O debate sobre o direito à

educação, portanto, precisa contextualizar os ataques à escola, aos docentes e à gestão submetidos ao modelo gerencial privatista.

O Brasil, por meio do desinvestimento financeiro<sup>2</sup> e da precarização do trabalho docente, tem implementado desde então projetos de uma educação autoritária. Ao propagar o disciplinamento dos corpos e mentes de crianças e adolescentes, negam os estudos e pesquisas sobre gênero, racismo e sexualidade. Embora usem o medo para justificar a criação de escolas militarizadas, governantes enfrentam altos índices de violência no espaço escolar.

Dados do 4º Boletim Técnico do Observa DH demonstram que, entre 2001 e 2025, foram identificados 47 ataques de violência extrema, com 177 vítimas (56 fatais e 121 feridas). A maioria dos autores era do sexo masculino, frequentemente influenciada por comunidades extremistas on-line.

Em 2024, foi criado o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE). As notificações de violência interpessoal na escola apontam que 57,9% são do sexo feminino, 42,1% do sexo masculino. Em relação à raça/cor, 50,4% são negras (pretas e pardas), 48% brancas, 1,0% amarelas e 0,6% indígenas. A maior parte dos casos (15.759 notificações) correspondeu à violência física, 7.786 registros (29,5% do total). Em seguida, destacam-se os casos de violência psicológica ou moral, 3.978 registros (15,1%), e violência sexual, 3.468 registros (13,1%). Em 40% dos casos, o agressor era amigo ou conhecido da vítima (Brasil, 2025, p. 31).

Para compreender como essa violência se manifesta em nosso cotidiano, recorreremos aos pensamentos de Theodor Adorno sobre o fascismo e a educação. Ele discute sobre os radicalismos de direita,

2 A Proposta de Emenda à Constituição nº 55 (PEC 55), aprovada pelo Senado Federal em dezembro de 2016, congelou os gastos públicos por 20 anos. A educação perdeu, em média, 25,5 bilhões por ano.

defendendo que esses não deveriam ter espaço; entretanto, nos últimos anos, até mesmo em uma democracia, movimentos que estavam à margem ressurgiram com intensidade. Um exemplo desse fenômeno perigoso é a eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil.

Adorno (2020a, p. 45-46), destaca que o fascismo permanece presente mesmo quando a sociedade se entende como democrática e, para ele, um dos grandes fatores responsáveis por isso é a concentração de riquezas. O filósofo observa que a acumulação de capital pode levar até mesmo membros da burguesia a perderem seus bens durante crises; nesses momentos, os responsáveis apontados são os opositores ao sistema, e não o próprio mecanismo de acúmulo e reprodução do grande capital.

No Brasil, as manifestações fascistas nunca foram totalmente extintas. O legado da ditadura empresarial-militar (Melo, 2012, p. 39-53) ainda assombra o país e, quando um ex-presidente faz piadas sobre tortura e expõe seu desprezo por minorias, fica evidente que o fim desse radicalismo nunca chegou de fato. Florestan Fernandes (1981, p. 16), aborda a presença significativa de movimentos fascistas na América Latina, especialmente após a Revolução Cubana. A partir desse evento, formou-se a ideia de que o comunismo ameaçaria todo o continente, devendo ser combatido a qualquer custo. Dessa forma, governos autoritários ou inspirados pelo fascismo acabam sendo aceitos pela população sob o pretexto de combater o “perigo comunista”, e opositores desses regimes passam a ser tratados como ameaças, sendo punidos por desafiar a segurança do país.

Florestan ressalta que o fascismo nem sempre se expressa por meio da violência direta. Muitas vezes, o maior ato de opressão é a negação dos direitos dos trabalhadores, que sustentam a sociedade e os sistemas produtivos, mas são os que menos desfrutam de benefícios. Assim, regimes que ocultam sua natureza fascista

também praticam violência ao priorizar “[...] a autodefesa, o fortalecimento e a predominância dos ‘mais iguais’ (os privilegiados)” (Fernandes, 1981, p. 21).

Ao tratar da “Educação após Auschwitz”, na obra *Educação e Emancipação*, Adorno (2020b, p. 130-131) adverte, em primeiro lugar, que Auschwitz não pode se repetir, pois seria um retorno claro à barbárie. Esse medo era ainda maior para o filósofo diante do crescimento do nacionalismo agressivo que tomou muitos países no final do século XIX. Essas reflexões são fundamentais para a compreensão do contexto atual do Brasil. Apesar da derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, o ódio permanece enraizado em nossa sociedade. É crucial entender a origem dessas ideias, seus fatores geradores e como enfrentá-las sem responsabilizar as vítimas; é necessário identificar, compreender e eliminar esses mecanismos do país (Adorno, 2020b, p. 131).

A educação se apresenta como um impedimento do avanço da barbárie. Ainda segundo Adorno: “[...] o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia” (2020b, p. 135). Um projeto educacional fundamentado na criticidade, na constante busca pela reflexão e na formação de cidadãos autônomos desde a infância é fundamental para transformar o quadro perigoso instaurado pela extrema direita no Brasil.

A experiência de Auschwitz evidencia o risco de um coletivo que se identifica cegamente a uma causa, sem autonomia (Adorno, 2020b, p. 138-140). As pessoas se reúnem em torno de metas que não entendem completamente ou, se entendem, acreditam que existem outras opções. A indiferença permitiu Auschwitz, pois faltou empatia e predominou o individualismo, em que cada um buscava apenas os próprios interesses em detrimento do próximo (Adorno, 2020b, p. 145). É necessário enfrentar diretamente esse tipo de pensamento e essa força destrutiva para manter o delicado tecido da civilização. A barbárie, que está sempre à espreita, pronta

para ocupar qualquer espaço, pode ser enfrentada por meio de uma educação não repressiva e aberta ao diálogo.

## Gramsci e a Escola Unitária

O percurso teórico desenvolvido neste artigo permite afirmar que a regressão democrática na América Latina constitui fenômeno multi-dimensional e estrutural, insuscetível de compreensão por meio de uma teoria isolada. Adorno ensina que a dominação tem início no interior, pela cultura e pela subjetividade. Klein (2008) demonstra que ela opera pelo choque, pela exploração deliberada das crises. A saída emancipatória, portanto, não decorrerá de uma única frente; exige, simultaneamente: transformar subjetividades por meio da educação crítica proposta por Adorno, em diálogo com as alternativas radicais indicadas por Klein.

Essas propostas apresentam-se como processos de formação de sujeitos capazes de criticar e resistir à dominação, promovendo participação ativa diante de concepções impostas socialmente. Exige-se, para tanto, a elaboração consciente e crítica da própria concepção de mundo. Em um primeiro momento, a transformação das subjetividades relaciona-se à formação crítica, conforme propõe Adorno; o que dialoga com Gramsci. Nessa perspectiva, a transformação advém da tomada de consciência da realidade e da capacidade de questionar criticamente a sociedade e o senso comum, rompendo com uma visão de mundo alienada. A escola, enquanto espaço de disputa hegemônica, pode ser apropriada pelos grupos dominantes para reproduzir seus valores e interesses.

Quando o consenso produzido pela hegemonia entra em crise, a coerção estatal tende a assumir maior centralidade. O consentimento é, portanto, construído a partir do aparelho de coerção estatal, que “[...] assegura ‘legalmente’ a disciplina daqueles grupos

que não ‘consentem’ nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando o consentimento espontâneo falha” (Gramsci, Q12, 2006, p. 9).

Em suas contribuições escritas, Gramsci discorre sobre a educação como campo de luta ideológica. Aqueles que dominam moldam as escolas com suas crenças e valores, corroborando a manutenção da estratificação social e reforçando seus interesses econômicos e políticos. Neste sentido, a escola estabelece-se como ferramenta do capital, reforçando e reproduzindo a lógica de dirigentes e dirigidos, sua hegemonia cultural e ideológica (Baruffi, 2024).

A escola, desde o princípio, organizou-se em dois ramos: um colégio do tipo clássico e outro do tipo profissional. A formação profissional, de cunho instrumental, atendia à classe trabalhadora e seus filhos; a clássica destinava-se às classes dominantes, formando intelectuais para essa — processo conhecido como dualismo educacional (Gramsci, Q12, § 1, 2024, p. 26). Esse modelo implica controle social, caracterizando um sistema educacional que atende aos interesses da classe dominante, com viés neoliberal e mercadológico que define a formação intelectual e regula as políticas educacionais. Em contrapartida, a educação sob uma perspectiva gramsciana opõe-se à lógica do capital, funcionando como espaço formativo e de transformação social. O sistema educacional, portanto, constitui instrumento de emancipação. Para Gramsci, a educação é “[...] a luta para nos adaptarmos ao ambiente, mas também e especialmente para dominá-lo e para não nos deixarmos esmagar por ele” (Liguori; Voza, 2017, p. 413).

Com isso, Gramsci propõe a Escola Unitária, que se coloca em defesa dos diferentes tipos de educação, reafirmando, desse modo, a escola como via de emancipação humana. Assim, a Escola Unitária busca “contribuir para a construção de processos de resistência e

para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital” (Paludo, 2015, p. 220).

Ademais, aponta-se a necessidade de o Estado assumir despesas atualmente a cargo das famílias, reestruturando o orçamento da educação e a dinâmica escolar. Para alcançar uma educação de qualidade, não basta alterar a estrutura curricular. É necessário investir em múltiplas dimensões: despesas estudantis, dormitório, refeitório, biblioteca especializada, salas adequadas, espaços para a construção do conhecimento — ideias ainda distantes da realidade vivida pelos estudantes, dada a precarização do campo educacional. A Escola Unitária busca ensinar noções fundamentais: direitos e deveres, primeiros entendimentos sobre Estado e sociedade, elementos primordiais para a construção crítica da concepção de mundo (Gramsci, 2006).

Com o objetivo de reduzir a passagem brusca para a universidade, a Escola Unitária propõe autodisciplina intelectual, criação de valores fundamentais do humanismo e autonomia moral. Considerando encaminhamentos para futuras especializações, universitárias ou de outra natureza, essa proposta reflete-se em todos os organismos de cultura, transformando-os e conferindo-lhes novo conteúdo. Reconhecem-se as dificuldades para criar um novo estrato intelectual, sobretudo entre grupos sociais sem oportunidades para desenvolver aptidões adequadas; contudo, não se trata de facilitar, mas de superar dificuldades (Manacorda, 2008). Gramsci afirma que todos os homens são intelectuais, embora nem todos tenham tido o privilégio de educar suas capacidades.

No Caderno 12, Gramsci apresenta elementos da nova concepção de mundo, delineando, ainda, uma nova ordem e uma nova sociedade. Propõe, para a escola única, níveis metodologicamente distintos: um primeiro nível ativo e criativo; um segundo voltado à preparação para o estudo universitário. Trata-se de uma orientação múltipla em relação às culturas e atividades, sem determinar escolhas ou caminhos.

Dessa maneira, o modelo educacional aqui exposto responde pela democratização da cultura e das técnicas mais avançadas, pela formação de diversos tipos de intelectuais para a consolidação do Estado, pela criação de uma nova nação e pela construção de uma nova concepção de mundo, uma nova hegemonia. Defende-se, portanto, a qualificação integral que contextualiza a realidade do aluno com os conteúdos do currículo escolar formal.

Klein (2008) argumenta que crises e situações de choque podem ser utilizadas para implementar políticas que fortalecem interesses econômicos dominantes, dialogando com a tese de que o capitalismo contemporâneo produz crises, golpes, desastres e guerras, gerando estado permanente de alerta. Assim, é reforçado um projeto que privilegia interesses hegemônicos por meio de políticas que, em condições ordinárias, com debate público, não seriam facilmente aprovadas. O capitalismo, sob sua forma histórica de organização social e desigual, centraliza habilidades básicas de gestão, solução de problemas, competências socioemocionais, criatividade e autonomia. Tudo isso, porém, ampara-se em formação fragilizada e aligeirada, voltada à certificação e à qualificação para o trabalho, treinando para engrossar as fileiras do ofício alienado — a única forma de trabalho proposta pelo capital.

É crucial romper com dualidades no campo educacional, como a oposição entre teoria e prática, superando a divisão entre dirigentes e dirigidos. Ao incorporar educação intelectual e manual, que abrange a compreensão do mundo e o acesso ao conhecimento em suas múltiplas dimensões, políticas e sociais, essa abordagem desenvolve a capacidade de entender e dominar o que as classes dominantes controlam (Nosella, 2004).

Sendo assim, a Escola Unitária oferece aos indivíduos a oportunidade de participar de uma escola única, cultural e formativa. Desse modo, o sujeito tem condições de exercer liberdade concreta, em sentido dialético, superando contradições e transformando a

própria realidade, em contraponto à liberdade neoliberal, “empreendedora”. Formam-se, portanto, intelectuais orgânicos, atuantes, que seguem os interesses da classe social a que pertencem, operando politicamente na transformação de sua realidade.

Ademais, a imposição de uma visão hegemônica de mundo cria a aparência de igualdade, ocultando disparidades culturais e intelectuais. A superação dessa hegemonia cultural dominante requer o reconhecimento de vasta produção historicamente construída por povos marginalizados; sua participação e reconhecimento constituem a disputa por uma nova hegemonia, ampliando sua presença na construção de uma nova cultura e difundindo criticamente o conhecimento como processo social.

Gramsci compreende que a função dos intelectuais da classe dominante é elaborar e organizar a cultura de um projeto societário que atenda aos interesses de um grupo específico que domina os demais. Além disso, identifica como intelectuais orgânicos aqueles que organizam a sociedade visando ao fortalecimento de sua própria classe; enquanto agentes de cultura e educação, atuando na manutenção da hegemonia de sua classe (Gramsci, Q12, § 1, 2024, p. 1626).

## Um viés conclusivo

Para o enfrentamento das diferentes expressões da violência no espaço escolar, recomenda-se a abordagem intersetorial, educação para convivência democrática e formação continuada de profissionais para mediação de conflitos, escuta qualificada e atuação preventiva. Como exemplo, citamos a atuação da equipe multiprofissional formada por Assistentes Sociais e Psicólogas de uma escola pública no Estado do Rio de Janeiro e a ação deles quando alunos apresentaram queixas relativas à importunação sexual, *bullying* e *cyberbullying*.

As práticas político-pedagógicas não se reduzem à difusão de conteúdos e métodos de ensino; possuem uma dimensão ética, articulada à formação de personalidades críticas ou conservadoras. A função social da escola, portanto, assusta as elites que criam aparelhos privados de hegemonia para intervir na política educacional, justificando-se com o jargão de fracasso do Estado na gestão do sistema de ensino.

Neste conjunto, a Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2017, usa o discurso de luta pela igualdade, diversidade e equidade. Ela arbitra valores, habilidades e competências socioemocionais, metas de desempenho aferidas por testes padronizados. Ao mesmo tempo, favorece a plataformização do ensino. São implementados nas escolas programas e projetos para correção de fluxos, letramento e alfabetização — elaborados nos laboratórios dos empresários da educação, sob os cuidados de seus próprios intelectuais.

Além da exploração econômica, o campo educacional é alvo de intervenções políticas que condenam os debates sobre gênero, raça, sexualidade e classes. Esses debates são agrupados no que denominam “ideologias de gênero”, Escolas sem Partido, e apontam a escola cívico-militar e o *homeschooling* como ideais para superar o medo criado na comunidade escolar.

Os discursos de ódio típicos do nazifascismo foram reatualizados e afetaram diretamente a escola. Desde os ataques de violência extrema, às violências no entorno e nos territórios, às violências intraescolares.

Observa-se o aumento de casos que exigem estruturas institucionais de prevenção, dentre elas, a presença de equipe multiprofissional — psicólogos e assistentes sociais — nas redes públicas de educação básica (Lei 13.935/2019). Em 2024, um município da Baixada Fluminense realizou concurso público para atender à nova legislação. Essa situação descrita a seguir integra o projeto.

A iniciativa “Escola sem assédio” foi desenvolvida na escola XZ por uma equipe multiprofissional desde 2025 até a presente data.

A naturalização das agressões físicas, verbais, psicológicas e a ausência de debate coletivo sobre as discriminações de gênero, raça e religião foram observadas pela equipe multiprofissional que optou por investigar o conhecimento prévio do sexto ano sobre os temas por meio de um questionário anônimo. Nele, os alunos responderam sobre a ocorrência de violências no espaço escolar e quais atitudes adotariam se fossem os gestores da escola. Os resultados foram apresentados em cada turma, assim como as legislações pertinentes.

A partir das dúvidas dos estudantes, estabelecemos Ciclos de Conversas, inclusive com a presença de pedagoga e psicóloga do CREAS. Ao fim do primeiro ciclo, elegemos um grupo de trabalho, com representantes de cada turma. O objetivo é que os alunos e alunas possam elaborar cartazes, panfletos, selecionar notícias de jornal ou internet relacionadas aos temas, com os quais iniciarão diálogos com os colegas do sétimo e oitavo ano. A equipe multiprofissional coube a mediação das atividades, estimulando a apropriação livre de uma cultura escolar baseada na empatia.

Logo, o projeto “Não é Não: “Escola sem assédio” põe em movimento um convite ao aprendizado da linguagem não violenta, que “serviria para educar os estudantes para a prática da liberdade em vez da manutenção de estruturas de dominação” (hooks, 2019, p. 203).

A educação deveria assumir viés crítico e formativo, de modo a possibilitar a consciência de classe para se contrapor ao controle hegemônico e ao Estado burguês, que historicamente vem definindo o rumo da educação (Baruffi, 2024). Portanto, as propostas aqui discutidas fazem-se necessárias para formar sujeitos críticos, capazes de disputar espaços políticos, sociais e culturais. Para isso, a escola gramsciana realiza-se como agência complexa que promove, na formação, leitura de mundo sob viés crítico frente à realidade.

Além disso, a relação teórico-prática é unificada, de modo a pensar as mediações inerentes entre cultura e trabalho.

A concepção de Escola Unitária, portanto, apresenta-se em contradição direta com a escola do capital, expressão da sociedade desigual em que se constitui. Uma educação que reproduz a lógica do capital e serve aos interesses ideológicos da burguesia e de seu projeto societário, enfatizando a precarização da educação pública, tem por finalidade assegurar que as novas gerações sejam dominadas pelo discurso violento e excludente, em especial, contra as classes subalternas.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2020a.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz & Terra, 2020b.
- BARUFFI, Pedro Paulo. O pensamento de Gramsci e a análise das políticas educacionais: um estudo das produções científicas. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, Marília, SP, v. 9, n. 15, p. 90-99, dez. 2024.
- BRASIL, MDHC/MEC. *Observa DH. 4 Boletim Técnico. Escola que protege!* Dados sobre proteção, prevenção e resposta às violências nas escolas. Brasília. DF. dezembro 2025
- COSTA, Virginia Helena Ferreira (org.). *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Adorno. São Paulo: Editora Unesp. 2019.
- BRASIL. *Lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GOMES, Victor Leandro C. *Por que os homens não se rebelam: aquiescência e política em Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2015
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: obra completa*. Rio de Janeiro: IGS/Brasil, 2024.

- hooks, bell. Educação democrática. In: CASSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 200-207.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MANACORDA, Mario Alighiero. A escola unitária. In: MANACORDA, Mario Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo*. Campinas: Alínea, 2008, p. 171-179.
- MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Ano XIII, n. 27, p. 39-53, 2º sem. 2012.
- NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, mai./ago. 2015.
- SEMERARO, Giovanni. *Intelectuais, Educação e Escola: um estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci*. São Paulo: Expressão Popular: 2021.

# Os princípios do capitalismo e a deterioração da fé evangélica

HEBERT COSTA DE ABREU

## Introdução

Durante um culto realizado no dia três de maio deste ano, o pastor Silas Malafaia chamou para subir ao espaço conhecido como altar, diversos políticos do campo da extrema direita. Além de orar pedindo o favor divino, o pastor declarou que era necessário apoiar Flávio Bolsonaro para presidente. O evento político num espaço religioso chamou a atenção do “Movimento Brasil Laico” que protocolou uma representação na Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro contra os envolvidos, alegando propaganda eleitoral antecipada<sup>1</sup>.

À margem da importante discussão sobre a propaganda eleitoral antes da permissão legal, ignorada pela igreja, se destaca a imagem dos políticos ajoelhados, a maioria de reputação duvidosa, por suspeita de envolvimento em casos de corrupção, contrastando radicalmente com um tempo, não muito longínquo, em que a máxima evangélica era de que “crente não se mete em política” (Freston, 1993, p. 180). Antes da terceira onda do pentecostalismo

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/grupo-acionamp-contra-malafaia-por-propaganda-eleitoral-em-culto/>

brasileiro, que ocorreu no final da década de 1970 (Freston, 1993, p. 66), as igrejas eram vistas como lugares sagrados, sem qualquer abertura para manifestações de cunho político. Nesse tempo, a política ainda era tema do mundo secular.

Nesse texto, pretendo analisar brevemente essa transformação profunda pela qual passou o movimento evangélico, desaguando na surpreendente aliança que determinou a vitória da extrema direita na eleição presidencial de 2018, colocando no poder um grupo político, sob o comando de

[...] um candidato que não tinha nenhum programa de governo organizado, havia feito declarações racistas, machistas e homofóbicas, elogiara abertamente torturadores e a ditadura militar e prometera nomear como ministro da Fazenda um homem com experiência no governo de Augusto Pinochet e ideias claras para estrangular a vida da maioria da população (Lísias *apud* Rocha, 2021, p. 109).

Não houve ruptura entre o currículo do candidato e a postura enquanto presidente. Mesmo na crise de saúde provocada pela pandemia do coronavírus (Sars-CoV-2), como aponta (Guerreiro; Almeida, 2021), muitos líderes evangélicos replicaram o discurso negacionista do presidente Bolsonaro e incentivaram a desobediência às medidas tomadas por governadores e prefeitos, atendendo recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). O pastor Silas Malafaia, de forma beligerante, chamou o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de “cara de pau” e “negacionista da Constituição”<sup>2</sup>, após o magistrado se posicionar contra a abertura dos templos naquele momento da pandemia.

2 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/04/08/malafaia-chama-gilmar-de-negacionista-da-constituicao-por-restringir-cultos.htm?cmpid=copiaecola>

Na tentativa do golpe, no dia oito de janeiro de 2026, a participação de evangélicos entre os que depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília, revela uma clara sintonia com os objetivos do radicalismo que caracteriza o bolsonarismo. Muitos pastores organizaram a ida de membros das igrejas e incentivaram para que se envolvessem no movimento que clamava por intervenção militar.

Embora o apoio evangélico ao clã Bolsonaro pareça estar reduzindo, ainda é grande a diferença em relação ao principal oponente, o presidente Lula<sup>3</sup>. Mesmo após as reportagens do dia treze de maio, que mostraram mensagens de Flávio Bolsonaro pedindo dinheiro ao banqueiro preso Daniel Vercaro<sup>4</sup>, o que se viu na “Marcha para Jesus” no dia quatro de julho, portanto menos de um mês depois, foi uma demonstração clara de que a fidelidade evangélica não havia sido abalada<sup>5</sup>. Pelo que se observa, ainda há muita resiliência dos evangélicos na aliança com a extrema direita. O chamado efeito teflon de certa forma ainda permanece.

Quando nos referimos aos evangélicos, não queremos dizer que se trata de um grupo homogêneo. Obviamente, há remanescentes que “não se curvaram a baal”<sup>6</sup>. Aqui propomos tratar daqueles que se alinharam ao bolsonarismo e se tornaram difusores das ideias fascistas da extrema direita, que ameaçam avançar sobre os princípios democráticos.

3 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/a-reviravolta-na-intencao-de-voto-dos-evangelicos-e-as-possibilidade-positivas-para-lula/>.

4 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/05/13/flavio-bolsonaro-pedi-dinheiro-de-vecaro-para-filme-sobre-o-pai-mostram-mensagens-divulgadas-por-site.ghml>.

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/06/04/politicos-e-autoridades-participam-da-marcha-para-jesus-em-sp.ghml>.

6 Sobre a passagem da Bíblia (1 Reis 19:18) em que o profeta Elias pensava estar sozinho, mas foi alertado de que havia um contingente que permaneceu fiel.

## O espírito do capitalismo e a ética protestante

Nos tempos atuais, o que se percebe é a transformação da teologia evangélica em uma ideologia que se aproxima do neoliberalismo. A ênfase no individualismo, o foco na riqueza material e a oposição à luta dos trabalhadores transformaram o campo evangélico em um aparelho importante a serviço da elite burguesa. Muitos pastores, inclusive, aprenderam e se beneficiaram da engrenagem para o lucro, ascendendo socialmente e se afastando cada vez mais do *ethos* do povo que frequenta seus templos.

Marx e Engels (2017) alertam para o poder corrosivo da burguesia, quebrando as relações humanas existentes em toda e qualquer instituição. Para os autores do Manifesto Comunista,

A burguesia afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do mercado. Despojou da sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio, seus servidores assalariados (Marx; Engels, 2017, p. 23).

Depois de sucessivas crises estruturais do capital, a burguesia permanece difundindo os princípios “egoístas” do sistema econômico que lhe garante estabilidade e poder. Os avanços civilizatórios provocaram mudanças nas relações de trabalho, buscando maior proteção contra a espoliação do modo de produção, mas não foram capazes de subverter a ordem que mantém a divisão de classes. Os meios ideológicos para manutenção da hegemonia se sofisticaram,

culminando numa “indústria cultural” (Adorno; Horkheimer, 1985) que, ludicamente, captura o pensamento, solapando as iniciativas de mudança.

A experiência italiana é muito elucidativa para entender como a burguesia não mede esforços para alcançar seus objetivos. O ditador Mussolini foi elogiado por observadores internacionais por colocar em prática o plano de austeridade, proposto pela Inglaterra e Estados Unidos. O líder fascista impôs, pelo uso da força, um regime autoritário tendo como resultado “planos de privatização e reduções nos serviços públicos”. O autoritarismo também interrompeu definitivamente as articulações dos trabalhadores que faziam da ocupação de fábricas e das greves os eixos de luta, em busca de condições melhores de vida. Mattei conclui dizendo que:

[...] o compromisso com a austeridade por parte dos especialistas financeiros era tão grande que eles estavam dispostos a confiar em uma ditadura sangrenta para reerguer os pilares desmoronados da acumulação de capital. Todos os olhos voltaram-se para Mussolini, cuja ditadura era forte o suficiente para enfim adestrar o povo italiano (Mattei, 2023, p. 484).

Depois de um período de crise em que “a luta social, sindical e política visava dar resposta à crise geral do sistema”, a década de 1980 inaugurou “uma das décadas mais reacionárias do século XX, inaugurando-se efetivamente a era da barbárie social” (Alves, 2012). A década de 1980 é marcada por uma alteração significativa em toda a sociedade por conta da implementação generalizada dos ideais neoliberais. Ocorre a “ampliação dos processos de mercadorização ao lazer e à cultura”, afetando profundamente a subjetividade humana. A formação escolar, inclusive, busca, a partir de então, “eliminar toda rigidez” que representa obstáculo ao modelo de mão de obra exigido para aumentar a eficiência no trabalho.

O lema agora é a flexibilização, inclusive psíquica, da classe trabalhadora (Laval, 2019, p. 48).

No meio evangélico, essa “adaptação” às exigências do novo modelo capitalista para instrumentalização em favor do lucro, veio, principalmente, através do estabelecimento da Teologia da Prosperidade. As transformações de caráter mercantilista, observadas no contexto ideológico desse segmento cristão, são verificadas a partir da paulatina aceitação dos ensinamentos de teologia que alinha fé à prosperidade material. Um novo momento econômico exigiu também uma nova teologia. Segundo Almeida (2017), “a Teologia da Prosperidade tem uma afinidade de sentido com a informalidade e a precariedade do trabalho, como as que ocorreram no Brasil nos anos de recessão econômica nos anos 1980 e 1990, e também com os momentos de aumento de consumo, como nos anos 2000”.

Em 1977, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) inaugurou um novo tempo, não só na forma de culto e na vestimenta dos seus frequentadores, mas sobretudo no conteúdo ensinado, se distanciando, substancialmente, do modelo pentecostal vigente. Introduziram no Brasil uma teologia cujo foco é a plenitude material. Valores, historicamente, defendidos como a santidade ou a salvação eterna, ainda são pregados, mas o que garante a expansão gigantesca da denominação, em tão pouco tempo, é a ênfase no milagre da prosperidade.

A Teologia da Prosperidade é a base ideológica que movimenta toda engrenagem que garante a riqueza da IURD. Surgida na década de 1940, nos Estados Unidos, com um evangelista batista chamado Kenneth Hagin, essa doutrina está centrada, principalmente, num Deus manipulável que atende o desejo dos servos desde que eles façam uma declaração correta de fé, uma “confissão positiva” em voz alta (Mariano, 2010, p. 151; Freston, 1993, p. 105). A palavra do crente tem poder para mover a ação divina, como uma chave que

abre um portal onde se encontra a almejada resposta. Contrariando a oração ensinada por Jesus em que afirma a soberania de Deus (“seja feita a vossa vontade”), na “confissão positiva” não há alternativa que não seja o que é determinado pelo religioso. Em tempos pós-modernos, trata-se de uma relativização da verdade, que não está mais num determinado lugar, no caso seria a Bíblia, mas em cada indivíduo.

Além da “confissão positiva”, as ofertas também são descaracterizadas do sentido original para assumirem uma função de troca por favores divinos. A expressão da fé se manifesta concretamente na entrega de dinheiro, que assume a função de liberadora de bênçãos, quase sempre materiais. Quem propaga a Teologia da Prosperidade sentencia a condição humana de acordo com uma determinada fé ou vínculo com o mal. De acordo com Mariano (2010, p. 157), nesse sistema teológico, “só não é próspero financeiramente, saudável e feliz nessa vida quem carece de fé, não cumpre o que diz a Bíblia a respeito das promessas divinas e está envolvido, direta ou indiretamente, com o Diabo”. A relação de amor e gratidão ensinada pela teologia tradicional se transforma numa relação de barganha financeira.

Os ventos da Teologia da Prosperidade trouxeram mais do que riqueza e fama para muitos pastores. Significou, sobretudo, uma ruptura no campo moral do segmento evangélico. A partir dos anos 1980 vemos uma guinada radical em direção ao poder temporal. Enriquecer materialmente passou a ser sinônimo de bênção divina e a primazia do desejo pelo céu se confundiu com os deleites do consumismo na Terra.

Se a ética do protestantismo colabora para a consolidação do espírito do capitalismo por conta da disciplina religiosa (Weber, 2004), sob a Teologia da Prosperidade, os benefícios materiais deixam de ser uma recompensa direta através da dedicação ao trabalho para se transformarem em direito dos “escolhidos de Deus”. A convicção

de ser alguém especial cria automaticamente a expectativa do enriquecimento. O trabalho, no sentido proletário que troca a mão de obra por salário, passa a ter um caráter secundário e até desprezível. O empreendedorismo individual vira um *status* de poder, o que altera profundamente as relações de classe no sistema capitalista.

O que se observa é um crescente fosso entre a fé, como “confissão positiva”, e os princípios cristãos. Se a bênção depende do determinismo da confissão de fé, outros aspectos balizadores do pietismo crítico deixam de ter importância, construindo uma base moral frágil que ao longo dos anos tem mudado o perfil do evangélico brasileiro.

Esse racha entre fé e valores anteriormente absolutos abriu as portas da igreja para o que era impensável até então, a santificação do dinheiro e tudo o que se pode comprar com ele. Nessa perspectiva, o jovem rico da história contada por Jesus não precisaria abrir mão da riqueza porque, diferentemente do que disse o Mestre, possuir bens materiais significa uma consequência direta da aprovação divina. Nessa história de Mateus 19, o jovem foi embora triste porque preferiu continuar rico na Terra a ter “um tesouro no céu”. A riqueza, de acordo com a sequência dessa passagem da Bíblia, produz uma ilusão que afasta o indivíduo da verdadeira fé. Jesus conclui dizendo que “difícilmente um rico entrará no Reino dos céus. É mais fácil passar um camelo pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus”. Entre a grande parcela de evangélicos que seguem a teologia do bispo Macedo, houve, portanto, uma inversão de valores com a exaltação da riqueza.

Por outro lado, a pobreza assume um *status* de pecado. Quem vive na pobreza absorve também a culpa de estar recebendo uma punição divina. Como algumas doenças nos tempos bíblicos, a pobreza também é sinal de afastamento de Deus. Por conseguinte, o que se vê é um crescente ódio ao pobre como alguém pecaminoso, preguiçoso e que não sabe fazer o certo. Baseando-se na ética meritocrática, muitos se arriscam a condenar os pobres pelos problemas

do país, porque não sabem votar. Recentemente o influenciador Leonardo Marcondes, com mais de 1,4 milhão de seguidores no Instagram disse que pobre não deveria votar porque “não tomou boas decisões” na vida. De acordo com Valle:

Décadas de discursos de coaches e da teologia da prosperidade fizeram com que a vulnerabilidade social fosse vista menos como um problema econômico ou político e mais como um defeito individual e moral. [...] para os devotos da teologia da prosperidade, que exerce influência além das igrejas neopentecostais, a pobreza é vista como sinal de falta de fé e, portanto, de bênçãos do Senhor (Valle, 2023).

Nos primeiros anos, houve muita resistência à Teologia da Prosperidade. Os ensinamentos nas igrejas, de um modo geral, consolidaram um perfil cristão altruísta, preocupado em buscar a aprovação divina por meio da solidariedade e de um padrão de conduta relativamente rígido. Foram necessários muitos investimentos nos meios de comunicação para convencer o povo evangélico de que Deus aprovava aquilo que parecia, no primeiro momento, contraditório.

As igrejas evangélicas, de um modo geral, condenaram a extração no campo das ofertas, estabelecida na nova teologia. Apesar dos questionamentos a respeito dos dízimos requeridos pelas igrejas tradicionais e pentecostais, os neopentecostais duplicaram a aposta, elevando a questão do dinheiro ao principal tema de seus cultos. Os programas de televisão escancaram a lógica de mercado introduzida no campo da fé, envergonhando até aqueles evangélicos que não pertenciam à mesma denominação.

O “coronelismo eletrônico evangélico” (Figueredo Filho, 2023) foi determinante para a consolidação dessa ideologia entre os crentes. Assim como aconteceu nos Estados Unidos, “os difusores do televangelismo” foram pioneiros para disseminar a Teologia da Prosperidade entre os crentes. Testemunhos de prosperidade

material e curas impactaram os telespectadores e foram minando a resistência inicial.

Talvez, o exemplo mais emblemático, por conta do destaque que tem entre os evangélicos, da mudança de olhar sobre o fenômeno da Teologia da Prosperidade, seja o caso do pastor Silas Malafaia. Uma pesquisa breve na internet já seria suficiente para constatação, mas me refiro à uma dissertação de mestrado (Brandão, 2018) que analisa duas pregações antagônicas num intervalo de aproximadamente dez anos, nas quais ficam evidentes as mudanças de paradigma. Na primeira pregação em 1990, ele chama a Teologia da Prosperidade de “besteírol” (p. 72) que veio dos Estados Unidos, considerando uma “covardia” (p. 12) o que os pregadores estavam fazendo com as pessoas. Além disso, cita vários versículos da Bíblia para refutar “esse negócio” (p. 71). Também acrescenta que “prosperidade é você compartilhar com o outro, prosperidade é você viver bem com aquilo que Deus tem te dado” (p. 73). A pregação que confronta a primeira foi realizada em 2011, quando o pastor, depois de um contorcionismo de caráter sofismático, conclui que a “oferta é serviço para Deus” e “Deus não vai deixar de te recompensar por esse serviço” (p. 79). A base da Teologia da Prosperidade é a mensagem de que Deus recompensa quem dá oferta.

A homenagem da Assembleia de Deus, a maior denominação evangélica do Brasil, ao Bispo Macedo, líder da Igreja Universal, em julho deste ano, é só mais um exemplo de que o estranhamento entre os grupos ficou no passado. Hoje, a Teologia da Prosperidade é a semente que faz crescer intensamente o número de evangélicos e um dos melhores investimentos para pastores que querem enriquecer rapidamente.

A “fraquejada” evangélica em abraçar uma teologia que importou elementos das “águas geladas do cálculo egoísta” burguês (Marx, 2017), abandonando o ascetismo característico do protestantismo, abriu caminho para o irracionalismo e o radicalismo da extrema

direita. Desconectado do céu, um contingente considerável de evangélicos se agarrou à ideologia defendida pelos seus líderes que prometiam vantagens neste mundo. Se “um abismo chama outro abismo”, o passo seguinte foi almejar a tomada do Estado.

## A Teologia do Domínio e o totalitarismo cristão

Durante um evento nacional da Assembleia de Deus, o ex-presidente Bolsonaro disse: “o Estado é laico, mas eu sou cristão”<sup>7</sup>. Uma frase que poderia ser interpretada como mais uma bravata dentre tantas outras, mas revela, na verdade, o desejo de estabelecer a concepção evangélica de mundo como redentora do país. Esta fala faz parte de um contexto em que o ex-presidente questiona a votação no STF sobre a equiparação da homofobia ao crime de racismo. Tal medida se justifica porque o Brasil é um dos países mais violentos do mundo contra grupos LGBT+<sup>8</sup>. Apesar disso, como são consideradas pessoas em pecado, desviadas de Deus pelos evangélicos, na avaliação de Bolsonaro, um presidente que se diz cristão não pode apoiar tal decisão. Um mês depois, num culto evangélico na Câmara dos Deputados, ele disse que indicaria um ministro “terivelmente evangélico para o STF”, transparecendo o desejo de que o pensamento religioso interferisse em decisões da Suprema Corte.

Os evangélicos entraram de vez na disputa com a determinação de “mudar tudo isso que tá aí”, em nome de Deus. Essa ideia que totaliza toda a razão sob a égide de uma elástica e controversa interpretação da Bíblia faz parte do requentada Teologia do Domínio.

7 Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/o-estado-e-laico-mas-eu-sou-cristao-diz-bolsonaro-ao-propor-ministro-evangelico-para-o-stf/>. Acesso em: 02 ago. 2026.

8 Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2026/01/18/mortes-violentas-de-pessoas-lgbt-2025.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2026.

Uma ideologia consideradas por alguns pensadores que estudam o bolsonarismo evangélico (Dip, 2018; Passos, 2020; Rocha, 2021; Dusilek, 2025; Pereira, 2025) como uma das principais chaves para se entender o fenômeno complexo e contraditório que tolera corruptos, desde que sejam cristãos, como declarou o deputado estadual Lucas Bove (PL-SP) ao dizer que o senador Flávio Bolsonaro era corrupto, mas ainda assim votaria nele pelo fato de ser cristão.

Como a Teologia da Prosperidade, a Teologia do Domínio teve sua origem nos Estados Unidos, a partir da teoria do “Reconstrucionismo Cristão”, elaborada pelo pastor presbiteriano Rousas J. Rushdoony, na obra “Institutas da lei Bíblica” (1973). De acordo com Pereira (2025, p. 24), o pai do “Reconstrucionismo Cristão” entendeu que “a sociedade estava tão decaída que não havia saída a não ser a reconstrução por meio da igreja com base na lei bíblica”.

São duas passagens da Bíblia que “autorizam” os cristãos a avançarem no plano de dominação, segundo os adeptos da Teologia do Domínio. A primeira é um trecho do primeiro capítulo de Gênesis (1.28) em que Deus diz para o homem, recém-criado, sujeitar e dominar todas criaturas. Uma leitura rápida do capítulo será suficiente para perceber que a ideia original não trata de governo, nem de uma classe especial que dominaria outra, mas de cuidado com os seres criados (Kivitz, 2020, p. 122).

A segunda passagem, que está em Mateus 28.18-19, foi alterada para dar sentido ao projeto totalitarista. Na versão dominionista, diz para “fazer de todas as nações discípulas”, o que, na verdade, Jesus disse para “fazer discípulos de todas as nações”. Sob essa perspectiva, “o alvo da igreja deixa de ser a evangelização de pessoas e passa a ser o controle das nações [...]. Os cristãos são o novo povo de Deus e os únicos aptos a exercerem o domínio da sociedade” (Pereira, 2025, p. 30-31).

Uma descrição interessante para entender o alcance proposto na Teologia do Domínio está no livro *Reinos em Guerra* (Bright;

Jenson, 1993), escrito originalmente em 1986. Seus autores convocam “cristão dedicados [...] para ajudar a nação a voltar às suas raízes bíblicas e morais” (p. 27). Propõem “uma revolução” na maneira de conduzir os negócios, no funcionamento do governo, na proposição das leis, no cuidado com doentes, na comunicação midiática, no entretenimento, na educação e na criação da família e na orientação das igrejas. (p. 27).

Na perspectiva dos dominionistas, a sociedade está dividida entre os que são de Deus e os que não são. O foco central é a vitória do bem contra o mal. Como as categorias não estão dadas de forma irrefutável, o movimento assume o papel de tribunal, definindo quem se enquadra em cada grupo. Aqui no Brasil, quem se identifica como de esquerda recebe o julgamento de que pertence ao diabo. A tradicional igreja presbiteriana recomendou seus membros a manterem distância da “nefasta influência do pensamento da esquerda”, uma prova dentre outras, inclusive, de que o bolsonarismo não alcançou só os grupos neopentecostais.

Em 2022, Michelle Bolsonaro, esposa do ex-presidente, disse que seu marido havia sido enviado por Deus, o chamando de puro e limpo. A reeleição, na visão dela, seria “propósito de libertação, um propósito de cura para o nosso Brasil”. A estratégia de demonizar o presidente Lula não foi suficiente para derrotá-lo em 2022, ainda assim, o senador Flávio Bolsonaro segue no mesmo caminho aberto pela Teologia do Domínio. Seguindo a linguagem bélica que caracteriza os dominionistas, o filho 01 de Bolsonaro, durante a “Marcha para Jesus”, deste ano, convoca o povo a “orar pelo nosso Brasil, essa guerra é espiritual. Maior resposta que podemos dar ao mal que vai ser expulso do governo do Brasil neste ano”. O adversário político deixa de ser apenas um oponente de projetos e ideias e se torna um ser do mal. Por isso que há uma resistência aos políticos de esquerda entre os evangélicos. Não se trata de pessoas que pensam diferente, são indivíduos influenciados pelo diabo.

## Considerações finais

O espectro do “Reconstrucionismo Cristão” ronda a sociedade brasileira. É preciso estar vigilante e buscar as armas corretas para combater essa vertente do neofascismo. Trata-se de uma tarefa hercúlea porque, em muitas situações, não há meios de debate. A perspectiva é irracionalista e a tentativa de diálogo escorre para um “Fla-Flu” sem fim. Os evangélicos que abraçam o bolsonarismo, geralmente, não dispõem de um arsenal argumentativo. Recorrem, inescrupulosamente, a tática de atacar cegamente, desconsiderando o que o outro lado diz. São autoritários porque acreditam estar do lado do bem e quem discorda é um ímpio, condenado ao inferno.

O Brasil experimenta “os fenômenos patológicos mais variados” que podem surgir a partir de uma “crise orgânica” (Gramsci, 2017, Q3, §34). Mesmo admitindo que os evangélicos, de um modo geral, nunca foram progressistas, tendo, inclusive, muitos grupos denominacionais apoiado a ditadura no Brasil, o que se observa nos últimos anos é uma guinada muito radical em direção ao extremismo religioso. Embora a grande massa resida nas periferias, apoia quem defende a redução de direitos dos trabalhadores, o extermínio da população negra marginalizada e o fim das políticas de reparação histórica. Tudo em nome da fé!

A verdadeira teologia não desintegra o humano. Freire denuncia as instituições religiosas que forjam cristãos que “querem chegar à transcendência sem passar pela mundanidade; querem a meta-história, sem experimentar-se na história; querem a salvação sem a libertação” (2011, p. 192). A dimensão da fé precisa se concretizar na luta contra as injustiças provocadas pelo sistema capitalista. A expressão do reino dos céus não cabe no processo de reificação dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada — evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, e175001, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718>. Acesso: 01 ago. 2026.
- ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. *Blog da Boitempo*. Publicado em 21 set. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>. Acesso: 01 ago. 2026.
- BRANDÃO, Mateus de F. *Uma análise da Teologia da Prosperidade no discurso religioso do Pastor Silas Malafaia*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.
- BRIGHT, Bill; JENSON, Ron. *Reinos em guerra*. São Paulo: Candeia, 1993.
- DIP, Andrea. *Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DUSILEK, Sérgio Ricardo Gonçalves; GOMES, Nataniel dos Santos. Teologia do domínio e eleições: uma relação com prazo de validade. *REFLEXUS — Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões*, v. 19, n. 1, p. 87-111, 2025.
- FIGUEREDO FILHO, Valdemar. Representação política evangélica: Rádios FM's nas capitais brasileiras. *Projeto História*, São Paulo, v. 76, p. 118-146, jan./abr. 2023.
- FREIRE, Paulo. O papel educativo das igrejas na América Latina. In: *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2011.

- FRESTON, Paul. *Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 49-74, mai. 2021.
- KIVITZ, Ed René. Religião e Igreja evangélica na arena pública. In: PASSOS, João Décio (org.). *Teologia do domínio e usos de Deus na política*. São Paulo: Ideias & Letras, 2020.
- LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladímir Ilítch. *Manifesto comunista; Teses de abril; com textos introdutórios de Tariq Ali*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATTEI, Clara E. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- PASSOS, João Décio (org.). *Teologia do domínio e usos de Deus na política*. São Paulo: Ideias & Letras, 2020.
- PEREIRA, Eliseu. *Caminhos para compreender a teologia do domínio*. Curitiba: Editora Recriar, 2025.
- PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: conceitos e fontes. In: PASSOS, João Décio (org.). *Teologia do domínio e usos de Deus na política*. São Paulo: Ideias & Letras, 2020.

- ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.
- VALLE, Vinícius do. Fala sobre pobreza revela diferenças no campo da fé e da política. *Observatório Evangélico*, 03 dez. 2023. Disponível em: <https://www.observatorioevangelico.org/fala-sobre-pobreza-revela-diferencas-no-campo-da-fe-e-da-politica/>. Acesso em: 02 ago. 2026.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

# Aldear e descolonizar desde a Educação Infantil

LUCIMEIRE BEZERRA COSTA

MARIA ONETE LOPES FERREIRA

*População negra brasileira, uni-vos! Mas não a sós, e sim aos indígenas, aos amarelos, aos brancos que traíram a própria pretensa condição de universalidade e nos enxergam humanos como eles.*

[ BÁRBARA CARINE ]

## Introdução

Instadas a escrever diante das complexidades do mundo atual, escolhemos conectar o presente-futuro às lutas ancestrais dos povos originários e da população negra. Como no adinkra *Sankofa*, nossa aposta é que, apesar da força neocolonialista reativada pela extrema direita, podemos avançar, escavando o legado dos vencidos, que foi enterrado pelos vencedores. Desse modo, ao escavar também a história a contrapelo, conforme propôs Benjamin (1985), cogitamos ser possível o desvencilhar-nos do universalismo europeu para afirmar um novo modelo de civilização, cujo horizonte seja a preservação do planeta, a partir de um modelo de sociedade no qual não se chegue ao fim do mundo em troca de dinheiro, lucro e exploração do outro não branco.

A partir das ideias de autores e autoras que emprestam suas letras à causa deste mundo novo, ousamos retratar a vivência de uma das autoras em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Essa experiência, todavia, é refletida e analisada por ambas como possibilidade de transformação revolucionária.

Como educadoras, acreditamos que a escola das infâncias cumpre um papel imprescindível no processo de desenvolvimento social. Como pensadoras inclinadas ao materialismo histórico e dialético, reconhecemos o lugar da história no processo formativo. É nesse sentido que nos valem da Sankofa (volte e pegue) como força do pensamento das ancestralidades, ao apostarmos em uma escola fundamentada em pensadores e pensadoras como Ailton Krenak, Eliane Potiguara, Davi Kopenawa Yanomami, Graça Graúna, Sueli Carneiro, Nego Bispo e Lélia Gonzalez; na pedagogia das encruzilhadas, de Luiz Rufino; na pedagogia Griô, de Lillian Pacheco; na educação quilombista, entre outras.

Também estabelecemos diálogo, mediado pelas ideias de Frantz Fanon, no enfrentamento ao pensamento colonizador. Sua luta em defesa do enfrentamento à opressão, como podemos observar em sua obra *Os condenados da terra* (Fanon, 1968), que permanece atual e segue nos inspirando. Acreditamos que sua intransigência nos ensina a olhar para a realidade e a fazer de nossa prática uma trincheira na luta por uma outra sociedade, justa e democrática.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é apresentar os caminhos percorridos pelo Projeto Instituinte “*As Ciências Ancestrais*”, desenvolvido ao longo do ano de 2026. A partir das raízes afro-indígenas, dentro de uma perspectiva afrocentrada, as crianças entram em contato com as diferenças culturais e étnico-raciais presentes em nossa sociedade, estabelecendo novas aprendizagens.

Para a equipe e as famílias, o trabalho representa um convite à reflexão acerca do compromisso com a formação das novas gerações.

Defendemos que desenvolver projetos como este junto às crianças é fundamental para que elas possam observar, desde cedo, o quanto a sociedade é plural, rompendo, assim, com a concepção europeia, branca e colonialista, estruturada sob o racismo.

Para tanto, além das propostas desenvolvidas na UMEI, foi preciso ocupar outros espaços públicos, guardiões da memória histórica, como praças, museus, prédios, parques naturais, centros culturais etc. Tais passeios e visitas não devem ser vistos como sinônimo de entretenimento ou de memorização, pois exigem coragem de extrapolar, alcançar a consciência crítica e a imaginação criativa, transgredindo a partir da ruptura com os modelos consagrados em laboratórios distantes do mundo real.

### Olhares para a sociedade: por uma prática pedagógica de raízes afro-indígenas

Na realidade socio-histórica brasileira, o racismo opera como ideologia, permitindo o domínio de um determinado grupo sobre outros. Dentre tantas violências impostas, o privilégio de uns poucos em detrimento da maioria acarreta autoritarismo, preconceito, desigualdade, silenciamento, discriminação, genocídios, intolerância religiosa e negligência em relação à saúde de meninas e mulheres negras, a partir de recortes de classe, gênero e raça. Como educadoras, ao olharmos para essa realidade, compreendemos que o combate ao racismo constitui um imperativo, bem como o permanente enfrentamento aos seus substratos. Nossa prática deve se constituir como uma trincheira na luta pela emancipação humana coletiva, por uma outra sociedade que seja justa e democrática.

Do mesmo modo, foi por observar estes elementos no contexto social da Argélia que Fanon compreendeu que o homem branco europeu havia criado um tipo de racionalidade tomada como

universal, na qual dois tipos de indivíduos convivem sem que seus mundos se cruzem. Isto é, o mundo do europeu capitalista branco é um mundo à parte, que confere a esse sujeito soberania natural sobre o indivíduo por ele dominado.

Para esse modo de ser, que deve ser entendido como único ponto de vista sobre o mundo, o outro, que o autor chamou de colonizado, deve se curvar e nele reconhecer-se como não igual/não humano, porque o mundo colonial se afirma pelo maniqueísmo. Neste contexto, não basta ao colono limitar fisicamente seu espaço, visto que, para o dominador, o colonizado é uma espécie de quintessência do mal. O colonizado, insiste o pensador, é alguém indigno pela própria natureza do mundo. Afirma Fanon: “[...] a discussão do mundo colonial pelo colonizador não é um confronto racional de pontos de vista. Não é um discurso sobre o universal, mas a afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta” (1968, p. 30). Portanto, para o autor, somente uma revolução seria capaz de proporcionar a superação daquele projeto social.

No Brasil, a condição histórica dos povos originários e da população negra não difere muito daquela testemunhada por Fanon ao refletir sobre a necessidade de uma revolução. Ainda hoje, confluem lutas que se originaram nos tempos da Colônia e que fazem emergir desafios a serem enfrentados em perspectivas concretas para o presente-futuro. Em razão de sua história estruturada sobre o colonialismo e o racismo, o país ainda é marcado pela subordinação às agendas de interesses do capitalismo imperialista e pela hegemonia política e econômica do neoliberalismo. Essa situação é agravada, no presente, pela tentativa de afirmação da antipolítica e da extrema direita, bem como por seu conservadorismo, que naturaliza a mercantilização da vida, intensificando processos de subalternização, desumanização e extermínio.

Tal reconhecimento exige daqueles e daquelas que educam o engajamento nas lutas por transformação e por emancipação

humana coletiva. Fazer da profissão e da existência um front exige o ancoramento em ideias como as de Frantz Fanon, Clóvis Moura, Lélia Gonzales, Angela Davis, Sueli Carneiro, Helio Santos, Solano Trindade, Abdias do Nascimento, Joel Rufino, Ailton Krenak, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Graça Graúna, Davi Kopenawa Yanomami, Milton Santos, entre tantos outros.

Clóvis Moura, pensador marxista e membro do Movimento Negro, destaca, em sua produção acadêmica, a articulação entre a luta contra o racismo e a luta contra o capital, mostrando a importância de analisarmos a opressão racial dentro da lógica do sistema capitalista brasileiro. Moura (2020), assim como outros pensadores marxistas, lança luz sobre as ações de resistência dos subalternos, dos condenados da terra, dos quilombolas e dos revoltosos. O pensador evidencia a participação dos escravizados como força dinâmica no processo histórico do país. Para Moura, conflitos, descontentamentos, rebeliões, guerrilhas e insurreições demonstram como o negro foi uma das forças que dinamizaram a passagem da escravidão para o trabalho livre, como sujeito da transformação social e a luta de classes.

Em vista disso, temos a necessária urgência de *aldear direitos*, como indica Samara Pataxó (2026), e de *descolonizar* (Fanon, 1968). Tais pautas são primordiais para a afirmação da vida, da pluralidade de identidades e dos modos de existir, na busca pelo aprimoramento das lutas por emancipação humana coletiva e das mobilizações fundamentadas em *cosmopercepções* afro-confluentes. Cabe-nos empreender ações para salvaguardar a potência da memória e do futuro ancestral (Krenak, 2019). Tudo isso ressalta a contribuição dessas lideranças, tornando visíveis os complexos saberes *afrodispóricos*, quilombolas (Bispo, 2023) e indígenas, com os quais podemos aprender novos modos de ser, viver, conviver e compartilhar.

E, na companhia das crianças, em suas infâncias marcadas por realidades complexas, colocamo-nos em permanente combate ao

racismo, visando à conquista de um novo modo de vida, pautado em uma igualdade concreta e real. Feita a escolha ético-política, ressignificamos a prática pedagógica a partir da força e das lições dos Movimentos Negro e Indígena, de caráter educador. Marchamos em direção à implementação e ao cumprimento de um conjunto de leis<sup>1</sup> pautadas nos princípios de valorização da ancestralidade, da cultura afro-brasileira, dos saberes tradicionais, da educação para as relações étnico-raciais, das ações afirmativas e das políticas reparatórias. Queremos alcançar a concretização de práticas pedagógicas por meio de currículos mais inclusivos, em diálogos com esses aprendizados.

Em se tratando de política curricular, a Rede Pública Municipal de Educação de Niterói apresenta, em seus Referenciais Curriculares (Niterói, 2022), a natureza coletiva da escrita e a perspectiva de atualização da práxis pedagógica, possibilitando a consolidação de uma educação pública-popular socialmente referenciada e de um currículo voltado para a educação das relações étnico-raciais (ERER), com práticas pedagógicas nas quais as crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos.

Contudo, ainda temos um longo caminho a percorrer quando o assunto é ancestralidade. Como garantir um cardápio nutricional baseado em receitas ancestrais? E o que dizer de propostas permanentes que envolvam o corpo em seus movimentos, a musicalização, as artes e outras manifestações culturais de matrizes indígenas, africanas e afro-brasileiras, como capoeira, jongo, maracatu, carimbó, congada, criadas, bois, folias de reis, frevo e marujada?

Com base nestas observações, foi possível elaborar o projeto e definir algumas propostas a serem desenvolvidas, visando contribuir para uma educação afrocentrada como parte da luta para o

1 Constituição Federal do Brasil de 1988, Lei n. 10.639/2003 e Lei n. 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Base da Educação n. 9.394/1996, entre outras.

alcance das transformações necessárias no Brasil. Por ocasião da 78ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)<sup>2</sup>, a Fundação Municipal de Educação (FME) e a Secretaria Municipal de Educação de Niterói (SME) orientaram as unidades de educação, por meio de edital, a abordarem, em seus Projetos Instituintes, a ciência, a cultura e o território.

Como, em nossa UMEI, havia uma inclinação por parte da equipe em desenvolver um trabalho com a leitura literária afrocentrada, decidiu-se também mobilizar as contribuições dos povos originários — sua história, cultura e ciências — no projeto “*As Ciências Ancestrais*”. A proposta visa tornar o interior da escola das infâncias em espaço de resistência, no qual as diferenças sejam acolhidas e respeitadas e, assim, transformá-lo em um território comum de convivência, habitado por diversas e potentes vozes.

Conectar histórias, ciências, culturas, territórios e memórias ao processo de desenvolvimento infantil tem como intenção afirmar direitos, dentre os quais o de viver as diferenças com dignidade, tendo em vista o desenvolvimento integral das crianças, conforme sugere o provérbio africano: “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”.

Quanto às matrículas, a referida UMEI reflete a realidade da rede pública de educação de Niterói, quicá do Brasil, cujas crianças são filhas das camadas populares, em sua maioria de famílias chefiadas por mulheres e racializadas. Neste caso, as famílias são moradoras da Zona Norte, embora também haja aquelas provenientes de localidades periféricas vizinhas. No universo familiar, algumas vivem em situação de vulnerabilidade social e são atendidas por programas de combate à pobreza e à extrema pobreza, como o *Bolsa Família*,

2 A Reunião teve como tema *Ciência para todos: soberania, desenvolvimento e inclusão*, realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), no campus Gragoatá, entre os dias vinte e seis de julho a primeiro de agosto de 2026.

do Governo Federal, ou o municipal *Moeda Social Araribóia*, em alguns casos como única fonte de renda. Diante desse panorama, como normalizar e naturalizar a exposição das crianças, até então, a matrizes curriculares fundamentadas em bases científicas eurocêntricas e em padrões epistêmicos brancocêntrico? Como naturalizar as explicações fossilizadas acerca do colonialismo e da escravidão? Ou, ainda, aquelas que apresentam os povos indígenas como povos distantes na história?

Na contramão desse ideário, de narrativa hegemônica, durante os diálogos de formulação do projeto, acordamos desassociar as imagens de figuras indígenas e negras dos estereótipos marginais, dos seres violentos e inferiores, visando à constituição de identidades e autoimagens pelas próprias crianças. Segundo Fanon (1968), a identidade negra [e indígena], construída a partir da perspectiva branca, gera sentimentos de inferioridade, negação de si e de sua humanidade.

Sabe-se que as crianças, desde muito cedo, sofrem os efeitos do racismo (Cavalleiro, 2025; Santos, 2025) e, na nossa UMEI, essa realidade se concretiza, conforme explicitado pela verbalização de uma criança negra, de aproximadamente quatro anos de idade, que, ao desenhar e comentar sobre as cores dos lápis, aponta para o próprio braço e diz: “a minha cor foi, porque Jesus quis”. Imediatamente, pensamos nos sofrimentos psíquicos, nos conflitos, nas tensões e nos desafios enfrentados cotidianamente pelos sujeitos em suas vivências, pela família dessa criança e por tantas outras. É importante ter em mente a seguinte questão: como me reconhecer negra, negro e indígena sem enfrentar a dor de perceber, em mim e nos meus, as marcas da violência do racismo?

No escopo de nosso objetivo, instituímos, em nossa prática pedagógica, a valorização de personalidades negras e indígenas, suas invenções, suas conquistas e suas contribuições para a história, a cultura, a ciência e a vida política. A preservação dos nossos biomas como a fauna e a flora diversas; a defesa das terras; os conhecimentos

científicos e as tecnologias; os padrões de beleza dos corpos, em especial dos cabelos negros; o trabalho com a tecelagem, a metalurgia e a fundição dos metais; a agricultura; a alimentação e as receitas culinárias; as brincadeiras e os jogos com sementes, como o *mancala*; as literaturas; as cartografias; as artes; a dança e a música, com seus instrumentos e ritmos vibrantes, foram alguns conteúdos mobilizados.

Acreditar nas crianças como seres capazes de questionar criticamente o mundo, criar novas histórias e modo de viver em sociedade impulsionou a equipe na busca por aqueles conhecimentos que nos foram negados pelo currículo oficial, do qual fomos vítimas quando estudantes. Era preciso estabelecer interlocuções com pensadoras e pensadores indígenas e negros. E entrar em contato com suas produções nos ajudou a compreender como classe, raça, gênero e cultura se articulam em nossa sociedade.

Não é tarefa tão fácil saber diferenciar racismo, preconceito e discriminação étnico-racial e compreender como eles se articulam. Nesse particular, reconhecemos a importância dos movimentos antirracistas, a necessidade de nosso engajamento e, como educadoras, reeducadoras e criadoras de outras pedagogias, tornamo-nos aptas a identificar o pacto da branquitude (Bento, 2022) e a falácia da meritocracia como elementos fundamentais, na manutenção de privilégios e exclusões. Indo além, afirmamos a urgência da superação dessa realidade para, em seu lugar, fazer brotar uma sociedade que não tenha no capital a sua lógica interna e que tampouco permita a racialização.

Desde o início do projeto “*As Ciências Ancestrais*”, foram desenvolvidas propostas ora envolvendo a equipe, ora contando com a presença das famílias e da comunidade de modo geral, buscando honrar a horizontalização das relações em um movimento dialógico constante.

Reuniões, diálogos e reflexões antecederam a escrita coletiva e participativa do projeto. Foram selecionados os materiais de que já

dispúnhamos na UMEI para compor o acervo. Também foram feitas indicações de títulos de literatura para as infâncias, como: *O Pequeno Príncipe Preto para Pequenos*, de Rodrigo França e Juliana Barbosa Pereira; a coleção *Lembranças Africanas*, de Sonia Rosa e Rosinha Campos; *Olelé: Uma Cantiga da África*, de Fábio Simões e Marília Pirillo; *Doze Brincadeiras Indígenas e Africanas — Da Etnia Maragua e de Povos do Sudão do Sul*, de Rogério Barbosa Andrade e Yaguarê Yama; *Kabá Darebu*, de Daniel Munduruku e Matê; *Infância na Aldeia*, de Marcia Wayna Kambeba e Cris Eich; *A árvore do caju*, de Auritha Tabajara e Rodrigo Mafa; e *As Fabulosas fábulas de Iauaretê*, de Kaka Wera Jecupe e Sawara.

Entre as bibliografias dirigidas ao público adulto que tratam das Ciências, são exemplos as obras *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*, da *Coleção Snkofa*, organizada por Elisa Larkin Nascimento; *Decolonialidades na Educação em Ciências*, organizado por um conjunto de pensadores, entre eles Bruno A. P. Monteiro e Suzani Cassiani; *Conteúdos Cordiais: biologia humanizada para uma escola sem mordada*, da coleção *Culturas, Direitos Humanos e Diversidades na Educação em Ciências*, organizado por Pedro P. Teixeira, Glória Regina P. C. Queiroz e Roberto Dalmo V. L. de Oliveira; *História Preta das Coisas: 50 Invenções Científico-tecnológicas de Pessoas Negras*, de Bárbara Carine Soares Pinheiro; *Escola indígena: uma proposta para o ensino de ciências naturais*, de Edmilza Santos Ferreira; *Educação indígena X educação escolar indígena: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática*, de Pedro P. Scandiuzzi; *Nós: uma antologia de literatura indígena*, compilada por Mauricio Negro; *Infâncias e literaturas: presenças negras e indígenas na literatura infantil*, de Ananda Luz e Carina Pataxó; e *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert.

Foram também previstos jogos e brinquedos, entre eles bonecas negras; objetos como redes indígenas, esteiras de palha,

instrumentos musicais africanos e indígenas, a serem adquiridos com a verba destinada ao projeto.

Planejamento de propostas de formação envolvendo a equipe, rodas de conversa, encontros e festividades com as famílias e a comunidade.

O *Piquenique Literário*, realizado no Horto do Fonseca, com a presença das famílias, proporcionou uma manhã repleta de sabores e saberes ancestrais. Em uma manhã ao ar livre, brincamos de comidinhas, corremos e ouvimos histórias. Entre elas, a história *Cabelo, Cabelinho, Cabelão*, na qual as diferenças e a beleza dos cabelos são exaltadas. As crianças ficaram maravilhadas, sentiram-se orgulhosas e contempladas ao reconhecerem a obra como de autoria de uma professora da escola. Na ocasião, ouvimos de uma família: “moramos próximos e nunca pensamos em fazer um piquenique aqui”. Tal fala remete à questão da necessidade de “autorização” para ocuparmos e desfrutarmos dos espaços públicos e ao quanto ainda nos sentimos de fora.

Uma *Roda de Conversa Formativa para Educadores na Perspectiva Afrocentrada*, mediada por uma das professoras, constituiu-se como um dos pontos de partida para os estudos acerca de conceitos como racismo estrutural, identidade negra e indígena. A conversa foi essencial para compreendermos como a escravidão, a eugenia, o mito da democracia racial e o pacto da branquitude impactam negativamente na educação.

No *Dia Família-Escola*, o projeto foi apresentado e, em seguida, foi realizada a leitura da história *Quanta África tem no Dia de Alguém?*, de autoria de Renata Fernandes e Fernanda Rodrigues. As famílias participaram de oficinas de jogos e brincadeiras ancestrais na sala de referência de cada GREI e da Roda de Jongo do Centro de Estudos Afro-Brasileiro Ironides Rodrigues (CEABIR), que nos trouxe cores, movimentos, cantos, danças, batidas de tambor, poesia e a participação de crianças e adultos dançando.

Tais momentos, ao comporem o trabalho cultural e social, proporcionaram às crianças e a seus familiares um experiência de dimensões inéditas, pois estas temáticas não fazem parte dos currículos e tampouco despertam curiosidade na maioria das famílias. Considerado uma das mais antigas manifestações da cultura de matriz africana no país, o Jongo é Patrimônio Cultural Imaterial desde 2005, quando foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ele representa a resistência, a memória e a continuidade das tradições africanas entre nós. Símbolo de identidade e pertencimento das comunidades negras, sua prática reforça valores como respeito aos mais velhos, coletividade e conexão ancestral. O Jongo também influenciou outros gêneros musicais brasileiros, como o samba, o que demonstra sua contribuição para a formação da cultura nacional.

A presença do Jongo gerou estranhamento por parte de algumas famílias, tornando visível a questão da intolerância religiosa.

Na avaliação da equipe sobre as ações do *Dia Família-Escola*, chamou a atenção o comentário feito por uma das professoras a respeito não somente do Jongo. Para ela, se o tema do projeto exige a ampliação do olhar no sentido de desconstruir e reconstruir conhecimentos por parte de uma parcela da equipe, imagina-se para as famílias. Reconhecemos que famílias e escola são responsáveis pelo desenvolvimento das crianças e, sendo assim, a educação formal desenvolvida na UMEI, bem como a ofertada pelo grupo familiar, devem caminhar juntas, por representarem funções de profunda importância. Tal episódio reforçou nosso entendimento acerca do quanto o letramento racial se faz necessário para nos reconhecermos como parte da cultura afrocentrada.

O *Percurso Memórias Negras de Niterói* foi um encontro que contou com a participação do corpo docente, das crianças, das famílias e do grupo de pesquisa Alfabetização, Memória, Formação Docente e Relações Étnico-Raciais (ALMEFRE), da Faculdade de

Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Campus São Gonçalo. Esse grupo acompanha e colabora com o trabalho da UMEI, estabelecendo interlocuções com a formação docente e o desenvolvimento das crianças.

Ao longo de uma manhã, com orientações de uma professora do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), doutoranda em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF), participamos do percurso, contemplando educação, história, cultura e patrimônio. Entre ruas, praças, monumentos, museus e arquiteturas diversas, observamos marcas de ancestralidade, ampliamos o olhar e criamos memórias. Uma vivência necessária quando o silenciamento das narrativas de um povo nos incomoda e lutamos por justiça social, reparação, equidade racial e uma educação verdadeiramente comprometida com a elevação cultural e moral das camadas populares.

Iniciamos o percurso no bairro do Ingá, na Praça Nilo Peçanha, onde há um busto do único presidente negro do Brasil. Não por coincidência, a homenagem é bastante singela e aqueles que passam por ela, motivados pela falta do hábito de reconhecer a história inscrita nos monumentos, certamente não se dão conta de quem se trata.

Diante de uma outra estátua, a indignação tomou conta do grupo ao refletirmos sobre os traços grotescos nela impressos. Era Zumbi dos Palmares, importante líder da resistência negra do Brasil contra a escravidão. A falta de limpeza e conservação da área e da própria obra, bem como a distância entre ela e o totem informativo, sinalizam, no mínimo, descaso com a população negra niteroiense.

A arte e a técnica do trabalho com a metalurgia, presentes nas fachadas das construções, nas grades de janelas, portas e portões, não alcançam, por si só, a finalidade formativa de uma cidade educadora no que diz respeito à herança do povo africano trazido para o Brasil na condição de escravizado. O conhecimento da metalurgia influenciou de forma relevante as relações sociais e econômicas dessa população na diáspora.

Os símbolos fundidos que foram apresentados ao grupo são os adinkras e traduzem a sabedoria da comunicação. Dentre eles, o Sankofa, representado por um pássaro, é o mais presente nas grades. Esse pássaro, que olha para trás e também lembra a representação de um coração, sintetiza a ideia de futuro ancestral. O provérbio que o acompanha é: “Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás”.

Durante a caminhada, fomos informados sobre a existência do Clube dos Libertos, importante organização abolicionista, e sobre sua prática educacional na década de 1880. Esse conhecimento remete à relevância da participação da população negra no âmbito político da história do Brasil. É também uma forma de denunciar a invisibilidade e o silenciamento da presença negra na educação.

Observamos moendas no calçamento e tomamos conhecimento da existência do Pelourinho no Centro de Niterói. Tivemos também a descoberta do significado do nome Valonguinho, atribuído a um dos campi da UFF.

Visita ao *Museu de Arte Contemporânea (MAC)*, localizado no bairro de Boa Viagem, para apreciação da exposição de arte indígena *Obpeko Dihtara — Travessias da Guanabara*, sobre território, ancestralidade e convivência. O título refere-se a um conceito tukano que significa “lago de leite”, local de origem da humanidade, segundo a tradição.

A exposição, idealizada por Daiara Tukano, reúne oito artistas indígenas, representando sete povos originários, e conta com 35 obras no total. A junção de materiais tradicionais e contemporâneos, presentes nas criações, revela uma cultura indígena viva e pulsante, conduzindo os visitantes a pensar criticamente o Brasil de hoje e a compreender historicamente suas matrizes culturais e identidades.

A mostra é, ainda, uma forma de reparação e reconhecimento de artistas que, anteriormente, não tinham acesso aos circuitos de grandes museus e galerias. As crianças ficaram encantadas diante

de cada peça. Todavia, uma tela com uma cobra nadando nas águas da Baía de Guanabara foi percebida de modo especial, pois possibilitou que estabelecessem relações com a sucuri-verde da Amazônia, anteriormente observada em suas investigações na UMEI.

Os textos apresentados em português e em *nbeengatu* igualmente receberam atenção e motivaram conversas durante e depois da visita. As crianças desfrutaram de um lanche coletivo no pátio externo do museu e dos balanços expostos como esculturas sonoras interativas.

Compreendemos que, ao entrar em contato com outras realidades, amplia-se e intensifica-se o processo de desenvolvimento e aprendizagem. A ida ao MAC, bem como as demais propostas, certamente contribuirá para possibilitar outros modos de ler o mundo.

Na *Festa cultural: o Arraiá da UMEI e as Ciências Ancestrais* as crianças e a equipe, mais uma vez, compartilharam com as famílias e a comunidade conhecimentos e aprendizagens elaborados por meio das vivências na práxis diariamente construída. A festa contemplou a cultura das infâncias, permitindo deixar de lado o adultocentrismo, com brincadeiras, danças e seus movimentos giravam em torno de canções e ritmos ancestrais, deixando evidente que o direito à infância, com suas peculiaridades, só pode ser garantido por meio de uma educação integral e desinteressada. Destacamos, especialmente, o direito ao conhecimento da história à qual pertencem.

A pescaria, as petecas, as abelhas nativas, os ovos da galinha d'Angola, a boca do leão, o rabo da zebra e o pula fogueira compuseram as brincadeiras. As vestimentas do Rei Zumbi e da Rainha Dandara foram coroadas pelas infâncias Odara. Os penteados, referenciados em personagens da literatura afrocentrada, apareceram nos cabelos de outras crianças, com trancinhas, turbantes e cortes com desenhos raspados, assim como nos cabelos de algumas professoras que recentemente assumiram seus cabelos naturais,

como o *black power*, deixando para trás os alisamentos impostos por padrões não afrocentrados.

Canjica, pipoca, cocada, doce de amendoim, cuscuz e caldo verde compuseram um repertório de sabores e saberes inigualáveis. Bandeirinhas de tecido, desenhadas e pintadas pelas mãos das crianças, sinalizavam tudo aquilo que elas nos ensinam ou nos possibilitam conhecer. Os mais variados painéis e standartes, criados pelas crianças, retrataram os baobás, o vestido da menina Afiya, que guarda suas memórias, entre elas, a de pombas em revoada, das cores quentes que estampam o verão no continente africano, as cartografias e os mitos.

A alegria, o entusiasmo e o envolvimento das crianças demonstram o quanto saberes e conhecimentos herdados da cultura e da história dos povos originários e da população negra podem romper com a lógica hegemônica. Por meio de um currículo e de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e a equidade racial desde os primeiros anos de vida, a escola oferece uma educação mais crítica e significativa aos olhos das crianças, o que é essencial para que a educação adquira sentido, sobretudo para elas.

Garantir a centralidade das crianças nos currículos, oferecendo-lhes momentos de participação, é possibilitar que compreendam e valorizem os saberes que a escola apresenta. Certamente, tais ações contribuirão para evitar o distanciamento delas de suas investigações e das trilhas do conhecimento, quem sabe incentivando-as a dar continuidade à vida escolar.

Do ponto de vista cognitivo, as crianças não se desenvolvem de modo isolado nem por meio do espontaneísmo. Pelo contrário, são atravessadas por vivências sociais, presentes em brincadeiras, nas representações simbólicas e nas interações.

Além das propostas acima, visitamos outros espaços da cidade. Estivemos no Campo de São Bento, em Icarai, na Ilha do Tibau, em Piratininga, e no Projeto Aruanã, em Itaipu. Durante os trajetos,

era comum as crianças identificarem espaços familiares e elementos vistos ao longo do projeto.

Ressaltamos que o trabalho não aconteceu sem dificuldades. Percebeu-se impasses, dúvidas e até mesmo medo em determinados momentos, fatos que não estavam fora das expectativas e das avaliações da equipe ao idealizar o projeto. Não obstante, ousar e mudar fazem parte do processo formativo transformador.

Ademais, a disponibilidade, o acolhimento, o engajamento e o comprometimento das pessoas envolvidas falam mais alto do que a possibilidade de não encarar os desafios e de deixar de proporcionar às crianças e às suas famílias, bem como a nós mesmas, uma aprendizagem profunda e necessária.

## Considerações finais

Conforme pontuamos ao longo do texto, a intenção consistiu em afirmar a possibilidade de fazer desde a escola das infâncias um verdadeiro espaço de formação antirracista e revolucionária. Evidentemente, uma educação revolucionária passa pelo enfrentamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero, bem como de qualquer matiz que reduza a presença e a participação de pessoas não brancas nos espaços de poder.

À luz de ideias anticolonialistas e antirracistas, apresentamos uma experiência realizada em uma UMEI, cuja finalidade consistiu em trabalhar com as ciências a partir do respeito à ancestralidade, proposta definida por meio de um edital público. Nosso olhar para o projeto *As Ciências Ancestrais*, desenvolvido pelas crianças e suas professoras, deu-se por meio do diálogo com as pautas consideradas nos grupos de estudos e pesquisas dos quais fazemos parte.

Esperamos que esta reflexão seja, de fato, um modo de acolher e atualizar o legado de tantos pensadores, pensadoras, militantes e

ativistas pela emancipação humana coletiva. Desejamos demonstrar maneiras possíveis de enfrentamento ao racismo e caminhar em uma perspectiva de educação afrocentrada-revolucionária desde as infâncias.

Por certo, estamos tão somente afirmando que, sim, é possível revolucionar desde a educação infantil, visando à transformação da sociedade rumo a um mundo igualitário, democrático, justo e amoroso. O projeto apresentado constitui uma possibilidade de romper com as prescrições de modelos tradicionais, ao acolher as crianças das camadas populares e possibilitar que ao entrarem em contato com as histórias que as constituem, possam se orgulhar de suas origens e, sobretudo, sentir-se dignas e respeitadas.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3 ed. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Dos silêncios do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2025.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- NITERÓI. *Referenciais curriculares da educação infantil da rede pública municipal de educação de Niterói*. Niterói: Fundação Municipal de Educação, 2022.
- PATAXÓ, Samara. *Povos indígenas e justiciabilidade: a advocacia indígena como estratégia para aldear direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2025.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: UbuEditora/PISEAGRAMA, 2023.
- SANTOS, Jussara. *Democratização do colo: educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas*. Campinas, SP: Papirus, 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC).  
*78ª Reunião Anual da SBPC: Ciência para todos: soberania, desenvolvimento e inclusão*. São Paulo: SBPC, 2026. Disponível em: <https://ra.sbpcnet.org.br/78RA/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

# **A emergência das Escolas Cívico-Militares no Brasil: antecedentes históricos e reconfigurações da política educacional**

JANIARA DE LIMA MEDEIROS

## **Introdução**

A expansão das escolas cívico-militares ocupa lugar de destaque no debate educacional brasileiro nas últimas décadas, especialmente após a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004/2019 (Brasil, 2019). Apresentado como estratégia para o fortalecimento da disciplina, da segurança e da melhoria do desempenho escolar, esse modelo tem sido amplamente difundido como alternativa para enfrentar desafios históricos da educação pública.

Entretanto, a militarização da educação não constitui um fenômeno recente. Suas raízes encontram-se associadas aos processos históricos de formação do Estado brasileiro e às diferentes concepções de educação que, ao longo do tempo, atribuíram à escola funções relacionadas ao disciplinamento social, à formação moral e à manutenção da ordem (Romanelli, 2012; Saviani, 2008). Sob essa perspectiva, a emergência contemporânea das escolas cívico-militares deve ser compreendida não como uma ruptura, mas como a

atualização de práticas e discursos historicamente vinculados às relações entre educação, autoridade e poder.

Nas últimas décadas, os discursos que sustentam a expansão desse modelo têm enfatizado a necessidade de fortalecer a autoridade escolar, ampliar a segurança institucional e elevar os indicadores educacionais. Tais argumentos, contudo, inserem-se em um contexto mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais, marcado pelo fortalecimento de agendas conservadoras e pela crescente centralidade de mecanismos de vigilância, controle e regulação da vida escolar (Freitas, 2014; Goulart, 2022).

### A construção histórica da militarização da educação no Brasil

A expansão das escolas cívico-militares nas primeiras décadas do século XXI não constitui um fenômeno isolado nem desvinculado da trajetória histórica da educação brasileira. Ao contrário, insere-se em uma longa tradição de articulação entre escolarização, disciplinamento social, formação moral, civismo e construção de sujeitos ajustados aos projetos políticos dominantes em diferentes contextos históricos (Romanelli, 2012; Saviani, 2008).

Os primeiros esforços de organização da instrução pública remontam ao período imperial. O Decreto de 15 de outubro de 1827, que instituiu as Escolas de Primeiras Letras, representou uma das primeiras iniciativas de regulamentação estatal do ensino, estabelecendo conteúdos voltados não apenas à alfabetização, mas também à formação moral e religiosa (Brasil, 1827). Nesse contexto, a instituição escolar ultrapassava a função de transmissão dos conhecimentos elementares, participando do processo de constituição do Estado nacional e da formação de sujeitos alinhados à ordem social vigente (Romanelli, 2012).

Com a Proclamação da República, em 1889, a educação assumiu papel ainda mais estratégico na construção da identidade nacional. Influenciadas pelo ideário positivista, as reformas republicanas atribuíram à escola a tarefa de formar o cidadão da nova ordem política, difundindo valores cívicos, patrióticos e nacionalistas. Como observa Saviani (2008), a escola republicana consolidou-se como espaço privilegiado de formação da consciência nacional e de legitimação dos princípios que sustentavam o novo regime.

Essa orientação intensificou-se durante a Era Vargas, especialmente no Estado Novo (1937-1945), quando a educação passou a integrar de forma ainda mais direta o projeto de fortalecimento do Estado centralizador. A valorização de práticas cívicas, cerimônias patrióticas e rituais de exaltação da pátria reforçou a associação entre educação, disciplina, civismo e manutenção da ordem social (Azevedo, 1932; Romanelli, 2012).

Durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), essa articulação tornou-se ainda mais explícita. A escola foi incorporada ao projeto político do regime, assumindo funções relacionadas à formação ideológica e ao disciplinamento social. A Lei nº 5.692/1971 reorganizou o ensino em consonância com as demandas do desenvolvimento econômico (Brasil, 1971), enquanto disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) difundiam valores vinculados ao patriotismo, à disciplina e ao respeito à autoridade (Romanelli, 2012; Saviani, 2008).

Nas décadas de 1990 e 2000, em meio ao avanço das reformas neoliberais e ao fortalecimento dos discursos de segurança pública, surgiram as primeiras experiências contemporâneas de militarização de escolas públicas, especialmente no estado de Goiás. Nesse contexto, problemas complexos da educação passaram a ser reinterpretados sob a ótica da disciplina e do controle dos comportamentos individuais, favorecendo propostas que associavam a melhoria da qualidade educacional ao fortalecimento da vigilância

e da autoridade institucional (Freitas, 2014; Santos; Ximenes; Alves, 2022).

Esse percurso histórico evidencia que a emergência contemporânea das escolas cívico-militares não constitui uma ruptura com a tradição educacional brasileira. Ao contrário, representa a continuidade e a atualização de práticas e discursos historicamente vinculados às relações entre educação, autoridade e poder.

### O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e a institucionalização contemporânea

A militarização da educação brasileira alcançou seu momento de maior projeção em âmbito federal com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (Brasil, 2019). Vinculado ao Ministério da Educação, o programa integrou uma agenda governamental mais ampla de valorização das Forças Armadas e das corporações militares, propondo um modelo de gestão compartilhada entre profissionais da educação e militares da reserva das Forças Armadas e das forças auxiliares.

Apresentado como estratégia para elevar a qualidade da educação pública, o PECIM fundamentava-se em argumentos relacionados ao fortalecimento da disciplina escolar, à ampliação da segurança nas unidades de ensino, à redução da evasão e à melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes. A proposta foi amplamente divulgada como alternativa para enfrentar os desafios vivenciados por escolas localizadas em contextos de vulnerabilidade social, reforçando a associação entre qualidade educacional, disciplina e controle institucional.

Segundo Santos, Ximenes e Alves (2022), o programa constituiu um marco na difusão nacional das escolas cívico-militares,

ampliando significativamente sua visibilidade política e incentivando sua expansão em diferentes regiões do país. Embora experiências dessa natureza já estivessem presentes em diversos estados desde a década de 1990, o PECIM conferiu maior legitimidade institucional a uma política que, até então, desenvolvia-se predominantemente nas esferas estadual e municipal.

Entretanto, o programa também suscitou críticas de pesquisadores, entidades científicas e movimentos sociais. Entre os principais questionamentos destacam-se as tensões entre a lógica hierárquica característica das instituições militares e os princípios da gestão democrática previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além disso, estudos indicam a ausência de evidências conclusivas capazes de demonstrar que a militarização, por si só, seja responsável por melhorias significativas nos indicadores educacionais (Alves; Toschi, 2019; Goulart, 2022).

Dados recentes reforçam a permanência desse movimento para além do âmbito federal. Levantamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com base em nota técnica do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação, Economia e Políticas Educacionais (DEEP/USP), identificou 1.578 escolas militarizadas em funcionamento no Brasil em 2026, distribuídas por 862 municípios, evidenciando um crescimento de 595% desde 2019 (Cássio et al., 2026). Entre os estados com maior concentração destacam-se Paraná, Mato Grosso, Bahia, Maranhão e São Paulo, demonstrando que a adoção desse modelo ultrapassa iniciativas federais específicas e vem se consolidando como uma tendência das políticas educacionais contemporâneas.

Sob uma perspectiva crítica, a expansão do PECIM pode ser compreendida como parte de processos mais amplos de reconfiguração das políticas públicas de educação, nos quais mecanismos de disciplina, vigilância e controle assumem papel cada vez mais

central nas estratégias de gestão escolar. Conforme argumentam Santos, Ximenes e Alves (2022), esse processo extrapola o campo pedagógico, articulando-se às disputas políticas e ideológicas em torno dos sentidos da escola pública, da cidadania e da formação das novas gerações.

Em 2023, o Decreto nº 11.611 revogou oficialmente o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Brasil, 2023), encerrando sua execução em âmbito federal. A revogação, entretanto, não interrompeu a expansão das escolas militarizadas, uma vez que diversos estados e municípios mantiveram ou ampliaram suas próprias iniciativas. Esse cenário evidencia que a permanência desse modelo não depende exclusivamente de políticas federais, mas está relacionada a disputas mais amplas acerca da organização da educação pública brasileira.

### Disciplina, segurança e desempenho: os argumentos mobilizados

Os argumentos mais frequentemente mobilizados para justificar a expansão das escolas cívico-militares organizam-se em torno de três eixos centrais: disciplina, segurança e desempenho acadêmico. Esses elementos aparecem de forma recorrente nos discursos governamentais, nas manifestações de representantes das corporações militares e nos documentos que orientam a implantação desse modelo, sendo apresentados como respostas aos desafios enfrentados pela educação pública brasileira.

A disciplina é concebida, nesse contexto, como condição indispensável para a melhoria do processo educativo. Sob essa perspectiva, a presença de práticas inspiradas na organização militar é associada ao fortalecimento da autoridade escolar, à redução de conflitos e à promoção de comportamentos considerados adequados

ao ambiente educativo. Hierarquia, padronização das condutas e rigor normativo são, assim, apresentados como mecanismos capazes de favorecer o ensino e a aprendizagem, reforçando a ideia de que os principais problemas educacionais decorreriam da fragilização da autoridade institucional.

Associado a esse argumento encontra-se o discurso da segurança. Em um contexto marcado pelo aumento das preocupações com a violência urbana, a criminalidade juvenil e os conflitos escolares, a presença de militares nas instituições de ensino passa a ser apresentada como fator de proteção da comunidade escolar. Sustenta-se, dessa forma, a compreensão de que desafios educacionais poderiam ser enfrentados mediante a ampliação dos mecanismos de vigilância, monitoramento e controle dos estudantes, aproximando o espaço escolar de lógicas tradicionalmente vinculadas à segurança pública.

O terceiro eixo refere-se ao desempenho acadêmico. Defensores das escolas cívico-militares afirmam que esse modelo favoreceria melhores resultados em avaliações externas e indicadores educacionais. O rendimento escolar passa, assim, a ser associado à disciplina e à organização institucional, consolidando a narrativa de que a melhoria da aprendizagem decorreria diretamente da incorporação de princípios militares à gestão escolar.

Entretanto, a literatura especializada tem problematizado essas interpretações. Alves e Toschi (2019) observam que os resultados frequentemente atribuídos às escolas militarizadas não podem ser analisados de forma isolada, uma vez que essas instituições operam sob condições diferenciadas em relação às demais escolas públicas. Entre essas especificidades destacam-se mecanismos seletivos de ingresso, reserva de vagas para dependentes de militares, exclusão de estudantes considerados problemáticos e investimentos adicionais em infraestrutura e recursos humanos.

Na mesma direção, Santos, Ximenes e Alves (2022) argumentam que esse processo desloca o foco do debate educacional das condições

estruturais da escola pública para aspectos relacionados ao comportamento individual dos estudantes. Problemas historicamente vinculados ao financiamento da educação, à valorização docente, às desigualdades sociais e às condições materiais de funcionamento das escolas passam, assim, a ser reinterpretados prioritariamente como questões de disciplina e controle.

Sob essa perspectiva, a expansão das escolas cívico-militares evidencia uma tendência à individualização dos problemas educacionais e à naturalização de respostas fundamentadas no disciplinamento e na vigilância. Em vez de enfrentar os determinantes sociais, econômicos e políticos que produzem as desigualdades escolares, esse modelo privilegia soluções centradas na adaptação dos sujeitos às normas institucionais e aos padrões comportamentais considerados desejáveis, reforçando uma lógica de conformação e controle social.

## Considerações finais

As análises desenvolvidas neste estudo permitiram compreender que a expansão das escolas cívico-militares no Brasil deve ser interpretada como parte de um processo histórico mais amplo, relacionado às formas pelas quais diferentes projetos de Estado atribuíram à educação funções de disciplinamento social, formação moral e organização da vida coletiva. Nessa perspectiva, a emergência contemporânea desse modelo insere-se em continuidades históricas que atravessam diferentes períodos da educação brasileira.

A análise do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) evidenciou que sua criação conferiu maior visibilidade e alcance institucional a uma política já presente em diferentes estados brasileiros. Embora revogado em âmbito federal em 2023, os dados recentes demonstram que a expansão das escolas

militarizadas prossegue por meio de iniciativas estaduais e municipais, indicando que esse movimento extrapola programas governamentais específicos e expressa disputas mais amplas em torno da gestão da escola pública.

Também foi possível identificar que os discursos de defesa das escolas cívico-militares se estruturam principalmente em torno da disciplina, da segurança e do desempenho acadêmico. Entretanto, conforme apontado pela literatura especializada, tais argumentos tendem a deslocar o debate das condições estruturais da educação pública para o comportamento individual dos estudantes, reduzindo problemas historicamente produzidos por desigualdades sociais, políticas e institucionais a questões relacionadas ao controle disciplinar.

Dessa forma, compreende-se que a expansão das escolas cívico-militares constitui um fenômeno que ultrapassa mudanças administrativas ou modelos de gestão escolar. Trata-se de uma política educacional inserida em disputas sobre os sentidos da escola pública, da formação das juventudes e do papel do Estado na condução dos processos educativos. Nesse contexto, o fortalecimento do debate crítico acerca da militarização da educação torna-se fundamental para a defesa de uma escola pública comprometida com a gestão democrática, a inclusão e a formação humana em perspectiva emancipatória.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 633-647, set./dez. 2019.
- AZEVEDO, Fernando de. *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- BRASIL. *Decreto de 15 de outubro de 1827*. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1827.
- BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 ago. 1971.
- BRASIL. *Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019*. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 set. 2019.
- BRASIL. *Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023*. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 jul. 2023.
- CÁSSIO, Fernando *et al.* *Nota técnica sobre a militarização da educação básica no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (DEEP/USP), 2026.
- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Brasil tem 1.578 escolas de educação básica militarizadas*. São Paulo, 2026. Disponível em: <https://campanha.org.br>. Acesso em: 24 jun. 2026.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola.

- Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.
- GOULART, Janaina Moreira de Oliveira. *A militarização das escolas no estado de Goiás e os sentidos da desdemocratização do ensino público*. 2022. 256 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SANTOS, Catarina de Almeida; XIMENES, Salomão Barros; ALVES, Miriam Fábila. *Militarização da educação básica no Brasil: tendências e disputas contemporâneas*. 2022.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

## **SOBRE AUTORAS E AUTORES**

### **ANA LOLE**

Doutora e pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, atuando na graduação e na pós-graduação. Coordenação do Núcleo de Estudos Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF) e do Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN/UFF), registrados no DGP/CNPq. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

### **DIEGO CHABALGOITY**

Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutorado em Cinema e Audiovisual pela UFF. Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (INFES/UFF) e docente do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual, no Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

### **DIEGO DANTAS**

Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre Ciência Política pela UFF. Graduado em Administração pela Universidade Candido Mendes. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

### **EDUARDO GRANJA COUTINHO**

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Professor Titular da Escola de Comunicação da UFRJ, atuando na graduação e na pós-graduação. Publicou, entre outros livros: “Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição em Paulinho da Viola” (Ed. UFRJ, 2011); “A comunicação do oprimido” (Mórula, 2014); e “A paixão segundo Antonio Gramsci” (Mórula, 2020).

### **GIOVANNI SEMERARO**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em Filosofia Política na Università degli Studi di Padova, na Itália. Pós-doutorado Università degli Studi di Urbino, na Itália. Professor Titular de Filosofia da Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

### **GISELE DUARTE TEIXEIRA**

Mestra e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduação em Pedagogia pela UFF. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

### **HEBERT COSTA DE ABREU**

Mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Batista de Niterói (STBN). Técnico em Assuntos Educacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atuando na Divisão de Integração Pedagógica (DIPED/PR7). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

## HELTON MESSINI DA COSTA

Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em História. Professor substituto na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF), do Grupo de Estudos e Pesquisas Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira (UFF) e do Grupo de Estudos Pesquisas Trabalho, Arte Educação vinculado ao Instituto Benjamin Constant (IBC).

## JANIARA DE LIMA MEDEIROS

Doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Neurociência, Psicopedagogia e Gestão EaD. Graduada em Pedagogia e Letras. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF), GPETED/UFF e RePME/UFG.

## LEONARDO CÉSAR DE ALBUQUERQUE

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências Sociais pelo programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Bacharel e licenciado em História pela UFF. Professor da rede pública de ensino vinculado à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), e à Secretaria Municipal de Educação de Maricá. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

## LINNA RAMOS

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em

Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduação e Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (UFPA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF).

### **LUCIMEIRE BEZERRA COSTA**

Mestra em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduação em Pedagogia pela UFF. Atualmente compõe a Equipe de Articulação Pedagógica, como Diretora Adjunta, em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), de Niterói. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Estudos do Currículo (NUPEC/UFF) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

### **MARIA ONETE LOPES FERREIRA**

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduação em Pedagogia pela UFC. Professora Associada IV do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF) e do Grupo de Estudos Epistemologias Negras e Indígenas (UFF e UFJF).

### **PERCIVAL TAVARES DA SILVA**

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Filosofia da Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador e fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF). Atua na Pastoral Operária da Diocese de Nova Iguaçu e no Fórum Grita Baixada.

### **RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES**

Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR/UFF) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

### **SIRLEY TERESA DOS REIS**

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduação (Bacharelado e Licenciatura Plena) em Psicologia pela Sociedade Educacional Fluminense e em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

### **TERESA ROCHA DE MARINS**

Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Promoção da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Rio Bonito, RJ. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

### **VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES**

Professor de Teoria Política do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN/UFF) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

## **VIRGINIA CARVALHAL DA SILVA**

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada em Educação Física (licenciatura) pela UFF. Professora de Educação Física do Ensino Fundamental II na Rede Municipal de Itaboraí. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF).

